



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**ENTRELAÇANDO CAMINHOS: AÇÕES EDUCATIVAS DA
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS SÃO
JOSÉ (1949-1973)**

JANYNE ROSSANA BARBOSA PEREIRA

SÃO CRISTÓVÃO-SE
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ENTRELAÇANDO CAMINHOS: AÇÕES EDUCATIVAS DA
ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS SÃO
JOSÉ (1949-1973)

JANYNE ROSSANA BARBOSA PEREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: História da Educação

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição.

São Cristóvão (SE)
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

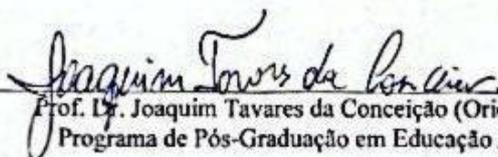


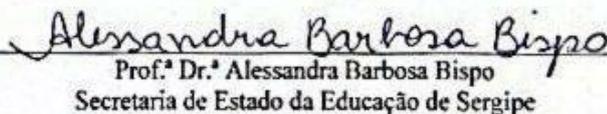
JANYNE ROSSANA BARBOSA PEREIRA

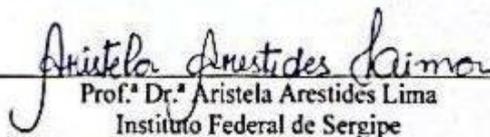
Entrelaçando caminhos: ações educativas da Associação de Proteção a Menores
Abandonados São José (1949-1973)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em 21 de julho de 2025.


Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição (Orientador)
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS


Prof.ª Dr.ª Alessandra Barbosa Bispo
Secretaria de Estado da Educação de Sergipe


Prof.ª Dr.ª Aristela Arestides Lima
Instituto Federal de Sergipe

Documento assinado digitalmente
CYNTHIA GREIVE VEIGA
Data: 21/07/2025 17:14:50-0300
Verifique em <https://validar.jo.gov.br>

Prof.ª Dr.ª Cynthia Greive Veiga
Universidade Federal de Minas Gerais / UFMG


Prof. Dr. Jorge Luiz Zaluski
Programa de Pós-Graduação em Educação / UFS

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2025

RESUMO

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, fundada em 19 de março de 1949 em Maruim, Sergipe, que instruía crianças a partir dos 6 anos e adolescentes do sexo feminino a partir dos 14 anos, todos provenientes de famílias pobres. O objetivo geral é compreender as ações educativas desenvolvidas por essa Associação durante o período de 1949-1973, evidenciando o papel da instituição em face dos públicos assistidos. Com base nesse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: analisar o contexto histórico e os objetivos iniciais da APMASJ, com foco em suas duas ações educativas voltadas para crianças e adolescentes pobres em Maruim, Sergipe; identificar a participação da Igreja Católica e seu impacto nas práticas e orientações da instituição; investigar o perfil socioeconômico das crianças assistidas pela instituição, através da análise dos dossiês dos estudantes; examinar a ação promovida pelo curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ. O marco temporal dessa pesquisa inicia em 1949, com a fundação da instituição, e finda em 1973, com a saída das religiosas sacramentinas, ocasionando mudança em sua estrutura administrativa. A pesquisa dialoga com estudos sobre instituições dedicadas à assistência de menores desvalidos em Sergipe, referenciando autores como Bispo (2007), Bonifácio (2011), Nery (2019) e Conceição (2007); assim como, com contribuições de Conceição (2015), Lima (2021), Melo e Conceição (2021) e Almeida (2021) sobre o perfil dos discentes. O levantamento incluiu a exploração de instituições contemporâneas, como o Oratório Festivo São João Bosco, o Patronato Agrícola São Maurício e a Cidade de Menores “Getúlio Vargas”. Metodologicamente, a pesquisa envolveu revisão bibliográfica do tema e pesquisa documental, com o levantamento de fontes escritas, iconográficas e orais. O levantamento da documentação ocorreu nos acervos dos seguintes arquivos: Escola Municipal São José em Maruim; Matriz Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos em Maruim; e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Campus São Cristóvão. A pesquisa também utilizou memórias de expressão oral de sete ex-alunas e três ex-funcionárias, analisadas com base no conceito de representação de Roger Chartier (1991, 2002, 2010). Os resultados evidenciaram que a APMASJ objetivava elevar sua posição social das crianças pobres e estabelecer ideais de educação, enquadrando-se no modelo filantrópico-científico do século XX, que aliava assistência social e educação moralizante (Marcílio, 2019; Sanglard, 2014). Alicerçada em Pierre Bourdieu (1998, 2007, 2007b), a pesquisa constatou que a família Dantas reproduzia a hierarquia social sob uma roupagem filantrópica e empreendedora, convertendo capital cultural em poder simbólico. A Igreja Católica exerceu influência na instituição, moldando suas práticas pedagógicas e orientações institucionais. A análise dos dossiês estudantis revelou que 69,9% das crianças eram naturais de Maruim, 86,14% eram pardas ou pretas e 100% pertenciam a famílias pobres, refletindo as dinâmicas socioeconômicas e étnico-raciais da região. Entre 1956 e 1959, 99,43% dos assistidos eram do sexo feminino, tendência atribuída à oferta do curso de preparação de economia doméstica rural. A análise das práticas educativas do Centro de Economia Rural Doméstica São José evidenciou que a estrutura curricular reforçava papéis sociais predefinidos. O estudo revela a apropriação, pelo público atendido, das ações promovidas pela instituição como oportunidade de escolarização e de ascensão social, além de contribuir para a compreensão das interseções entre educação e assistencialismo, fomentando novas discussões sobre a história da educação.

Palavras-chaves: Ação educativa. Economia doméstica. História da educação. História da criança pobre. Perfil discente.

ABSTRACT

This research study focuses on the São José Association for the Protection of Abandoned Minors (APMASJ), founded on March 19, 1949, in Maruim, Sergipe, Brazil, which sheltered poor children from the age of 6 and female adolescents from the age of 14, all from poor families. The general objective is to understand the educational actions developed by this Association during the period of 1949-1973, highlighting the role of the institution in relation to the target groups. Based on this general objective, the following specific objectives were outlined: to analyze the historical context and initial objectives of APMASJ, focusing on its two educational actions aimed at poor children and adolescents in Maruim; to identify the participation of the Catholic Church and its impact on the institution's practices and guidelines; to investigate the socioeconomic profile of children assisted by the institution, through the analysis of the students' files; and to examine the action promoted by the APMASJ rural home economics preparatory course. The time frame of this research begins in 1949, with the founding of the institution, and ends in 1973, with the departure of the sacramentine nuns, causing a change in its administrative structure. The research dialogues with studies on institutions dedicated to assisting disadvantaged minors in Sergipe, referencing authors such as Bispo (2007), Bonifácio (2011), Nery (2019) and Conceição (2007); as well as the contributions from Conceição (2015), Lima (2021), Melo and Conceição (2021), and Almeida (2021) regarding the profile of students. The survey included the exploration of contemporary institutions, such as the Oratório Festivo São João Bosco, the Patronato Agrícola São Maurício and the Cidade de Menores "Getúlio Vargas". Methodologically, the research involved a bibliographic review of the theme and a documentary research, with written, iconographic and oral sources. The documentation was collected from the following archives: Escola Municipal São José in Maruim; Matriz Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos in Maruim; and Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Campus São Cristóvão. The research also used oral memories of seven former students and three former employees, analyzed based on Roger Chartier's concept of representation (1991, 2002, 2010). The results showed that APMASJ aimed to elevate the social position of poor children and establish educational ideals, fitting into the philanthropic-scientific model of the 20th century, which combined social assistance and moralizing education (Marcílio, 2019; Sanglard, 2014). Based on Pierre Bourdieu (1998, 2007, 2007b), the research found that the Dantas family reproduced the social hierarchy under a philanthropic and entrepreneurial guise, converting cultural capital into symbolic power. The Catholic Church influenced the institution, shaping its pedagogical practices and institutional guidelines. An analysis of student records revealed that 69.9% of the children were from Maruim, 86.14% were mixed race or black, and 100% belonged to poor families, reflecting the socioeconomic and ethnic-racial dynamics of the region. Between 1956 and 1959, 99.43% of the assisted subjects were female, a tendency attributed to the offering of a preparatory course in rural domestic economics. Analysis of the educational practices of the São José rural domestic economics center showed that the curricular structure reinforced predefined social roles. The study reveals the appropriation, by the public served, of actions promoted by the institution as an opportunity for schooling and social advancement, in addition to contributing to the understanding of intersections between education and welfare, fostering new discussions on the history of education.

Keywords: Educational action. History of education. History of poor children. Home economics. Student profile.

AGRADECIMENTOS

“Toda boa dádiva e todo dom perfeito vêm do alto, descendo do Pai das Luzes, em quem não há mudança, nem sombra de variação” (Tiago 1:17). Início agradecendo a Deus, aquele que sonhou antes que eu cogitasse cursar o Mestrado na Universidade Federal de Sergipe. Sem Ele, nada seria possível. Tudo o que sou, tudo o que tenho e tudo o que faço vem dEle e prosseguem para Ele. A Ele, toda honra, glória, louvor e gratidão, por me sustentar com Sua graça, sabedoria, renovando minhas forças a cada etapa deste percurso.

Aos meus pais, Dr. João Barbosa Pereira e Rita Ferreira Barbosa Pereira, minha eterna gratidão pelo apoio incondicional, pelas palavras de incentivo e pelo amor constante. Vocês são a base da construção de minha trajetória como profissional, mas, acima de tudo, como pessoa. Amo vocês.

Às minhas filhas amadas, Júlya e Joanna, agradeço pela compreensão diante de minhas ausências, pelas renúncias silenciosas e pelo amor que me fortalece diariamente. Vocês são minhas molas propulsoras e minha fonte de inspiração. Sem vocês nada disso teria sentido nem propósito. Amo-lhes até o infinito.

Aos meus irmãos, Jales Ronéssyo Barbosa Pereira e prof. Me. João Barbosa Pereira Júnior (JR), minhas cunhadas, Fabrícia e Priscila, e sobrinhos, Rodrigo e João Neto, registro minha gratidão e carinho pelo apoio em todos os momentos.

Às amigas-irmãs Lívia Emília, Karina Amaral e Ana Márcia, deixo um agradecimento especial pela presença constante, pelas palavras de encorajamento e pela fé em mim, nos momentos em que até eu mesma duvidava. Nossa amizade é um presente em minha vida.

Ao meu orientador, professor Dr. Joaquim Tavares da Conceição, meus sinceros agradecimentos pela orientação criteriosa, pela paciência com uma iniciante na área da História da Educação e por todos os ensinamentos transmitidos, que contribuíram e enriqueceram minha formação como pesquisadora. Vinda da área de Letras, com a tendência a adjetivar em excesso e recorrer a vocabulário rebuscado, encontrei, na objetividade exigida pela história, um verdadeiro desafio. No entanto, suas intervenções foram um norte para aprimorar e adequar meu olhar e estilo ao rigor historiográfico.

Aos professores João Paulo Gama, Aristela Aristides Lima e Alessandra Barbosa Bispo, agradeço pelas excelentes contribuições no momento da qualificação. Estendo meus agradecimentos aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da UFS, Jorge Luiz Zaluski, Marilene Santos e Norberto Dallabrida, assim como à equipe do programa,

Rosana Givigi, Nadja e Guilherme, sempre dispostos a auxiliar e dirimir dúvidas. Minha gratidão pela generosidade e contribuição.

À amiga e presidente da Academia Maruinense de Letras e Artes, Maria Lúcia Marques Cruz e Silva, por sua imensa generosidade, oferecendo e se dispondo com preciosas informações para a construção dessa pesquisa. Amiga, você é inspiração. Estendo esses agradecimentos aos confrades da AMLA, que acompanharam esse percurso com entusiasmo e incentivo.

Aos ex-alunos e confrades da Academia Maruinense Estudantil de Letras, Henrique Marinho, Geovane Oliveira, Vitória Moura, Bruna Santos, Victor Thyerry, João Victor Lira, Ellen Lohany, Tallyson Oliveira, Eliza Thauany e Lívia Porto, por vibrarem comigo a cada etapa vencida. Compartilhar esse caminho com vocês foi motivo de orgulho e motivação.

À equipe diretiva da Escola Municipal São José, em especial à amiga Valquíria Mota, pela acessibilidade, disposição e apoio concedidos durante a realização das pesquisas.

Aos colegas da Escola Municipal Professora Fidelis Costa em Maruim e do Colégio Estadual Frei Inocência em Socorro, nas pessoas das amigas e diretoras Rivaneide Lima Tavares e Polyanna Aragão, agradeço a convivência, colaboração e apoio institucional.

Às ex-alunas e ex-professoras entrevistadas, Anita Santos Ferreira, Gedalva Menezes Dantas, Joana dos Santos, Maria Geni dos Santos, Maria Inez dos Santos, Maria Izabel dos Santos, Renildes Rodrigues Santos, Rildê Rodrigues Santos, Semírames Marques Santos e Maria Célia Marques Cruz, expresse minha sincera gratidão pela generosidade em que compartilharam suas memórias. Em especial, presto uma homenagem póstuma à senhora Maria Célia Marques Cruz, cuja contribuição permanece viva nesse estudo, mesmo após seu falecimento ocorrido menos de dois meses após a entrevista.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas – GEPHED/UFS, nas pessoas de Walna Patrícia de Oliveira Andrade, Andreza Cristina da Silva Andrade, Marlaine Lopes de Almeida e Anne Emilie Souza de Almeida Cabral, pelas ricas trocas e pelas contribuições acadêmicas compartilhadas ao longo desses dois anos de pesquisa.

A Jonas Emanuel da Rocha Antão, minha gratidão pela elaboração dos mapas que integram esse estudo, contribuindo para a clareza visual da pesquisa.

À Marília Marques Cruz Silva Accioly, Thalya Emanuelle, Juselice Alves (Tuca), Júlia Duarte, Luiz Fernando, Adriana de Andrade, Patrícia Brunet, Paulo Mateus, Alfredo e Emmerly, agradeço pela companhia, pelo aprendizado mútuo e pelo afeto partilhado durante todo o percurso. “Ninguém solta a mão de ninguém”, não foi apenas um lema, mas uma prática diária

entre nós. À amiga Marília Marques, em especial, minha gratidão por estar comigo desde antes do mestrado, por ter raízes sólidas em Maruim e por ser, não apenas uma parceira de estudos, mas uma amiga de vida. Obrigada pela presença leve, pelas boas energias e pela amizade sincera.

Agradeço também a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para essa trajetória — com palavras encorajadoras, escutas atentas, gestos de cuidado ou simples presenças silenciosas, mas cheias de significado. Cada uma delas, à sua maneira, deixou marcas e tornou o caminho mais possível, mais leve e mais humano.

Por fim, agradeço ao povo de Maruim, terra onde residi por quase duas décadas, deixo meu reconhecimento e apreço. Foi nesse solo fértil que cresci profissionalmente e me encantei pela história local, que ora busco valorizar e divulgar por meio dessa pesquisa.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Local de procedência dos assistidos | 81 |
| Gráfico 2 – Composição étnico-racial dos assistidos I..... | 83 |
| Gráfico 3 – Composição étnico-racial dos assistidos II | 83 |
| Gráfico 4 – Distribuição de sexo das crianças da escola primária (1956-1959) | 91 |
| Gráfico 5 – Distribuição de sexo das crianças da escola primária (1971-1973) | 92 |
| Gráfico 6 – Faixa etária dos assistidos | 94 |
| Gráfico 7 – Distribuição etária dos assistidos nas turmas de maternal (1971-1973) | 94 |
| Gráfico 8 – Profissão dos pais | 96 |
| Gráfico 9 – Perfil socioeconômico dos assistidos | 98 |
| Gráfico 10 – Procedência residencial dos assistidos por bairros do município de Maruim... | 100 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Mapa do estado de Sergipe (1940 – 1970)..... | 39 |
| Figura 2 – Rua Barão do Rio Branco – Maruim-Se (1959) | 41 |
| Figura 3 – Praça Barão de Maruim – Maruim-Se (1950)..... | 41 |
| Figura 4 – Gabinete de Leitura de Maruim – Maruim-Se (1959) | 42 |
| Figura 5 – Prédio da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José..... | 45 |
| Figura 6 – Fachada do GEPD (1935) | 47 |
| Figura 7 – Crianças assistidas pela Associação de Proteção a Menores São José na frente da edificação em construção (1949)..... | 57 |
| Figura 8 – Professoras e religiosas do Santíssimo Sacramento na instituição no início da década de 1970 | 61 |
| Figura 9 – Ficha individual de aluno (1956) | 65 |
| Figura 10 – Roteiro de aula de religião (1962)..... | 71 |
| Figura 11 – Portaria de lotação de professora | 73 |
| Figura 12 – Capa de dossiê estudantil (1959) | 75 |
| Figura 13 – Caderno com lista de matrícula dos alunos (1972) | 76 |
| Figura 14 – Ata de Fundação da APMASJ (1949)..... | 77 |
| Figura 15 – Localização da APMASJ no espaço da cidade de Maruim (1949-1973)..... | 78 |
| Figura 16 – Criança assistida recebendo presente na festa encerramento do ano na APMASJ84 | |
| Figura 17 – Crianças assistidas recebendo avaliações no final do ano letivo (1970)..... | 85 |
| Figura 18 – Alunos acompanhados da ex-professora Gedalva Dantas Menezes (anos 1970) . | 93 |
| Figura 19 – Comprovante de vacinação | 99 |
| Figura 20 – Alunas do curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ com religiosas Sacramentinas na cozinha da Instituição (anos 1970)..... | 114 |
| Figura 21 – Festa de formatura do curso de preparação de economia doméstica rural..... | 119 |
| Figura 22 – Avaliação da disciplina agricultura (1954) | 123 |
| Figura 23 – Relatório geral das provas escrita e oral da disciplina de agricultura (1954) | 124 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Dissertações relacionadas à história da educação de crianças ou adolescentes pobres, produzidas no PPGED/UFS..... | 23 |
| Quadro 2 – Outros arquivos e respectivos documentos transformados em fontes..... | 28 |
| Quadro 3 – Lista de ex-alunas e ex-funcionárias entrevistadas..... | 29 |
| Quadro 4 – Configurações da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (1949-2024)..... | 63 |
| Quadro 5 – Categorias raciais nos censos demográficos 1890-2010 | 89 |
| Quadro 6 – Matrículas e concluintes nos centros de preparação de economia doméstica vinculados à Escola Agrícola Benjamin Constant (1954-1973)..... | 110 |
| Quadro 7 – Relatório de conclusão do curso de preparação de economia doméstica rural (1968) | 122 |
| Quadro 8 – Folha de pagamento do Centro de Economia Rural Doméstica São José (1967) | 129 |

LISTA DE SIGLAS

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José

APES – Arquivo Público do Estado de Sergipe

CEMBEC – Centro de Memória Benjamin Constant

CNEG - Campanha Nacional de Educandários Gratuitos

DGDE - Diretoria Geral do Departamento de Educação de Sergipe

EABC – Escola Agrícola Benjamin Constant

GEPHED - Grupo de Pesquisa em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

LBA – Legião Brasileira de Assistência

PPGED – Programa de Pós-graduação em Educação

PSP - Paróquia Senhor dos Passos

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

UFS – Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO | 14 |
| 2. TECENDO O FUTURO: FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS SÃO JOSÉ | 32 |
| 2.1. Filantropia e educação no Brasil do século XX | 32 |
| 2.3- Motivações e objetivos da fundação da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José | 49 |
| 3. ENTRE PONTOS E LINHAS: ANÁLISE DO PERFIL DOS ASSISTIDOS PELA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS SÃO JOSÉ | 74 |
| 3.1. Documentos institucionais: registros da APMASJ..... | 74 |
| 3.2. Para além de Maruim: naturalidade dos assistidos..... | 79 |
| 3.3. Tons da realidade: análise étnico-racial dos assistidos..... | 82 |
| 3.4. Presença feminina e faixas etárias: distribuição dos assistidos por sexo e idade..... | 91 |
| 3.5. Retrato de classe: perfil socioeconômico dos assistidos | 95 |
| 4. BORDANDO HABILIDADES: DESVENDANDO O CURSO DE PREPARAÇÃO DE ECONOMIA DOMÉSTICA RURAL | 102 |
| 4.1. Primeiros pontos: a introdução à economia doméstica para adolescentes do sexo feminino | 102 |
| 4.2. O tear da formação: O Centro de Economia Rural Doméstica São José..... | 108 |
| 4.3. Entre saberes e práticas: uma análise dos planos de curso no ensino doméstico rural.... | 110 |
| 4.4. Fios pedagógicos: reflexões sobre as práticas educativas | 117 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 131 |
| FONTES | 136 |
| REFERÊNCIAS | 141 |

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto de estudo a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (APMASJ), instituição voltada ao acolhimento de crianças pobres no município de Maruim, estado de Sergipe. A Instituição foi fundada em 19 de março de 1949 e sua origem remonta ao ano de 1936, quando, segundo o *Livro de atas* (1949-1977), Anita Cardoso¹ iniciou o catecismo São José, uma prática que, em 1949, culminou na criação da instituição. Sob a iniciativa da Professora Josilda de Mello Dantas, a APMASJ se propôs, em sua ata de fundação, a “manutenção do catecismo São José, desta cidade, e ampliação de oportuno serviço social, com o propósito de elevar a posição social da criança pobre, reconhecendo-a como um ser humano que é” (APMASJ. 1949-1977, Livro de atas, p. 1).

A instituição acolhia crianças a partir dos 6 anos de idade, de ambos os sexos, na escola primária, e adolescentes e jovens, do sexo feminino, a partir dos 14 anos de idade, no curso de preparação de economia doméstica rural². As adolescentes e jovens, assistidas por meio da ação voltada para habilidades domésticas e para a administração do lar, permaneciam na instituição trinta horas semanais, conforme preconizava a estrutura curricular do ensino agrícola (Lemos, 1970). As crianças acolhidas iniciavam seus estudos no “pré-primário³” e seguiam até o 4º ano primário.

Nos documentos localizados na instituição, datados a partir de 1954, foi possível identificar uma conexão com a antiga Escola Agrícola Benjamin Constant⁴ e a Diretoria do Ensino Agrícola do Ministério da Agricultura (Pereira, 2024a; APMASJ. Relatório de conclusão, 1954). Essa relação consolidou-se como unidade do curso de preparação de economia doméstica rural, conferindo à APMASJ um caráter educacional mais

¹ Pouco se sabe sobre Anita Cardoso, exceto que iniciou o trabalho de catecismo na Capela São José (SANTOS, J. 2024) e que faleceu em 18 de maio de 1942 (Informe da missa de trinta dias do falecimento de Anita Cardoso, 1942. Acervo Maria Lúcia Marques). Fontes documentais encontradas no Arquivo Público de Sergipe (APES) sobre a Caixa Escolar do Grupo Escolar Padre Dantas, instituição que funcionou no mesmo período da APMASJ em Maruim, denominam a Caixa Escolar da instituição de Anita Cardoso (BR SEAPES, E¹-130), sugerindo assim certa influência dessa mulher no recorte temporal estudado, embora detalhes sobre sua vida permaneçam escassos.

² O curso de preparação de economia doméstica rural tinha como “finalidade difundir no meio rural, de maneira dinâmica e construtiva, os princípios educativos e as técnicas de trabalho capazes de transformar o regime de vida do elemento rural, através da mulher” (EABC. Relatório anual de atividades, 1955).

³ A nomenclatura “pré-primário” encontrada nos dossiês estudantis, datados de 1956 a 1959, referia-se ao ensino destinado aos menores até sete anos de idade, o que atualmente denomina-se Educação Infantil.

⁴ Atualmente a Escola Agrícola Benjamin Constant é denominada de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), Campus São Cristóvão.

abrangente. Essa ampliação de escopo incluiu não apenas a ênfase na alfabetização, mas também a introdução do ensino de habilidades práticas e profissionais voltadas para adolescentes do sexo feminino.

O ano de 1967, foi marcado pela chegada das religiosas do Santíssimo Sacramento, promovendo alterações no estatuto da instituição. Posteriormente, em 17 de abril de 1969, a APMASJ passou a ser denominada Obra Social São José, consoante ao mencionado em ata “em conformidade com lei federal” (APMASJ. Livro de atas, 1949-1977, p. 50). Apesar de não ser encontrado nenhum Decreto-lei específico sobre a alteração da denominação da instituição, o Decreto n.º 22.506, de 22 de janeiro de 1947, que altera a denominação de estabelecimentos de ensino agrícola, subordinados ao Ministério da Agricultura (Brasil, 1947), e o Decreto n.º 60.731, de 19 de maio de 1967, que transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências (Brasil, 1967), sugerem essa necessidade, visto que ambos estabelecem diretrizes para a reorganização das instituições de ensino, permitindo, assim, maior coerência e alinhamento com as políticas públicas de educação, vigentes na época.

Em 1973, as religiosas desligaram-se da instituição e transferiram-se para a cidade de Salvador/BA⁵. O período entre 1973 e 1977 testemunhou mudanças na liderança e estrutura da instituição, com a entrada do Frei Adriano Cherubini⁶ e, posteriormente, sua saída resultou na permanência de sócios civis. Em 1989, o então prefeito municipal, Murilo Mota de Oliveira, por meio da Lei Municipal nº 5/89, de 31 de maio de 1989, instituiu a criação da Escola Municipal São José, com data retroativa a 1 de março de 1973 (Maruim, 1889). A municipalização da instituição pode ter sido impulsionada por uma estratégia para otimizar a gestão dos recursos educacionais e motivada por questões financeiras, assegurando recursos e financiamento contínuos, garantindo a sustentabilidade da escola.

A instituição enfrentou adversidades ao longo de seus 76 anos de existência, incluindo enchentes decorrentes de sua localização às margens do Rio Ganhamoroba. Além disso, as mudanças na estrutura administrativa, como a municipalização, datada

⁵ As religiosas do Santíssimo Sacramento que administravam a Obra Social São José (denominação da instituição após 1969), juntaram-se às religiosas da mesma congregação, que administravam o Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Aracaju e transferiram-se para Salvador/BA. Segundo Freitas (2002), o Colégio Nossa Senhora de Lourdes também encerrou suas atividades em 1973.

⁶ Frei Adriano Cherubini era italiano e permaneceu à frente da Paróquia de Maruim até 1976. Infelizmente, não há muitas informações sobre sua vida após partida da cidade, apenas que faleceu na Bahia alguns anos depois.

como vimos anteriormente de 1973, quando passou a ser chamada Escola Municipal São José, foram marcos relevantes na trajetória da instituição. Tantas mudanças acarretaram a perda de documentos essenciais para o diagnóstico educacional, contribuindo para desafios adicionais na preservação da história da instituição e do município.

Ao analisar essa trajetória institucional, é possível compreender não apenas a estruturação das funções da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, mas também os grupos sociais envolvidos ou impactados. Assim, esse estudo se propõe a investigar as ações educativas da APMASJ ao longo de sua trajetória. Essa análise proporciona uma compreensão do papel desempenhado pela instituição na inclusão social de crianças e de adolescentes em situação de pobreza.

O interesse por esse objeto de estudo veio à tona em 2012, quando assumi o cargo de coordenadora pedagógica na Escola Municipal São José. Ao perceber a necessidade de desenvolver um Projeto Político Pedagógico que contemplasse as particularidades da instituição de ensino, tive a oportunidade de examinar as atas de fundação daquilo que anteriormente era conhecida como Associação de Proteção a Menores Abandonados São José.

Isso suscitou as seguintes problematizações: Qual era o escopo e os propósitos fundamentais, subjacentes à formação de uma associação dedicada ao amparo e assistência a crianças e adolescentes pobres, no contexto rural do estado de Sergipe, durante o século XX? Como era o processo educativo e até que ponto a Igreja contribuiu para a caracterização da instituição? Qual era o perfil socioeconômico das crianças assistidas, responsável pelo impacto das práticas educativas da instituição? De que modo o patrimônio histórico-educativo do curso de preparação de economia doméstica da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José revelava as características do ensino ministrado na instituição?

Algumas hipóteses para a problemática apresentada fornecem um ponto de partida para o projeto, quais sejam: no contexto rural de Sergipe, durante o século XX, a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José surgiu com o propósito de atender crianças e jovens pobres do interior do estado de Sergipe; a continuidade da catequese São José, como objetivo da instituição, indica o papel da Igreja Católica na formação e desenvolvimento da APMASJ, influenciando o processo educativo com suas práticas e orientações; a APMASJ acolhia menores das classes menos favorecidas, cujas condições econômicas impactaram diretamente as práticas educativas desenvolvidas na instituição; o curso de preparação de economia doméstica rural tinha como objetivo

preparar as jovens para desempenhar papéis relacionados à agricultura e à administração doméstica, refletindo as características do ensino ministrado na instituição.

Diante das questões e hipóteses, foi proposto o seguinte objetivo geral da pesquisa: compreender as ações educativas desenvolvidas pela Associação de Proteção a Menores Abandonados São José durante o período de 1949-1973, evidenciando o papel da instituição em face dos públicos assistidos. Com base nesse objetivo geral, foram traçados os seguintes objetivos específicos: a) Analisar o contexto histórico e os objetivos iniciais da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, com foco em suas duas ações educativas voltadas para crianças e adolescentes desfavorecidos em Maruim, Sergipe; b) Identificar a participação da Igreja Católica e sua influência nas práticas e orientações da instituição; c) Investigar o perfil socioeconômico das crianças assistidas pela instituição, através da análise dos dossiês dos estudantes; d) Examinar a ação promovida pelo curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ, por meio de indicadores de suas práticas educativas⁷.

A investigação teve como marco inicial o ano de 1949, data da fundação da instituição, que começou como uma associação por iniciativa de civis. O período de estudo se estendeu até 1973, quando ocorreu uma mudança marcante na estrutura administrativa da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. Nesse ano, as religiosas do Santíssimo Sacramento desligaram-se da instituição, entregando a presidência ao Frei Adriano Cherubini. Como resultado, o estatuto foi modificado para a retirada das religiosas e a inserção do vigário da Paróquia Nosso Senhor dos Passos, no caso, o próprio Frei Adriano Cherubini, juntamente com o conselho paroquial e os sócios civis. Essa alteração marcou uma nova fase na trajetória das ações educativas da instituição, refletindo mudanças nas diretrizes e na gestão da instituição.

Com base nos registros do livro de ponto dos funcionários (1962-1972), observou-se uma regressão nas atividades educativas da instituição a partir de 1972, quando apenas uma professora assinou o livro, em comparação aos seis professores que assim fizeram nos anos anteriores. A partir de 1973, não houve registros no livro de ponto e, no *Livro de atas* (1949-1977), as atas das reuniões tornaram-se escassas, com sessões anuais registradas em 1973, 1975 e 1977. Em 1977, foi estabelecida a presidência que perduraria

⁷ No acervo da APMASJ, foi encontrada uma pasta datada de 1967, com diversos documentos do curso de preparação de economia doméstica rural. Neste estudo, foram utilizados como indicadores das práticas educativas, os planos de curso das disciplinas nutrição e preparo de alimentos, arte e habitação (trabalhos manuais) e vestuário, assim como relatórios das práticas educativas, enviados ao diretor da Escola Agrícola Benjamin Constant, Sr. Laonte Gama da Silva.

até 1980, período no qual não há mais registros em ata. Essa escassez de documentação sugere um declínio na frequência e na formalização das reuniões administrativas, o que pode indicar uma diminuição das atividades educativas da APMASJ, potencialmente impactando a continuidade e eficácia das ações educativas destinadas aos assistidos a partir de 1973. Possivelmente, em razão dessa redução nas atividades educativas, com a saída das religiosas, o prefeito municipal, em 1989, municipalizou a instituição, retroativamente a 1973. Essa decisão sugere que, durante o período de 1973 a 1989, a instituição tenha enfrentado uma lacuna administrativa, carecendo de uma gestão efetiva para a continuidade de suas atividades.

Essa pesquisa se insere na linha de pesquisa História da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UFS), que tem como objetivo central investigar a trajetória histórica dos sistemas educacionais, práticas pedagógicas e contextos socioculturais que influenciaram a educação ao longo do tempo. Além disso, está inserida no Grupo de Pesquisa em História da Educação: memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas – GEPHED/UFS, liderado pelo Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição, concentrando-se na análise e discussão dos acervos históricos de instituições educativas.

Ao alinhar-se com as metas e abordagens propostas pelo grupo, a pesquisa fez uso de referências da história da educação que estão ligadas aos estudos sobre história de instituições educativas, aplicando a abordagem da história cultural à história da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, a fim de compreender o papel institucional e sua relação com os assistidos. Certamente, a história cultural, conforme concebida pelo historiador francês Chartier (2002), focaliza principalmente a identificação do processo pelo qual uma dada realidade cultural é construída, concebida e interpretada, em diferentes locais e épocas.

A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção do real. Variáveis consoante as classes sociais ou meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço decifrado (Chartier, 2002, p. 16-17).

A aplicação das ideias de Roger Chartier (2002) ao estudo da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José implica a busca por compreender a construção social do significado em torno da instituição, explorando as práticas que moldaram sua representação ao longo do tempo. A pesquisa se aprofunda nas práticas de apropriação cultural, investigando como diferentes atores interpretaram e deram significado à missão da APMASJ, contribuindo para a construção da imagem e identidade dessa instituição ao longo das décadas. A perspectiva proporcionada pela aplicação das ideias de Chartier (2002) destaca a importância de se investigar as práticas que moldaram a trajetória da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José.

Para Roger Chartier (2002, p. 23), “a noção de representação é um dos conceitos mais importantes quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo”. Além disso, ao considerar o conceito do autor, a análise se estende ao papel das memórias de expressão oral das ex-alunas e ex-funcionárias como fontes que oferecem uma compreensão sobre as experiências vividas e percebidas dentro do contexto educacional da APMASJ. Com base nessas memórias, é possível examinar não apenas as práticas educativas, mas também como essas experiências foram interpretadas, internalizadas e ressignificadas ao longo das gerações — escutando as vozes das populações marginalizadas ou subalternizadas na construção de suas próprias histórias.

Essa compreensão do objetivo de uma associação de amparo a crianças menos favorecidas no interior do estado de Sergipe no século XX, na perspectiva da história cultural de Chartier (2002), requer também uma análise dos aspectos históricos, sociais e educacionais da época. A formação de tais associações deve ser entendida dentro do contexto do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, durante esse período, particularmente nas regiões menos urbanizadas e economicamente afetadas. A crise do modelo agroexportador em Sergipe, durante o século XX, desencadeou mudanças na estrutura econômica e social do estado.

Diante da crise do café no mercado internacional, a economia agrícola do chamado Centro-Sul expandiu-se em direção à produção do açúcar com efeitos devastadores para a economia do Nordeste, como um todo, e para a de Sergipe, em particular. O declínio do preço do açúcar que se seguiu ao aumento da oferta interna afetou fortemente a economia sergipana. Esse novo quadro implicou um recuo da área plantada de cana-de-açúcar e um retorno parcial à vocação pecuária, mesmo na região do Cotinguiba (Melo et al, 2009, p. 336).

A transição da economia, centrada na produção de açúcar para a busca por alternativas industriais, refletiu não apenas em transformações produtivas, mas também em desafios sociais, como o aumento da vulnerabilidade de certas populações, incluindo crianças menos favorecidas. A queda na produção açucareira e a migração para áreas urbanas, em busca de oportunidades de trabalho, contribuíram para o aumento do número de menores abandonados ou provenientes de famílias em situação de pobreza. Nesse contexto socioeconômico marcado por desigualdades, a emergência de associações de acolhimento para crianças e adolescentes pobres — majoritariamente vinculadas à Igreja Católica — refletia uma intersecção entre o campo religioso e o campo assistencial, convertendo capital espiritual em capital social e simbólico.

Tais instituições desempenhavam, assim, uma função dual: por um lado, preenchiavam lacunas decorrentes da ausência de políticas públicas direcionadas às populações marginalizadas, por meio de ações assistenciais; por outro, reproduziam estruturas de dominação ao reforçar comportamentos dos grupos dominantes e inculcar a disciplinarização dos corpos e mentes das crianças pobres. Cláudio Nogueira e Maria Alice Nogueira (2002) afirmam que essa dinâmica era operada mediante a transmissão de um arbitrário cultural, apresentado pela escola e pelas instituições de acolhimento como cultura legítima, mas que representava, na verdade, a cultura da classe dominante.

Tal fenômeno é explicado como poder simbólico (Bourdieu, 1998), segundo o qual, por trás das relações sociais existem disputas de poder – religioso, social, cultural – que favorecem uma hierarquia construída. Enquanto isso, a parcela socioeconomicamente menos favorecida sofre com imposições que perpetuam os estratos sociais. Bourdieu (1998) afirma que:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas das posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais (Bourdieu, 1998, p. 11).

Para Bourdieu (1998), o capital social, representado pelo conhecimento adquirido, pelos interesses ou pela educação, perpetua papéis sociais já que impõe à parcela menos favorecida a cultura vista como ideal pela elite. Zaia Brandão (2010) acrescenta que o sistema de disposições incorporadas que orientam percepções e ações dos indivíduos, ou seja, o habitus, é formado pela posição do sujeito no espaço social. De acordo com o

campo de exposição, o indivíduo passa a ter um “habitus”⁸ mais flexível ou menos diverso, refletindo diretamente nas suas possibilidades de ascensão social. Dessa forma, quando a escola ou instituição privilegiam um tipo específico de capital cultural e simbólico, reduz a probabilidade de ascensão de grupos populares. Em contrapartida, Cláudio Nogueira e Maria Alice Nogueira (2002) alertam que, mesmo existindo uma tendência geral, não se pode reduzir o indivíduo a um processo de reprodução social considerado como inevitável, sendo necessária uma análise mais detalhada na qual sejam consideradas as trajetórias individuais e as variações institucionais na constituição do habitus e nas práticas escolares. Nessa perspectiva, as instituições assistenciais reproduziam a desigualdade, moldando os menores pobres segundo os valores da classe dominante, impondo sua visão de mundo como legítima e usando seus capitais para manter ou melhorar sua posição no espaço social e, ao fazer isso, reforçavam a estrutura social existente.

Marcílio (2019) observa que a política de abertura de asilos para a infância órfã e desamparada acelerou-se nas duas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, refletindo a urgência e a crescente conscientização sobre a necessidade de amparar as crianças mais vulneráveis, diante das mudanças sociais e econômicas da época. As associações de amparo tinham como um dos principais objetivos a promoção da educação e a inclusão social das crianças menos favorecidas. Ao oferecer educação formal e, muitas vezes, capacitação profissional, essas instituições visavam dar às crianças as habilidades e os conhecimentos necessários para se integrarem na sociedade e no mercado de trabalho. A prevenção ao abandono e à delinquência era um dos objetivos dessas associações. Ao fornecer um ambiente seguro, educação e formação profissional, buscavam evitar que as crianças caíssem na marginalidade e no abandono. Acreditava-se que, ao oferecer oportunidades educacionais e práticas, essas crianças teriam mais chances de se tornarem cidadãos produtivos, conforme declara Marcílio (2019).

A filantropia visava preparar a criança pobre e a abandonada para o mundo do trabalho. Mas buscava também valorizar a família e prevenir a ociosidade, a prostituição, a mendicância, o crime, o abandono do menor, a criança de rua. Com isso, estaria domesticando e controlando as “classes perigosas”. A proposta era: assistir, para prevenir. Não sendo possível, entrava a correção, que seria exercida pela repressão rigorosa, auxiliada pela polícia. Para a filantropia, o Estado deveria

⁸ Para Bourdieu (1998), habitus é um sistema de disposições duráveis e incorporadas que orientam percepções, pensamentos, sentimentos e ações dos indivíduos, sendo resultado da internalização das condições sociais vividas ao longo da trajetória social, especialmente na infância.

participar da assistência e da proteção à infância abandonada e transgressora; mas a ação maior deveria ser do particular (Marcílio, 2019, p. 241).

Muitas dessas associações tinham uma forte base religiosa e moral. Além de oferecer educação, também buscavam transmitir valores éticos e morais, baseados em princípios religiosos. Em áreas predominantemente rurais como Sergipe, essas instituições priorizavam a educação primária, acompanhada de cursos específicos voltados para meninas, como o de economia doméstica. Embora algumas atividades também fossem orientadas para o desenvolvimento agrícola e rural, o foco principal era proporcionar uma formação educacional que preparasse as crianças, especialmente as meninas, tanto para a vida doméstica quanto para um papel ativo na comunidade. Além disso, buscava-se auxiliar ou, em certa medida, exercer algum controle sobre as famílias das crianças em situação de pobreza. Essas associações poderiam oferecer suporte direto às famílias, por meio de assistência e educação às crianças, o que, além de contribuir para uma melhor qualidade de vida familiar, também poderia facilitar uma tentativa de controle econômico sobre elas, moldando o papel dessas famílias no desenvolvimento local.

Dessa maneira, ao direcionar a formação das crianças e oferecer assistência às famílias, as associações possivelmente almejavam criar uma dinâmica em que as futuras gerações estivessem mais bem preparadas para atender às demandas do mercado de trabalho local. Esse processo não apenas aliviava a situação imediata de vulnerabilidade dessas famílias, mas também buscava garantir que elas se ajustassem aos padrões econômicos e sociais estabelecidos, consolidando uma estrutura em que o desenvolvimento local e o controle social andassem de mãos dadas. O impacto dessas ações, portanto, transcendia o auxílio pontual, transformando-se em uma estratégia a longo prazo para a conformação de uma sociedade mais previsível e, sob certos aspectos, mais controlada economicamente.

As práticas desenvolvidas por essas associações, ao aliarem a formação educacional com assistência social e moral, evidenciam a forte influência de modelos filantrópicos e religiosos na condução de suas atividades. No caso da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, assim como em instituições contemporâneas, como o Oratório Festivo São João Bosco, o Patronato Agrícola São Maurício e a Cidade de Menores Getúlio Vargas, observa-se uma estratégia comum de intervenção social voltada para o preparo das crianças e jovens para o trabalho agrícola e/ou doméstico,

alinhada com as necessidades locais. A revisão bibliográfica realizada no Repositório Institucional da UFS permitiu identificar essas entidades como representativas de um esforço mais amplo de adaptação da população desvalida às dinâmicas econômicas regionais. A análise dos estudos de autores como Bispo (2007), Bonifácio (2014), Nery (2019) e Conceição (2012), permite compreender como tais iniciativas buscavam moldar não apenas as crianças, mas também suas famílias, numa tentativa de controle social e econômico que atravessava o campo educacional e impactava o desenvolvimento das comunidades em que estavam inseridas.

Assim, essa pesquisa dialoga com estudos relevantes sobre instituições voltadas para crianças em situação de pobreza, referenciando trabalhos de autores como Bispo (2007), Bonifácio (2014), Nery (2019) e Conceição (2012), conforme exposto no quadro 1.

Quadro 1 – Dissertações relacionadas à história da educação de crianças ou adolescentes pobres, produzidas no PPGED/UFS

| Nº | Título do trabalho | Autor | Tipo | Instituição | Ano |
|----|---|--------------------------------|-------------|-------------|------|
| 1 | A educação da infância pobre em Sergipe: a Cidade de Menores “Getúlio Vargas” (1942-1974). | Alessandra Barbosa Bispo | Dissertação | UFS | 2007 |
| 2 | A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967). 2007. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007. | Joaquim Tavares da Conceição | Dissertação | UFS | 2007 |
| 3 | Acolher, evangelizar e educar: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para educação feminina em Aracaju (1914-1952). 2011. 287 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. | Nadja Santos Bonifácio | Dissertação | UFS | 2011 |
| 4 | O Patronato Agrícola São Maurício: célula mater do ensino agrícola federal em Sergipe (1924-1934). | Marco Arlindo Amorim Melo Nery | Dissertação | IFS | 2019 |

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do levantamento no Repositório Institucional da UFS (2023)

Bonifácio (2014) descreve o Oratório Festivo São João Bosco como uma instituição que acolhia meninas pobres e desvalidas, em regime de internato, oferecendo-

lhes uma educação beneficente e religiosa, direcionada para os valores católicos, sendo mais um exemplo de assistencialismo importante e atuando contra as desigualdades existentes na época.

Em 1924, Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado do Sergipe, também teve uma importante iniciativa no âmbito da assistência à criança desvalida: criou uma instituição educacional com o objetivo de resolver os problemas da infância pobre por meio da aprendizagem de um ofício agrícola. Essa instituição foi então denominada de Patronato Agrícola São Maurício (Nery, 2019). Do Patronato, após processo de federalização em 1934, surgiu o Aprendizado Agrícola de Sergipe. Em 1946, foi renomeado Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant e, em 1952, adotou oficialmente o nome de Escola Agrícola Benjamin Constant. A partir de então, a instituição consolidou-se como referência na formação agrícola em Sergipe. Em 1957, passou a ser denominada Escola Agrotécnica Benjamin Constant e, em 1964, transformou-se no Colégio Agrícola Benjamin Constant (Conceição, 2012), com enfoque no aprendizado prático, resumido no lema “aprender a fazer e fazer para aprender”. Funcionando em tempo integral, a instituição continuou sua trajetória de expansão e, posteriormente, deu origem ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS – Campus São Cristóvão) (Lima, 2021).

Conceição (2012) contribui ao realizar análise de relatos de expressão oral, por meio de entrevistas com ex-internos e ex-funcionários da Escola Agrotécnica (1934-1967), denominação anterior a atual (IFS – Campus São Cristóvão), onde pode-se constatar que a localização espacial na zona rural foi fator determinante para a adoção do regime de internato, assim como o assistencialismo da instituição atraía uma clientela predominantemente pobre, determinando além da formação profissional, assistência integral.

Segundo Bispo (2007), a Cidade de Menores surgiu com objetivo um pouco diferenciado, visto que assegurava, em seu ambiente, o mesmo assistencialismo que até então havia em outras instituições semelhantes, mas só recebia crianças e adolescentes nas idades de 7 a 18 anos, do sexo masculino, além de acrescer o ensino dos valores de disciplina e educação, mesmo que privando-os de liberdade, já que os jovens assistidos eram menores abandonados e/ou “menores infratores”, enviados pelo Juizado de Menores ou por assistentes sociais. Eles recebiam assistência educacional, além de aprendizado de técnicas agrícolas, visando a sua reinserção na sociedade.

A tese de Lima (2021), ao focar no modelo escola-fazenda na rede federal de ensino profissional agrícola, entre 1967 e 1986, se alinha de maneira congruente com outros estudos que traçaram perfis discentes em contextos educacionais específicos. Conceição (2015), em sua análise sobre o Aprendizado Agrícola de Sergipe (1934-1967), Melo e Conceição (2021), no estudo sobre o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1959-1968), e Almeida (2021), no contexto do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (1969-1981), todos contribuíram para a compreensão dos perfis socioeconômicos e educacionais de seus respectivos contextos.

Assim como essas pesquisas, a presente dissertação se propõe a compreender o significado das ações educativas da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, entre 1949 e 1973, explorando não apenas as práticas educativas, mas também o perfil socioeconômico das crianças e adolescentes assistidos durante esse período. As instituições abordadas, como o Oratório Festivo São João Bosco, o Patronato Agrícola São Maurício e a Cidade de Menores Getúlio Vargas, apresentam semelhanças e diferenças em relação à Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. O Oratório Festivo São João Bosco, descrito por Bonifácio (2014), seguia um modelo de internato e oferecia uma educação beneficente e religiosa, com ênfase nos valores católicos, assemelhando-se à Associação de Proteção a Menores Abandonados São José no formato institucional e na missão assistencialista, embora se distinguisse pelo público atendido, composto exclusivamente por meninas pobres e desvalidas.

Por sua vez, o Patronato Agrícola São Maurício, iniciativa de Maurício Graccho Cardoso, em 1924 (Nery, 2019), tinha como objetivo proporcionar aprendizado agrícola para resolver os problemas da infância pobre, evoluindo posteriormente para a Escola Agrícola Benjamin Constant e, mais tarde, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, Campus São Cristóvão (Lima, 2021). Assim como a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, o Patronato Agrícola São Maurício oferecia assistência integral e cursos profissionalizantes voltados para a economia agrícola, demonstrando uma semelhança na função educativa e assistencial.

A análise de Conceição (2012) sobre a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1934-1967) revela uma abordagem semelhante, com a instituição adotando um regime de internato por sua localização rural e oferecendo assistência integral, além de formação profissional. Por outro lado, a Cidade de Menores Getúlio Vargas, conforme descrita por Bispo (2007), tinha um objetivo diferenciado, visando a recuperação de menores abandonados e infratores por meio de assistência educacional e aprendizado de

técnicas agrícolas. Apesar desse viés corretivo, a instituição se assemelhava à APMASJ, quanto ao assistencialismo à infância pobre, ofertando cursos profissionalizantes e buscando a reinserção na sociedade.

Após a discussão com trabalhos referentes a outras instituições dedicadas ao acolhimento do menor abandonado, iniciou-se a pesquisa documental, na qual foram identificadas, selecionadas e digitalizadas diversas fontes que incluem: pastas individuais dos alunos, denominadas de dossiês estudantis, que contêm informações fundamentais como: certidões de nascimento, fotografias, fichas individuais com notas e frequência, atestados de saúde e cartões de vacina. Especificamente, foram encontrados 121 dossiês completos, 64 com informações incompletas, além de quatro dossiês vazios, contendo apenas os dados na capa.

A análise dos dossiês estudantis permitiu um estudo das trajetórias individuais das crianças atendidas pela Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, uma vez que esses documentos continham informações administrativas, como notas e frequência escolar, e revelaram aspectos pessoais dos assistidos. O levantamento documental da instituição abrangeu diversas fontes que elucidaram sua trajetória e práticas educativas. O caderno de matrículas, outra fonte documental, registra os alunos matriculados nas turmas do maternal entre 1971 e 1975, incluindo nome, data de nascimento, filiação e fotos. Para esse estudo, somente foram utilizadas como fontes as listas até o período recorte de 1973.

Os livros de ponto documentam a relação de professores e funcionários, permitindo a análise da estrutura organizacional e do corpo docente, essencial para entender as práticas pedagógicas ao longo do tempo. A Ata de Fundação é uma fonte que contém informações sobre os objetivos e a fundação da instituição, junto com as Atas Ordinárias e Extraordinárias de 1949 a 1977, que registram decisões administrativas e pedagógicas que moldaram a instituição.

A pasta de documentação do curso de preparação de economia doméstica rural, inclui avaliações de disciplinas como corte e costura, preparo de alimentos, trabalhos manuais, administração e enfermagem. Esta documentação, que também inclui ofícios, planos de curso, recibos e relatórios de matrícula e conclusão, foi fundamental para avaliar a formação prática das alunas e seu impacto em sua trajetória social e profissional.

Essas fontes, em conjunto, proporcionaram a análise das práticas educativas da instituição, permitindo uma compreensão de sua relevância no contexto educacional da região. Foram usadas também fontes iconográficas, compostas por três fotografias

encontradas na própria instituição, uma fotografia da Enciclopédia dos Municípios, duas do acervo da professora Maria Lúcia Marques Cruz e Silva e 11 fotografias fornecidas por entrevistadas: duas da ex-aluna Anita Santos Ferreira, duas da ex-aluna Neilde Lemos, duas da ex-professora Maria Célia Marques Cruz e cinco da ex-aluna e ex-professora Gedalva Dantas Menezes. Esses documentos ofereceram uma visão sobre a da instituição e sobre suas ações educativas.

O acervo documental existente na Escola Municipal São José, atual denominação da antiga Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, encontra-se em processo de degradação, graças às condições inadequadas de arquivamento: temperatura, umidade, presença de fungos e insetos, acondicionados em caixas de papelão localizadas em um depósito junto ao material de limpeza e material inutilizado. As pastas dos alunos, também denominadas de dossiês, constituem o conjunto de documentos sobre a vida escolar dos estudantes; geralmente composto por: ficha individual, certidão de nascimento, fotografia, atestado de saúde e comprovante de vacinação.

Outros locais de coleta de fontes incluíram o arquivo da Paróquia Senhor Bom Jesus dos Passos em Maruim, onde foram encontrados relatos no livro de tombo sobre a primeira formatura das adolescentes do curso de preparação de economia doméstica rural em 1954; o acervo da Escola Agrícola Benjamin Constant, que hoje faz parte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe⁹ – Campus São Cristóvão, onde foram procurados documentos entre a instituição e a APMASJ, já que houve vínculo entre elas durante algum tempo; e o Arquivo Público do Estado de Sergipe (APES), para identificar documentos que esclarecessem informações sobre a instituição, conforme o quadro 2, que apresenta um panorama dos arquivos e respectivos documentos levantados e transformados em fontes.

⁹ A coleta de fontes ocorreu no Centro de Memória Benjamin Constant (CEMBEC) pertencente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus São Cristóvão, local de salvaguarda de documentos da Escola Agrícola Benjamin Constant.

Quadro 2 – Outros arquivos e respectivos documentos transformados em fontes

| Arquivos | Acervo | Documentos/fontes levantadas |
|---|---|--|
| Arquivo Público do Estado de Sergipe | Documentação do GEPD ¹⁰ | <ul style="list-style-type: none"> Relatório da Caixa Escolar do GEPD |
| Arquivo e Centro de Memória Benjamin Constant do IFS – Campus São Cristóvão | Documentação da Escola Agrícola Benjamin Constant | <ul style="list-style-type: none"> Relatórios anuais de atividades (1955, 1956 e 1957) |
| Arquivo da Paróquia Senhor Bom Jesus dos Passos (Maruim) | Livros de tombo da Paróquia Senhor Bom Jesus dos Passos (Maruim) | <ul style="list-style-type: none"> Registro da primeira formatura da Escola Doméstica Registro da primeira eucaristia dos assistidos Registro de doação de terreno à Paróquia para construção da APMASJ e da Igreja São José. |
| Arquivos pessoais | Acervos de Maria Lúcia Marques, Anita Santos Ferreira, Neilde Lemos, Maria Célia Marques Cruz e Gedalva Dantas Menezes. | <ul style="list-style-type: none"> Fontes iconográficas |

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do levantamento fora da instituição em 2024

Além da documentação escrita, foram utilizadas memórias de expressão oral¹¹ (Meihy; Seawright, 2020), já que se trabalhou com lembranças e informações que são transmitidas verbalmente, através da fala e da comunicação oral, registradas e preservadas em gravações de áudio ou vídeo, coletadas por meio de entrevistas com ex-alunas e ex-funcionárias, que estiveram envolvidas com a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, durante o período de 1949 a 1973. Assim, foi definida uma amostra de dez entrevistadas, sendo sete ex-alunas e três ex-funcionárias, de modo a garantir uma representação abrangente dos diferentes papéis desempenhados na APMASJ

¹⁰ Grupo Escolar Padre Dantas, fundado em 1934 em Maruim. Sua caixa escolar denominava-se Anita Cardoso, como veremos adiante.

¹¹ A presente dissertação optou por utilizar o conceito de “memória de expressão oral” conforme definido por Meihy e Seawright (2020), que o entendem como a dimensão da história oral na qual a recordação de experiências e vivências é transmitida pela fala, constituindo não apenas relatos de fatos, mas também a construção subjetiva de significados. Trata-se, portanto, de um processo ativo de criação de sentido, no qual a oralidade permite compreender como os indivíduos interpretam e representam suas experiências pessoais e coletivas.

ao longo do período analisado, conforme o quadro 3 (lista de ex-alunas e ex-funcionárias entrevistadas).

Quadro 3 – Lista de ex-alunas e ex-funcionárias entrevistadas

| Ord | Nome | Vínculo |
|-----|---------------------------|---|
| 01 | Anita Santos Ferreira | Ex-aluna da Escola primária e do curso de preparação de economia doméstica |
| 02 | Gedalva Menezes Dantas | Ex-aluna da Escola Primária e ex-funcionária (professora da Escola primária) |
| 03 | Joana dos Santos | Ex-aluna da Escola primária e do curso de preparação de economia doméstica e ex-funcionária |
| 04 | Maria Célia Marques Cruz | Ex-funcionária (professora da Escola primária) |
| 05 | Maria Geni dos Santos | Ex-aluna do curso de preparação de economia doméstica |
| 06 | Maria Inez dos Santos | Ex-aluna do curso de preparação de economia doméstica |
| 07 | Maria Izabel dos Santos | Ex-aluna do Curso de preparação de economia doméstica |
| 08 | Renildes Rodrigues Santos | Ex-aluna da Escola primária |
| 09 | Rildê Rodrigues Santos | Ex-aluna da Escola primária |
| 10 | Semírames Marques Santos | Ex-aluna da Escola primária |

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do levantamento dos possíveis entrevistados em 2024

A reflexão sobre a relevância da memória oral na pesquisa historiográfica, concentra-se nas práticas de entrevista adotadas nesse estudo e na perspectiva de Jacques Le Goff (2003) sobre memória. Le Goff (2003) destaca a memória como uma função psíquica que permite ao homem reviver ou representar informações passadas, ampliando nossa compreensão desse fenômeno. Nesse contexto, utilizamos o conceito de memória de Le Goff (2003).

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (Le Goff, 2003, p. 419).

A história oral, conforme proposta por Meihy e Holanda (2015), busca capturar as perspectivas individuais das pessoas que vivenciaram eventos históricos, enriquecendo a compreensão, ao considerar, não apenas os fatos objetivos, mas também as experiências pessoais e interpretações individuais.

Assim, além da análise das fontes escritas e iconográficas, esse estudo se fundamenta em entrevistas realizadas com ex-alunas e ex-funcionárias da instituição. Essas entrevistas enriqueceram e corroboraram com as informações dos documentos, adotando a história oral temática como caminho metodológico para a produção das entrevistas. Durante a coleta das entrevistas, as participantes foram estimuladas a expressarem aspectos de suas vivências na instituição, as práticas e ações educacionais que moldaram a experiência da comunidade escolar.

Esta dissertação está estruturada em cinco seções. A primeira seção aborda elementos introdutórios, incluindo o objeto de estudo, os objetivos da pesquisa, o período delimitado, o referencial teórico e metodológico adotado, as fontes de pesquisa utilizadas e os problemas a serem investigados. As seções da dissertação foram nomeadas de forma a utilizar a metáfora do bordado, que permeia a proposta educativa da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José e reflete o conteúdo formativo inicial direcionado ao ensino de bordado simples às adolescentes. As escolhas terminológicas refletem tanto a temática da instituição quanto o próprio ofício de bordar, um dos pilares iniciais de sua atuação educativa. Tecer, pontos, linhas, bordar e fios são palavras metafóricas e sugerem os passos iniciais e o entrelaçamento de saberes e práticas, refletindo como cada aspecto da formação era trabalhado, tal como os pontos em uma peça bordada.

Na segunda seção, “Tecendo o Futuro”, representa a formação e a trajetória da APMASJ, sugerindo a construção gradual de um caminho educacional e social para os assistidos; uma “tecelagem” contínua de práticas. Nela, foram investigados o contexto histórico e os objetivos iniciais da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, com foco em suas duas ações educativas, voltadas para crianças e adolescentes desfavorecidos em Maruim, Sergipe.

Na terceira seção, “Entre Pontos e Linhas”, o foco foi na análise do perfil dos assistidos, em que cada característica individual foi entendida como parte de uma trama social. Nela, foi explorado o perfil socioeconômico das crianças assistidas pela Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, com base nos 176 dossiês de alunos da escola primária, das listas de alunos matriculados entre 1971 e 1975, contidas em um caderno encontrado no acervo da instituição e das memórias de expressão oral de ex-funcionárias e ex-alunas, todas participantes da instituição no recorte temporal estudado. A análise considerou variáveis como naturalidade, cor, sexo, faixa etária e

classe social. Esse levantamento socioeconômico objetivou compreender o perfil dos assistidos e, por conseguinte, as práticas educativas adotadas pela instituição.

Na quarta seção, “Bordando Habilidades”, foi realizada uma investigação sobre a ação promovida pelo curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ. Essa análise se concentrou na avaliação detalhada das práticas educativas do curso, utilizando como principais indicadores os planos de curso das disciplinas nutrição e preparo de alimentos, arte e habitação (trabalhos manuais) e vestuário, assim como os relatórios das práticas educativas enviados ao diretor da Escola Agrícola Benjamin Constant, para a compreensão das ações pedagógicas utilizadas na instituição durante o período investigado.

Na última seção, foram apresentadas as considerações finais e os principais achados e conclusões desse estudo, buscando responder aos questionamentos apresentados no início da pesquisa. Assim, a linguagem dos termos utilizados não só acompanham a temática dos conteúdos iniciais de bordado, mas também simbolizam a função da instituição em entrelaçar caminhos individuais no tecido social.

2. TECENDO O FUTURO: FORMAÇÃO E TRAJETÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS SÃO JOSÉ

Esta seção apresenta o contexto histórico e a fundação da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, traçando suas motivações e objetivos iniciais. Por meio da análise das ações educativas promovidas pela instituição, busca-se compreender os fatores que levaram à sua criação e os propósitos que nortearam suas atividades ao longo do tempo, destacando-se duas iniciativas: a primeira destinada a crianças desfavorecidas da época; e a segunda com ênfase no curso de preparação de economia doméstica rural, destinada a jovens do sexo feminino; ambas na comunidade de Maruim, Sergipe. Importa destacar que, apesar da nomenclatura “menores abandonados” utilizada pela APMASJ, os assistidos eram na verdade, filhos de famílias pobres, carentes de recursos materiais e educacionais, que buscavam na instituição uma oportunidade de instrução.

2.1. Filantropia e educação no Brasil do século XX

Para compreender a intersecção entre filantropia e educação no Brasil do século XX, é necessário analisar o que moldou as práticas assistenciais e educacionais nas últimas décadas do século XIX e ao longo do século XX. Durante esse período, o Brasil foi palco de mudanças substanciais em diversos aspectos, desde o cenário político e econômico até as relações sociais e culturais. Após a Abolição da Escravatura e a queda da Monarquia, o país passou por um período de transição marcado por novos desafios e oportunidades, especialmente no que diz respeito à proteção e assistência à infância desamparada. O país passava por profundas transformações, marcadas pela transição do regime escravocrata para o trabalho assalariado, bem como pelo processo de industrialização e urbanização em curso (Marcílio, 2019).

Segundo Marcílio (2019), as ideias positivistas de Augusto Comte ganharam destaque no Brasil pós-abolição, influenciando diretamente as políticas e as práticas relacionadas à infância desvalida, e propunham a separação da infância problemática em grandes instituições de regeneração ou de correção dos defeitos, refletindo-se na criação de novos sistemas de assistência. Esse movimento foi facilitado pela separação da Igreja e do Estado, bem como pelo declínio do monopólio religioso de assistência social,

instituído com base na caridade. Diante desse contexto, surgiram novos desafios e oportunidades no campo da proteção à infância desvalida, uma vez que as antigas instituições coloniais não conseguiam mais suprir as necessidades do país, tornando imperativa a adoção de novos sistemas de assistência.

A partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, a crença no progresso e na ciência permeava as sociedades ocidentais, impulsionando adaptações aos novos instrumentos e processos produtivos. Nesse período, ocorreu uma organização racional dos serviços de assistência, embasada em uma intenção educativa e desenvolvida no seio das instituições de educação popular, jurídica e sanitária. Como destaca Bispo (2007), essa época foi marcada por uma ênfase na valorização da infância, impulsionada pelo avanço científico e tecnológico. Essa valorização e o foco na educação popular refletem a adaptação às novas demandas sociais e econômicas.

De acordo com Bispo (2007), nesse contexto, em Sergipe, surgiram a “escola primária, o jardim de infância, a creche, os internatos organizados, os ambulatórios, as consultas às gestantes e lactantes, as Gotas de Leite” (Bispo, 2007, p. 20). Essas iniciativas refletiram esforços para proporcionar assistência e instrução às crianças em diferentes estágios de desenvolvimento, desde a primeira infância até a idade escolar. Essas instituições surgiram em um período de transformações sociais e políticas, quando o Estado começava a reconhecer a importância de intervir na área da educação e saúde pública (Bispo, 2007).

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 marcou um ponto decisivo nesse processo, estabelecendo as bases para políticas de assistência à infância. No entanto, como observado no manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, as inovações pedagógicas muitas vezes se restringiam aos jardins de infância, frequentados pela elite, enquanto as crianças das classes populares ainda enfrentavam carências educacionais. Assim, sob a ótica de Guimarães (2017), apesar dos esforços para expandir a oferta de educação e assistência às crianças, as desigualdades socioeconômicas persistiam, influenciando diretamente o acesso e a qualidade desses serviços para diferentes grupos sociais.

A valorização da infância, como uma importante fase do desenvolvimento humano, refletiu-se nas políticas e práticas sociais da época, destacando-se a importância do cuidado e da educação, desde os primeiros anos de vida. A criação e expansão dessas instituições de assistência e de educação infantil foram parte integrante do movimento mais amplo de modernização e progresso, que caracterizou o período.

Esse crescente interesse na criação de políticas públicas para a infância desamparada, foi apenas o início de uma série de iniciativas que marcariam a transição para uma assistência filantrópico-científica no país. Essa transição representou uma mudança na abordagem do Estado em relação à proteção social, evidenciando uma crescente valorização da intervenção, baseada em evidências científicas e com ênfase no desenvolvimento integral dos indivíduos, desde a primeira infância.

Segundo Gisele Sanglard (2014), a distinção entre filantropia e caridade está fundamentada na desvinculação da filantropia de qualquer conotação de piedade e na ênfase em sua utilidade social. A caridade, com raízes no dogma cristão e inspirada pelas obras de misericórdia do Evangelho, é intrinsecamente ligada à espiritualidade e ao objetivo de seguir preceitos religiosos. Esse conceito de filantropia, emergente do século XVIII, se estabelece como uma virtude secular, focado em ações sociais direcionadas à melhoria das condições urbanas e à mitigação de problemas como pobreza e doenças, sem a necessidade de referência espiritual. A partir de então, surgiu o novo modelo, denominado filantrópico-científico, de ajuda, que enfatizava um discurso moral e social, focado na implementação de soluções práticas e humanitárias na sociedade.

De acordo com Vogel et al (2021), após a instituição do Serviço de Assistência ao Menor (SAM), em 1941, a responsabilidade pela assistência das crianças e dos adolescentes foi transferida para o Estado, resultando em uma estreita interação entre os setores público e privado, caracterizada por práticas clientelistas e corrupção (Vogel et al, 2021). Esse marco representou uma reorganização nas políticas de proteção à infância, centralizando-as sob a gestão estatal e implicando uma reconfiguração nas relações entre os diferentes agentes sociais envolvidos na assistência a crianças e adolescentes em situação de pobreza. Essa mudança reflete o desenvolvimento no modelo de assistência, que passa de uma abordagem predominantemente caritativa para uma estrutura mais institucionalizada e regulada pelo Estado. Assim, a transição para a gestão estatal da assistência ao menor pode ser vista como uma adesão ao movimento filantrópico no contexto das políticas públicas.

Conforme observado por Nery (2019), esse processo ocorreu gradualmente, à medida que a sociedade passou a perceber a assistência como uma oportunidade não apenas de fornecer ajuda material, mas também de transmitir valores, hábitos e condutas sociais aos menores. Nesse novo modelo, a ênfase recaía não apenas na provisão de cuidados básicos, mas também na preparação dos menores para o futuro, por meio do

aprendizado de um ofício. Dessa forma, a assistência passou a ser concebida como um meio de formar profissionais capazes de contribuir positivamente para a sociedade.

Para atingir esse objetivo, em Sergipe, surgiram novas instituições, como os Institutos Profissionais, as Casas de Educandos Artífices, as Escolas de Aprendizes e Artífices e os Patronatos Agrícolas, que se consolidaram como representantes desse novo modelo de assistência ao menor (Nery, 2019). Essas instituições não apenas ofereciam educação e treinamento profissional, mas também assumiam um papel importante na regeneração social, buscando integrar os menores à sociedade de forma produtiva.

Marcílio (2019) corrobora o mesmo pensamento quando diz: “Começava a se pensar na fundação de grandes estabelecimentos totais de internamento e de segregação da sociedade para crianças e adolescentes carentes e sem-família” (Marcílio 2019, p. 239). No entanto, a abordagem predominante ainda era marcada pela filantropia, que preparava a criança pobre e abandonada para o mundo do trabalho, valorizando a família, como forma de prevenir problemas sociais. A assistência pública e a proteção à infância desamparada eram consideradas responsabilidades compartilhadas entre o Estado e a sociedade civil, com ênfase na ação do particular.

Com o tempo, as políticas de assistência à infância desamparada evoluíram, acompanhando os avanços sociais e legais. Em 1918, por exemplo, o Ministério da Agricultura criou os Patronatos Agrícolas, visando fornecer amparo e educação para os menores abandonados, além de ministrar noções práticas de agricultura e zootecnia. Eram considerados abandonados:

Os menores de catorze anos, maiores de nove que, por serem órfãos, ou por negligência, ou vícios, ou enfermidades, ou falta de recursos dos pais, tutores, parentes ou pessoas em cujo poder, guarda ou companhia vivam, ou por outras causas, forem entregues às autoridades judiciárias ou policiais, ou forem encontrados habitualmente sós na via pública, entregues a si mesmos e desamparados de qualquer assistência natural (Marcílio, 2019, p. 250).

Segundo Nery (2019), a partir dos oitocentos se convencionou a chamar criança pobre de “menor”. O autor explica: “A criança de família não era considerada menor; porém, caso necessitasse de assistência em alguma instituição, também receberia essa denominação. Ora, por se tratar de menores abandonados, pertencentes às classes pobres” (Nery, 2019, p. 17), essas crianças necessitam apenas do ensino e da educação, suficientes para garantir-lhes um futuro honesto e proveitoso, a instrução ministrada na instituição não ultrapassará o que for indispensável à integração do internato na vida social. Essas

iniciativas representaram um avanço determinante na abordagem da assistência à infância desamparada, fornecendo abrigo e educação básica, além de oportunidades de desenvolvimento profissional e social para esses jovens em situação de pobreza.

Sob a influência da primeira *Declaração dos Direitos da Criança*, de 1923, chamada também de *Declaração de Genebra*, foi criado no país o Juízo Privativo dos Menores Abandonados e Delinquentes (1924) (Marcílio, 2019). Essa medida refletiu o reconhecimento crescente dos direitos das crianças e a necessidade de proteção integral, marcando uma mudança na abordagem das políticas públicas relacionadas à infância.

A promulgação do *Código de Menores em 1927* (Brasil, 1927), como destacado por Bispo (2007), representou um marco na legislação brasileira relacionada à assistência e proteção à infância. Esse evento refletiu um consenso entre diferentes setores da sociedade brasileira, incluindo membros da elite, sobre a necessidade de intervenção governamental para proteger os menores e suas famílias. O Decreto n.º 17.943-A de 1927 concretizou essas leis, estabelecendo uma rede de estabelecimentos para a internação de menores abandonados e delinquentes. Essas medidas visavam proporcionar assistência e proteção integral às crianças em situação de vulnerabilidade, refletindo a preocupação crescente com os direitos das crianças no Brasil.

Sob essa perspectiva, Conceição (2012) discute a “pedagogia do internar”, como uma estratégia histórica de instrução e educação, influenciada por marcas culturais europeias, especialmente da França. Essa prática foi predominante no cenário educacional brasileiro até o final dos anos 1960, sendo adotada pelo Ministério da Agricultura em estabelecimentos federais de ensino agrícola. Além disso, o internamento foi uma prática presente em instituições dedicadas para crianças ou adolescentes pobres.

Esses esforços legislativos e institucionais contribuíram para a construção de um arcabouço para a proteção da infância no Brasil, culminando em reformas educacionais substanciais nas décadas seguintes. Nesse contexto, como observa Marcílio (2019), a emergência do “estado-protetor” na década de 1960 representou um ponto de virada na história da assistência social, fortalecendo parcialmente o papel do Estado na promoção do bem-estar e na garantia dos direitos sociais de crianças e adolescentes pobres. Contudo, tais ações distaram de alcançar a maior parte da população pobre de forma adequada. Em Sergipe, essa realidade se evidencia pelo surgimento de iniciativas promovidas por entes estatais e por particulares ou por instituições de cunho filantrópico e assistencial.

Uma dessas iniciativas foi instituída em 16 de agosto de 1914 sob o legado do sacerdote Dom Bosco, sob a denominação de Oratório Festivo São João Bosco. Sua

origem remonta ao ano de 1902 com a fundação da Escola Agrícola São José, localizada em um lugar conhecido como Tebaida. Com a missão de acolher meninos pobres, essa instituição representou o primeiro passo da Congregação Salesiana no Estado de Sergipe. Em 1913, o Padre Anibal Lazzari, ao perceber o considerável número de meninas desfavorecidas nas proximidades de Tebaida, incentivou as mulheres da Associação das Filhas de Maria e as Damas de Caridade a formarem um Oratório para atender a essa demanda crescente (Bonifácio, 2014).

Entre as Damas de Caridade estava Genésia Fontes que, juntamente com outras três senhoras, iniciaram os trabalhos apenas aos domingos e dias santificados, com o propósito de ensinar o catecismo às meninas pobres da região. O trabalho cresceu rapidamente e em 1917, o Oratório Festivo São João Bosco já contava com a presença de 230 meninas. Nesse mesmo ano, as atividades foram expandidas para funcionar diariamente, oferecendo não apenas o ensino do catecismo, bem como instrução em trabalhos manuais, proporcionando às meninas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento integral (Bonifácio, 2014).

Outra iniciativa foi o Patronato Agrícola de Sergipe, concebido durante a gestão do Presidente Graccho Cardoso, tendo sua origem nas terras adquiridas pelo estado desde 1912, a fim de estabelecer o Centro Agrícola de Sergipe. Segundo Nery (2019), o decreto de desapropriação da fazenda Quissamã, realizada pelo General Siqueira de Menezes, marcou o início dessa iniciativa. O funcionamento do Centro Agrícola começou em 1913, mesmo antes da resolução do pagamento pelas terras adquiridas. O presidente Manuel Presciliano de Oliveira Valadão defendeu a criação de uma Escola de Agricultura em Sergipe, no entanto, a concretização dessa ideia somente ocorreu durante o mandato do Presidente Graccho Cardoso.

O Patronato Agrícola São Maurício foi oficialmente criado em 31 de outubro de 1924, em resposta às expectativas de vários intelectuais da época, como Helvécio de Andrade, que enfatizava a necessidade de cooperação entre instituições educacionais e autoridades policiais na reabilitação de menores desfavorecidos (Nery, 2019). Seu ideal educacional estava imbuído de padrões moralizadores e disciplinadores de que a educação é fundamental para transmitir os valores sociais e integrar os indivíduos à vida em sociedade.

A criação do Patronato foi enaltecida como uma obra humanitária de regeneração, mas também como um meio de impulsionar a economia agrícola de Sergipe. Graccho Cardoso enfatizou a importância da moral cristã na formação dos jovens e destacou o

papel da instituição na construção de cidadãos conscientes e produtivos. O Patronato buscava, assim, transformar os indivíduos e contribuir para a melhoria da sociedade como um todo, pela disseminação de padrões civilizatórios e técnicas agrícolas.

Diante desse contexto, em 1938 foi criado o Serviço de Assistência a Menores Abandonados e Delinquentes, por meio do Decreto-lei n.º 39 de 28 de janeiro (Sergipe, 1938). Abelardo Maurício Cardoso assumiu a direção desse serviço e, procurando alternativas para solucionar os problemas enfrentados pelos menores em Sergipe, empreendeu uma viagem exploratória.

Ao retornar, Cardoso decidiu implantar em Sergipe o modelo de assistência aos menores abandonados e delinquentes, utilizado em São Paulo. Assim, teve início a construção da Cidade de Menores Getúlio Vargas, em 1939, localizada no município de Nossa Senhora do Socorro. O principal objetivo da instituição era educar e reeducar menores abandonados e delinquentes.

A Cidade de Menores Getúlio Vargas, inaugurada em 1942, representou outra iniciativa destinada a acolher menores abandonados e delinquentes do sexo masculino, com idades entre sete e dezoito anos, encaminhados pelos assistentes sociais ou pelo Juizado de Menores. Funcionando em regime de internato, a instituição oferecia apoio educacional e profissional por meio de técnicas agrícolas, visando a reinserção desses jovens na sociedade. A instituição foi implantada em Sergipe sob a gestão do interventor Eronildes Ferreira de Carvalho (Bispo, 2007).

Ainda segundo Bispo (2007), nos anos 1940 e 1950, Aracaju experimentou um notável aumento populacional, o que resultou em um incremento significativo da infância pobre na cidade. Enquanto o centro da cidade se expandia com a construção de novos casarões, Aracaju era considerada um símbolo de modernidade e progresso. Contudo, essa aparente prosperidade não a imunizava contra os problemas sociais que assolavam o restante do país. A concentração de população carente na cidade trazia consigo um ambiente propício para o surgimento de doenças, desordem, criminalidade e imoralidade.

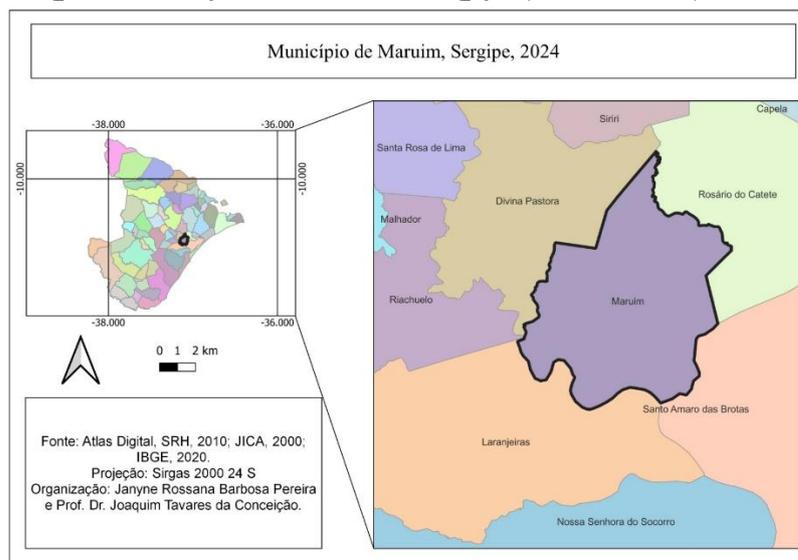
Em consonância com os desafios sociais em questão, tais como o processo de industrialização e urbanização, observou-se um aumento na demanda por assistência social em Sergipe. Em resposta a esse cenário, houve o estabelecimento de novas instituições e a formulação de políticas públicas destinadas a fomentar o bem-estar social. O Estado assumiu um papel mais proeminente na oferta de serviços sociais, visando expandir o acesso à saúde, educação e assistência para a população sergipana.

Nessa conjuntura, a filantropia emergiu como uma resposta às crescentes demandas sociais, derivadas da industrialização e urbanização, além de ter desempenhado um papel importante na mitigação dos efeitos adversos desses processos, sobre as camadas menos favorecidas da sociedade. As elites econômicas e intelectuais assumiram um papel proeminente na promoção de ações filantrópicas. Investiram na criação e financiamento de instituições dedicadas à assistência social e educação, visando atender às necessidades emergentes da população afetada pelas transformações sociais e econômicas.

2.2- A cidade de Maruim e o estabelecimento da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José

Foi na cidade de Maruim, em Sergipe, que se estabeleceu a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. As relações comerciais entre Sergipe e o exterior, outrora favorecidas pela privilegiada localização geográfica de Maruim — próxima à Barra do Rio Sergipe (como atesta a Figura 1) —, atraíram empreendedores de diversas nacionalidades, incluindo portugueses, franceses, alemães, ingleses, suecos, noruegueses, entre outros. A fixação desses empreendedores na cidade contribuiu para o desenvolvimento econômico local (Silva, 2020).

Figura 1 – Mapa do estado de Sergipe (1940 – 1970)



Fonte: Atlas Digital, SRH, 2010; JICA, 2000; IBGE, 2020

Na cidade de Maruim, durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, concentravam-se importantes empresas como a Casa Inglesa, Schramm e Cia, A. Fonseca, A Casa Cruz, Maynard e Irmãos e Soares & Prado. Entretanto, com a Abolição da Escravatura em 1888 e o conseqüente declínio do sistema agrário escravista, essas empresas enfrentaram graves crises financeiras, levando muitas à falência. O processo de decadência das companhias estabelecidas em Maruim iniciou-se nesse período, acentuando-se a partir de 1900, quando o fechamento de diversas casas comerciais motivou o êxodo de muitos empresários estrangeiros da região (História dos municípios, 2002).

Apesar do declínio econômico, alguns empresários, como o Comendador João Rodrigues da Cruz e Josias Vieira Dantas, desempenharam papéis fundamentais para o desenvolvimento da cidade. O Comendador João Rodrigues da Cruz, em colaboração com seu irmão, Thomaz Rodrigues da Cruz, fundou a firma Cruz Irmãos & Cia e deixou recursos para a construção do Instituto Cruz, uma escola de comércio inaugurada em 1902 (Silva, 2020). Josias Vieira Dantas também contribuiu para a economia local, fundando diversas empresas, como o Banco de Crédito Popular de Maruim, a Sergipe Fabril e o Curtume São José, além de estabelecimentos comerciais e industriais. Essas iniciativas eram alternativas para mitigar os efeitos do declínio econômico da cidade (Dantas, 2002).

Desse modo, a partir do final do século XIX, a cidade de Maruim, assim como o restante do país, precisou adaptar sua economia às novas demandas de um contexto em transformação, marcado pela expansão do trabalho assalariado e pelo avanço da urbanização. Essas mudanças influenciaram a maneira como, ao longo do século XX, a filantropia e a educação se consolidaram como ferramentas essenciais para organizar e moldar a sociedade em tempos de transição.

Na década de 1950, Maruim ainda trazia ecos de seu passado como um importante centro comercial e exportador, que outrora enviava açúcar e algodão ao exterior e mantinha consulados de diversos países em seu território. As figuras 2, 3 e 4, do Centro Comercial, da Praça da Igreja Matriz Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos e do Gabinete de Leitura de Maruim, respectivamente, capturam momentos da década estudada.

Na Figura 2, observa-se a Rua Barão do Rio Branco, uma das vias mais antigas do município, que recebeu calçamento em pedra calcária, preservando parte do traçado urbano histórico de Maruim. À esquerda, destaca-se o prédio do Gabinete de Leitura, um dos símbolos do apogeu intelectual da cidade, enquanto à direita localiza-se o edifício da Prefeitura Municipal, sede administrativa do município.

Figura 2 – Rua Barão do Rio Branco – Maruim-Se (1959)



Fonte: Ferreira (1959, p. 365)

Já na figura 3, a Praça Barão de Maruim exibe o antigo coreto, local de encontros e manifestações culturais, com o histórico Gabinete de Leitura ao fundo. No centro da praça, ergueu-se o busto do Barão de Maruim, homenagem ao título concedido a João Gomes de Melo em reconhecimento à sua relevância política e econômica.

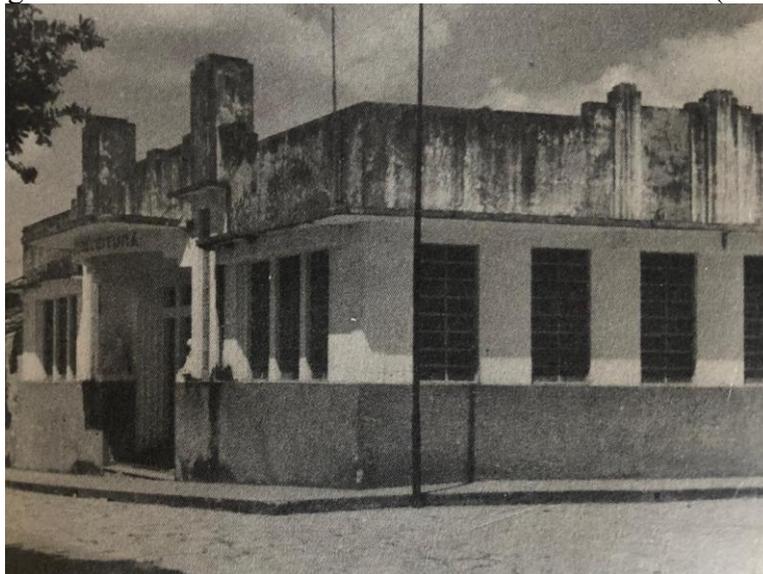
Figura 3 – Praça Barão de Maruim – Maruim-Se (1950)



Fonte: Silva (2020, p. 204)

A figura 4, por sua vez, evidencia o Gabinete de Leitura de Maruim, fundado em 19 de agosto de 1877, com projeto arquitetônico assinado por Corinto Pinto de Mendonça. Reconhecido como de Utilidade Pública Nacional em 1919, o edifício tornou-se um marco da trajetória cultural da cidade, refletindo a efervescência literária que caracterizou Maruim nos séculos XIX e XX.

Figura 4 – Gabinete de Leitura de Maruim – Maruim-Se (1959)



Fonte: Ferreira (1959, p. 365)

A riqueza histórica e cultural de Maruim, expressa em suas edificações e espaços públicos, testemunhos de uma fase de prosperidade econômica, contrastava com as condições de pobreza da população do município e da região, especialmente na segunda metade do século XX, período de maior atividade da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, objeto desta pesquisa.

De acordo com os dados do recenseamento de 1950, obtidos por Ferreira (1959), a população do município de Maruim atingiu 8.013 habitantes, com a maioria sendo do sexo feminino e de cor parda. Em relação às ocupações, a maior parte dos habitantes estava envolvida em atividades ligadas à agricultura e pecuária (845 pessoas), seguidas por aqueles que trabalhavam na indústria (545 pessoas), no comércio (212 pessoas) e em setores como transporte e comunicações (136 pessoas). Ferreira (1959) ainda atesta que a maioria da população residia na zona urbana, totalizando 5.009 habitantes. Do total de habitantes em idade escolar, que incluía aqueles com cinco anos ou mais, 29% eram alfabetizados. O município contava com dez estabelecimentos de ensino primário e um de ensino médio, que matricularam 1.048 alunos no ensino primário e sessenta no ensino médio em 1956, com uma taxa de aproveitamento escolar de 270 e dez aprovações, respectivamente. Além disso, a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José mantinha uma escola que oferecia aulas de economia doméstica para jovens do sexo feminino, recrutadas nas classes menos favorecidas (Ferreira, 1959).

A Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, por ser uma instituição com duas ações distintas – uma direcionada à escola primária e outra ao curso

de preparação de economia doméstica rural, ambas destinadas à parcela mais pobre da população local – foi impactada pelas transformações tanto no campo da filantropia, quanto nas políticas educacionais. A APMASJ, ao oferecer educação básica e formação profissional, se alinhava aos Decretos-lei¹² que organizavam esse tipo de ensino para as classes menos favorecidas. Ao mesmo tempo, seus esforços filantrópicos se inseriam em um contexto mais amplo de controle social, no qual a elite e o Estado buscavam moldar a nova configuração da força de trabalho em um país que transitava de uma economia agrária para uma industrial. Assim, a instituição se tornou um microcosmo das tensões entre assistência social e controle educacional que marcaram o período.

A Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, com sua atuação voltada para a educação primária e para o curso de preparação de economia doméstica rural, refletia diretamente as dinâmicas de transformação social e econômica que impactaram o Brasil e, mais especificamente, o município de Maruim. Conforme argumenta Chartier (2002), as instituições não apenas refletem uma realidade social preexistente, mas participam ativamente da construção de representações e significados que legitimam determinadas hierarquias e funções sociais. No caso da APMASJ, as práticas educacionais adotadas pela instituição podem ser vistas como um reflexo das tensões entre a assistência filantrópica e a educação como ferramenta de controle social. Ao oferecer educação básica para os mais pobres, a instituição se alinhava às estratégias de reorganização social e educacional em vigor na época, não apenas proporcionando acesso ao ensino, mas também moldando a percepção de papel e de classe social. Dessa forma, a APMASJ se insere num movimento mais amplo no qual a filantropia e a educação, longe de serem apenas meios de ascensão social, também se tornaram mecanismos de controle e de manutenção das estruturas de poder. Como Chartier (2002) sugere, as representações criadas por essas instituições contribuem para a legitimação das hierarquias sociais, especialmente quando associadas a um projeto educacional que visava a formação de uma força de trabalho subalterna e estratificada, como evidenciado pela divisão educacional entre classes sociais. Assim, a APMASJ se torna um reflexo das

¹² O Decreto-lei n.º 4.073 de 30 de janeiro de 1942, que estruturava o ensino industrial; o Decreto-lei n.º 6.141 de 28 de dezembro de 1943, que ordenava o ensino comercial; e o Decreto-lei n.º 9.613 de 20 de agosto de 1946, chamado de Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Além desses, outros decretos-lei foram promulgados pós-Estado Novo, para a organização do ensino primário (Brasil, 1946) e ensino normal (Brasil, 1946c).

tensões entre a assistência social e o controle educacional, que marcaram o período e influenciaram diretamente as políticas educacionais e filantrópicas do Brasil.

A APMASJ, ao oferecer cursos direcionados à economia doméstica rural para as classes mais pobres, buscava responder às necessidades de um município que, embora tivesse experimentado um período de prosperidade econômica, precisava se ajustar às novas realidades sociais e econômicas impostas pela industrialização. Desse modo, a intersecção entre as transformações econômicas de Maruim e as políticas educacionais nacionais reflete um movimento mais amplo de reorganização social, no qual instituições como a APMASJ desempenhavam um papel estratégico na formação da nova força de trabalho.

Nesse cenário, as elites econômicas e intelectuais foram fundamentais na promoção de ações educacionais e filantrópicas, assumindo a responsabilidade de financiar e estabelecer instituições voltadas para assistência social e educação. Ações filantrópicas como a fundação da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José e a criação de escolas, como o Instituto Cruz¹³ refletiam tanto uma estratégia de controle social quanto uma tentativa de adaptação às novas exigências produtivas, alinhando-se às reformas e políticas educacionais que visavam preparar a população para a economia emergente no país.

Dessa forma, sugere-se que essas ações apresentavam uma intenção estratégica por parte das elites em formar mão de obra qualificada para suas empresas, que enfrentavam o desafio de substituir a força de trabalho escrava após a abolição. A fundação de escolas e instituições com foco na educação e proteção de crianças em situação de pobreza poderia, assim, ter servido não apenas para oferecer assistência social, mas também para criar uma classe de trabalhadores aptos a atender às demandas emergentes do mercado industrial e agrícola. Dessa forma, o esforço educacional e assistencial talvez estivesse vinculado ao interesse econômico das elites, que buscavam garantir a continuidade de suas atividades produtivas em um momento de profundas transformações na economia maruinense.

A *Enciclopédia dos municípios brasileiros*, de Jurandyr Pires Ferreira (1959), cita que fatores socioeconômicos do século XX, como avanços nos transportes e comunicações, também contribuíram para que uma parte substancial das atividades comerciais de Maruim fosse absorvida pelo florescente comércio de Aracaju, a capital do

¹³ Fundada em 1902 em Maruim/SE, “há evidências de que foi a primeira Escola de Comércio de Sergipe. Ministravam-se aulas de contabilidade” (Silva, 2020, p. 214).

estado, que, devido ao seu porto mais desenvolvido, experimentou um rápido crescimento econômico, controlando assim, toda a área que anteriormente se abastecia em Maruim e Laranjeiras (Ferreira, 1959).

O prédio da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José localizava-se no bairro São José, localidade conhecida por ser afastada do centro urbano e por ser espaço destinado à parcela mais pobre da população maruinense. Na figura 5, observa-se que o prédio foi edificado em uma rua de chão batido, sem qualquer tipo de calçamento, o que indica a falta de infraestrutura básica no local. Além disso, a presença de uma cerca simples, ao lado da instituição, reforça a percepção de que se tratava de uma área habitada por pessoas economicamente desfavorecidas, sugerindo um ambiente carente de recursos e em contraste com as edificações do centro da cidade, representadas nas figuras 2, 3 e 4 anteriormente apresentadas. Esses elementos visuais contribuem para uma compreensão das dificuldades enfrentadas pela comunidade e pela própria instituição, no seu esforço de acolher crianças pobres e do próprio tipo de espaço físico que era utilizado em instituições do gênero.

Figura 5 – Prédio da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José



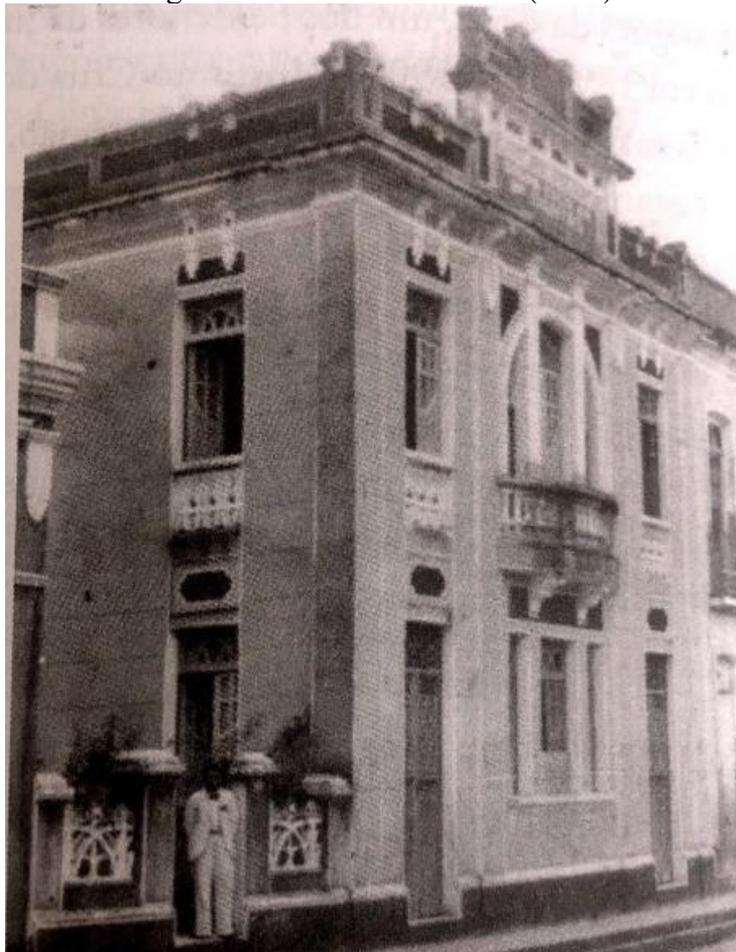
Fonte: Ferreira, Jurandyr Pires. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959, p. 369.

Assim, já em seu primeiro ano de funcionamento, a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (APMASJ) possuía um prédio próprio, construído especificamente para atender às suas finalidades educacionais e assistenciais. Embora a estrutura fosse simples e adaptada às condições do bairro São José — onde residia a parcela mais pobre de Maruim, distante do centro urbano — representava um avanço para

a comunidade. A construção, modesta e com poucas salas, refletia tanto as limitações econômicas da região quanto a possível percepção elitizada de que, para a população em situação de pobreza, já constituía um grande benefício dispor de uma escola na localidade.

Em contraste, o Grupo Escolar Padre Dantas (GEPD), situado em área mais próxima ao centro urbano, funcionou durante seus primeiros anos em casas adaptadas para uso escolar, sem contar com uma estrutura dedicada exclusivamente ao ensino. Sua edificação própria, adquirida pelo Governo do Estado em agosto de 1934, destaca-se pela arquitetura imponente, tendo originalmente servido como residência do intendente de Maruim, Gaspar Lemos. O prédio do GEPD, retratado na figura 6, contrastava nitidamente com a modesta edificação da APMASJ, refletindo a importância e o prestígio da instituição no contexto local.

Figura 6 – Fachada do GEPD (1935)



Fonte: Silva (2020, p. 216).

O Grupo Escolar Padre Dantas, fundado em 1935, frequentado por filhos de figuras influentes, como juízes e o chefe da exatoria, funcionava em um prédio situado em uma das principais ruas do centro (Silva, 2020), o que o colocava em uma posição privilegiada em relação às escolas situadas em áreas periféricas, como a APMASJ.

Outro exemplo de instituição educativa no período foi o Ginásio Maruinense, fundado em 1954, que se integrava à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). Com o objetivo de oferecer ensino ginásial a jovens de famílias pobres, o ginásio visava democratizar o acesso à educação formal e dar continuidade aos estudos além do nível primário, complementando o trabalho de outras instituições, como a APMASJ (Silva, 2020).

A estrutura simples da APMASJ incorporava uma intencionalidade pedagógica adaptada ao perfil socioeconômico de seus alunos. Como observam Escolano (2001) e Frago & Escolano (2001), a arquitetura escolar transcende sua materialidade, funcionando como um “currículo oculto” que molda comportamentos através da

organização espacial. No caso da APMASJ, a disposição dos ambientes — com fins à instrução básica e à economia doméstica — reforçava valores de disciplina, trabalho e papéis sociais, preparando as jovens para funções consideradas “úteis” na época.

Apesar da simplicidade, o prédio representava uma construção cultural significativa. Sua localização no bairro São José e sua configuração arquitetônica refletiam tanto as limitações econômicas quanto uma pedagogia que, através do espaço, inculcava normas e hábitos. Como destacam Frago e Escolano (2001, p. 26), “a arquitetura escolar é [...] um discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores”, evidenciando como o ambiente educacional da APMASJ atuava como mecanismo sutil de formação social e moral.

A gênese da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, a somar com a de outras instituições pares da época, reflete as preocupações sociais e educacionais que permeavam a comunidade de Maruim na primeira metade do século XX. A APMASJ, embora fundada com um viés religioso, apesar de sua base confessional, conforme registrado em sua ata de fundação, seu objetivo primordial era a retirada de crianças da pobreza. Além disso, a ênfase na moralidade permeava as práticas educativas da instituição, refletindo uma preocupação com a formação de cidadãos úteis à sociedade.

O contexto legal da época também influenciou a criação da APMASJ. O Decreto 17.943-A de 12 de outubro de 1927 estabelecia disposições específicas para o tratamento de menores de idade que estivessem envolvidos em atividades criminosas ou em situação de abandono. Essas disposições destacavam a importância da intervenção do Estado e da sociedade civil na proteção e assistência às crianças em situação de vulnerabilidade.

Diante desse cenário, os fundadores da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José assumiram a responsabilidade de criar uma instituição que, além de oferecer assistência às crianças desfavorecidas, capacitasse as jovens do sexo feminino com habilidades e conhecimentos que lhes permitissem construir um futuro melhor. Através de suas ações educativas, a Associação de Proteção a Menores Abandonados estabeleceu uma escola primária e um curso de preparação de economia doméstica rural, onde oferecia às crianças oportunidades de educação e capacitação às jovens, permitindo-lhes escapar do ciclo de pobreza e marginalização.

Ademais, a criação da Associação de Proteção a Menores Abandonados refletiu a compreensão dos fundadores sobre a importância da cooperação entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado na promoção do bem-estar social. Ao estabelecer parcerias com autoridades locais, líderes comunitários, religiosos e empresários, os

fundadores da instituição foram capazes de mobilizar recursos e apoio necessário para garantir o sucesso de suas iniciativas educativas. Uma dessas parcerias ocorreu com a Superintendência da Escola Agrícola Benjamin Constant, conforme consta no relatório de conclusão datado de 1 de dezembro de 1954:

Ao primeiro dia do mês de dezembro de 1954, no salão da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, onde funciona o curso de treinamento de economia doméstica, Superintendência da Escola Agrícola Benjamin Constant, foi feita as provas escritas das alunas matriculadas. Às 9 horas teve início a prova escrita de Agricultura. Tendo sido feita a chamada, verificou-se que não houve faltas. Fizeram parte da mesa as senhoritas: Josilda de Mello Dantas, Orientadora, Margarida Maria de Meneses Maynard, Luiza Teles Moraes e Yvone de Mello Dantas, professora da cadeira. (APMASJ. Relatório de conclusão, 1954, p. 11)

O relatório de conclusão do primeiro ano do curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ ratifica a informação de que desde 1954 já havia uma subordinação e parceria da instituição a Escola Agrícola Benjamin Constant. A ex-aluna e ex-professora Gedalva Dantas Menezes (2024) lembrou que a instituição mantinha diversas parcerias, entre as quais com o Estado, com o Governo Federal através da Escola Agrícola Benjamin Constant (Quissamã) e chegou até a manter parceria com a Legião da Brasileira de Assistência (LBA).

2.3- Motivações e objetivos da fundação da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José

A Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, fundada em 19 de março de 1949, no município de Maruim, Sergipe, desempenhou um importante papel na história da assistência social destinada a crianças e jovens desfavorecidos. É relevante observar que os chamados “menores abandonados” da APMASJ não eram órfãos, mas crianças e adolescentes de famílias em situação de pobreza, carentes de condições materiais e educacionais, que recorriam à instituição para acesso à instrução e apoio.

Inicialmente estabelecida para perpetuar o catecismo São José, iniciado em 1936 por Anita Cardoso, a instituição expandiu suas atividades para incluir serviços sociais dedicados a elevar a posição social das crianças pobres na comunidade e implementou uma escola de preparação de economia doméstica rural para jovens pobres do sexo

feminino, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de habilidades essenciais, para melhorar sua qualidade de vida e perspectivas futuras.

O relato de Joana dos Santos (2024), ex-aluna da APMASJ, nascida em 1938 e residente nas proximidades da instituição, oferece um testemunho privilegiado sobre a trajetória da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José desde sua fundação até o afastamento de sua idealizadora, Josilda de Mello Dantas. Segundo a entrevistada, a instituição teve origem na ação catequética de Dantas no bairro São José. Confrontada com a pobreza local, a fundadora iniciou um trabalho assistencial com crianças carentes, criando a Casa de Nazaré — espaço precursor onde as meninas aprendiam bordado antes da formalização da associação (Santos, 2024).

Esse relato destaca a iniciativa pioneira de Josilda de Mello Dantas, ao reconhecer as necessidades da comunidade e iniciar suas atividades com a catequese, expandindo gradualmente para atender a outras demandas, como a formação profissional das meninas por meio do ensino de bordado simples na Casa de Nazaré, “célula” inicial da APMASJ. Josilda iniciou sua trajetória profissional no Colégio Nossa Senhora de Lourdes¹⁴, em Aracaju, onde concluiu o Curso Normal em 1937. Ao retornar a Maruim, destacou-se como catequista, liderando “o maior grupo de catecismo da região, com 210 crianças inscritas em 1949” (PSP, Livro de tombo, 1949-1954, p. 190).

O reconhecimento dos serviços prestados por Josilda de Mello Dantas à comunidade foi evidenciado pelo Cônego Afonso de Medeiros Chaves em novembro de 1959, quando expressou sua gratidão no Livro de Tombo da Paróquia Senhor Bom Jesus dos Passos (1949-1954) ao patriarca da família, Josias Vieira Dantas, e suas duas filhas, Josilda e Antônia, por seu apoio à paróquia: “Há alguns nomes que convém deixá-los aqui gravados: D. Marieta da Cruz Prado, senhor Josias Vieira Dantas e suas duas filhas Josilda e Antônia Dantas, D. Bibi Mainart e seus filhos” (PSP, Livro de tombo, 1949-1954, p. 242-243).

A doação do terreno onde funcionaria a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José e a Igreja São José foi realizada pela família de Josilda de Mello Dantas, nas pessoas de seu pai, Josias Vieira Dantas, e seu tio Alcebíades Vieira Dantas. O Livro de Tombo da Paróquia Senhor Bom Jesus dos Passos registra a doação do terreno

¹⁴ Segundo Nunes (1984, p. 204), “o Colégio Nossa Senhora de Lourdes foi fundado em 1903 em Aracaju pelas religiosas Irmãs Sacramentinas com sede em Valence (França), aceitava alunas internas, semi-internas e externas” e funcionou até 1973, quando o prédio foi vendido, diante da impossibilidade de continuidade das atividades.

onde seria construída a igreja São José, nas imediações onde também seria construída a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José.

E assim resolveram desmembrar dois terrenos da dita rua Dr. Jackson de Figueiredo com a extensão de vinte e quatro metros de comprimento, sobre doze metros de largura, situada naquela rua (no bairro de S. José), como é conhecido, confrontando-se com os demais terrenos de onde fizeram o desmembramento, para efeitos fiscais, em quinhentos cruzeiros; e pela presente escritura, de livre e espontânea vontade, doam, como de fato doada têm, a faixa acima descrita, à Outorgada Paróquia do Senhor Bom Jesus dos Passos, desta cidade de Maruim, para o fim especial e debaixo de extrema condição de ser, sobre o dito terreno, construída uma igreja, consagrada ao glorioso S. José. (PSP, Livro de Tombo, 1949-1954, p. 237).

A relação estreita entre a família Dantas e a Igreja Católica em Maruim é evidenciada pelas várias contribuições e pelo envolvimento da família nas atividades da paróquia. A iniciativa de Josilda de Mello Dantas, moldada por seus anos de estudo no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e por sua função como catequista, expandiu-se para a criação da Casa de Nazaré e, posteriormente, da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. Esse engajamento foi reconhecido pelo Cônego Afonso de Medeiros Chaves¹⁵, destacando o expressivo apoio da família Dantas.

A iniciativa de Josias Vieira Dantas em investir na construção de uma escola para crianças pobres transcende a mera filantropia, revelando-se como uma estratégia de consolidação da influência católica na comunidade. A doação do terreno tanto para a igreja quanto para a APMASJ pela família Dantas evidencia uma simbiose entre os interesses familiares e os da igreja, onde educação e assistência social convertiam-se em capital simbólico para ambos os agentes. Nessa perspectiva, a motivação não residiria exclusivamente no bem-estar das crianças pobres, mas também se constituiria igualmente um mecanismo de afirmação social da família Dantas, mediante sua associação com a instituição religiosa.

Nesse contexto, o aporte de Josias na criação de um espaço educativo poderia ser visto como uma estratégia para angariar apoio e reconhecimento, tanto da comunidade quanto das autoridades religiosas. Assim, a instituição se tornava um símbolo de desenvolvimento social e de um capital social que poderia ser utilizado para fortalecer laços e ampliar a rede de contatos da família. É importante considerar se essa ação foi

¹⁵ Assumiu a Paróquia Senhor Bom Jesus dos Passos em 1955 e permaneceu até 1959. Envolveu-se com a fundação do Ginásio Maruinense, chegando a lecionar na instituição (Silva, 2020).

fruto de uma preocupação com as condições das crianças, ou se, em última análise, o investimento estava intrinsecamente ligado a interesses pessoais e familiares, refletindo um desejo de perpetuar uma imagem de benevolência que, ao mesmo tempo, solidificava a posição da família dentro da hierarquia social e religiosa local.

Por outro lado, enquanto Josias Vieira Dantas era figura proeminente em Maruim, responsável por diversas iniciativas que contribuíram para o desenvolvimento do município de Maruim, como a implantação da Sergipe Fabril em 1927 e o Cineteatro Tobias Barreto, Alcebíades Vieira Dantas havia ingressado na política e, tendo sido eleito prefeito de Maruim, entre 1925 e 1928, dedicava-se ao desenvolvimento da cidade e à implementação de projetos que visavam melhorar a infraestrutura urbana e promover o progresso socioeconômico local (Silva, 2024). Os dois irmãos fundaram o Banco de Crédito Popular em 1925, uma iniciativa que contribuiu para fortalecer a economia de Maruim e gerar empregos para seus habitantes.

É nesse cenário que a criação de um espaço educativo, financiado por Josias e sua família, pode ser interpretado não apenas como um gesto filantrópico, mas também como uma oportunidade estratégica para o fortalecimento da base econômica e política da família. A instituição, além de seu papel social, também podia representar uma fonte de produção de mão de obra, alinhada aos interesses industriais e comerciais dos fundadores. Tanto Josias quanto Alcebíades eram proprietários de empresas e fábricas no município, o que sugere que o investimento na educação de crianças carentes não se restringia ao assistencialismo, mas possuía um componente econômico importante. Ao formar jovens aptos para o trabalho, especialmente em áreas relacionadas à economia doméstica e ao trabalho agrícola rural, a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José poderia contribuir diretamente para a sustentação e expansão das atividades econômicas locais, oferecendo uma nova geração de trabalhadores para atender às demandas das fábricas e empresas lideradas pela família Dantas.

Sob esse prisma, Alcebíades Vieira Dantas não só se destacou na esfera política e financeira, mas em 1949, em parceria com seus sobrinhos Pedro de Mello Dantas e Josilda de Mello Dantas, e o apoio de seu irmão Josias, fundou a Associação de Proteção aos Menores Abandonados São José. Foi eleito presidente desta instituição, proporcionando educação e oportunidades para crianças e jovens desfavorecidos da região.

Essa instituição foi responsável por oferecer o ensino agrícola na região, sendo posteriormente incorporada pelo Ministério da Agricultura. Pedro de Mello Dantas trabalhou ao lado de seu pai, gerenciando o curtume São José e administrando as fazendas

da família. Além de sua dedicação aos negócios familiares, Pedro assumiu um papel ativo na comunidade, colaborando como secretário, ao lado de seu tio Alcebiades Vieira Dantas, na primeira diretoria da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, fundada em 1949. Sua vocação para a política se manifestou de forma evidente ao longo de sua vida. Entre os anos de 1967 e 1971, Pedro exerceu o cargo de prefeito de Maruim.

A ligação estreita da família Dantas com a política e seus interesses religiosos, evidencia uma provável estratégia integrada de influência e poder, além de interesses econômicos, em Maruim. Josias Vieira Dantas e Alcebiades Vieira Dantas, ao contribuírem para o desenvolvimento socioeconômico local, com iniciativas como a implantação da Sergipe Fabril e o Cineteatro Tobias Barreto, posicionaram os membros da família como líderes econômicos e benfeitores comunitários. A entrada de Alcebiades na política, culminando em seu mandato como prefeito e a fundação do Banco de Crédito Popular com seu irmão em 1925, reforçam essa aliança estratégica. Nesse contexto, a família Dantas utilizava o capital simbólico através de suas ações, já que convertia capital econômico em prestígio social e legitimidade política, o que reforçava a posição da família no campo do poder local, reproduzindo a hierarquia social sob uma roupagem filantrópica e empreendedora (Bourdieu, 1998).

Conforme Dantas ¹⁶(2002), Josias, apesar de não ter assumido cargos públicos, era um chefe político fiel a seu partido UDN (União Democrática Nacional) e buscava sempre apoiar seus correligionários.

Graças ao seu prestígio político, conseguiu indicar para cargos de maior representatividade do que o que ele exercera o irmão Alcebiades Vieira Dantas (prefeito) e os primos Aurélio Barreto (prefeito) e Heitor Azevedo (deputado estadual) (Dantas, 2002, p. 47).

A criação da Associação de Proteção aos Menores Abandonados São José em 1949, com Alcebiades presidente e a participação ativa de seus sobrinhos, sugere uma possível motivação que transcende o bem-estar social, fundindo interesses religiosos, políticos e econômicos. Além disso, a APMASJ, provavelmente, proporcionava educação e oportunidades para crianças pobres, além de solidificar a influência da Igreja Católica, refletindo a conexão da família com a instituição religiosa.

¹⁶ Sylvio de Mello Dantas é um dos 14 filhos de Josias Vieira Dantas. O livro intitulado *Josias Vieira Dantas: meu pai* é uma biografia das várias facetas do empresário e chefe político Josias.

A vocação política de Pedro de Mello Dantas, manifestada em seu mandato como prefeito entre 1967 e 1971, demonstra a continuidade dessa herança política. Essa intersecção entre projetos sociais, educacionais e religiosos, juntamente com o envolvimento político, dá indícios que as iniciativas da família Dantas promoviam o desenvolvimento comunitário e fortaleciam sua base eleitoral e consolidavam seu poder, promovendo uma imagem de benevolência que amplificava tanto seu capital político quanto religioso.

Dentro desse contexto, nota-se que existia uma disputa pela tutela do menor abandonado na Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (APMASJ), similar às disputas que ocorriam em outras instituições congêneres do período. Interesses do Estado, da Igreja e da sociedade civil se fundiam, cada qual buscando sua parcela de controle sobre o cuidado e a proteção desses menores. Como observado anteriormente, a separação entre Estado e Igreja marcou um ponto de inflexão importante na administração dessas instituições.

Segundo Vogel et al (2021, p. 15), “a infância foi tratada de diversas maneiras. As relações sociais com a família, com a Igreja, com o Estado e com outros estamentos da sociedade perpetuaram valores morais, religiosos e culturais, reproduzindo dominadores e subjugados em seus papéis”. Essa citação ilustra como a disputa pela tutela da infância pobre não se restringia apenas à proteção física e material, mas também à perpetuação de valores e estruturas sociais.

As instituições de amparo a menores, em sua maioria, eram mantidas por ordens religiosas, sendo frequentemente auxiliadas por donativos e, ocasionalmente, pelo poder público. “Esta tendência manteve-se no século XX, quando foram criadas inúmeras instituições do gênero” (Vogel et al, 2021, p. 20). A Igreja, por sua vez, se rearticulou para intervir na questão social por meio de centros de estudos, ação e obras sociais, fortalecendo sua presença e influência no campo do amparo social (Vogel et al, 2021).

No contexto das políticas voltadas para a infância, havia uma visão de Estado mais preocupada com a manutenção da ordem social e da “raça” do que com o bem-estar individual das crianças, conforme comprova o Vogel et al (2021):

Dentre os atores ou agentes que articulam as forças em torno das políticas para a infância considerada pobre, desvalida, abandonada, pervertida, perigosa, delinquente destacam-se os higienistas e juristas, encaminhando estratégias de controle da raça e da ordem, combinadas, não raro, com a interação do setor estatal e do setor privado (Vogel et al, 2021, p. 42-43).

Assim, a disputa pela tutela da infância desamparada na APMASJ e outras instituições congêneres refletia um cenário complexo, no qual o poder e a influência de diferentes agentes sociais e políticos, moldavam as práticas e políticas de cuidado infantil. A interação entre o setor estatal e o setor privado demonstram como essas disputas transcenderam o simples cuidado, envolvendo questões mais amplas de controle social e de reprodução de valores dominantes.

Nessa conjuntura, Josilda de Mello Dantas exerceu o papel de diretora da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José até o ingresso das religiosas do Santíssimo Sacramento em 1967. Entretanto fontes documentais comprovam que ela permaneceu como orientadora da instituição até o ano de 1972. Sua liderança marcou o desenvolvimento e a consolidação das atividades da instituição, garantindo o suporte a crianças e jovens pertencentes às classes sociais menos privilegiadas socioeconomicamente.

Ainda segundo Joana dos Santos (2024), que também chegou a ser secretária da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, observou-se que a rua escolhida para a construção do prédio da instituição apresentava uma grande quantidade de pedras e uma largura bastante restrita. Diante da necessidade de urbanização, Josilda de Mello Dantas, com o apoio de seu pai, Josias Vieira Dantas, e de seu tio, Alcebíades Vieira Dantas, empreendeu um projeto de reestruturação urbana. Esse projeto envolveu a demolição das casas localizadas ao longo da margem do rio, seguida pela compensação aos proprietários, por meio da construção de novas residências no lado esquerdo da rua, além da ampliação da via para melhorar sua acessibilidade. Somente após essas intervenções urbanísticas foi que a construção da APMASJ teve início. Enquanto isso, as aulas para as moças eram conduzidas na Casa de Nazaré, demonstrando um planejamento na execução do projeto de assistência social.

Durante o desenvolvimento do projeto de construção e de fundação, diversas intervenções foram realizadas para melhorar as condições da comunidade, desde o reparo de infraestruturas essenciais da rua Santa Cruz¹⁷, em sua totalidade, até o hospital, englobando a igreja São José, terreno doado também pela família Dantas à paróquia

¹⁷ Apesar das obras mencionadas, como a reestruturação da rua Santa Cruz e a construção da igreja São José, serem relatadas por diversas entrevistadas, não foram encontradas comprovações documentais nos registros da prefeitura de Maruim que confirmem essas intervenções realizadas pela família Dantas. Essas informações permanecem, portanto, como parte da memória de expressão oral das entrevistadas, sem respaldo documental.

Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, até a construção do prédio da APMASJ. Essas intervenções modernizaram o espaço urbano e proporcionaram um ambiente mais digno para as crianças acolhidas.

Conforme destacado por Joana dos Santos (2024), foi feita uma obra de reestruturação desde o hospital até o final da rua Santa Cruz. Essas ações demandaram esforço conjunto da comunidade, que contribuiu com o trabalho manual, como a coleta de pedras e a produção de cal. A importância da colaboração dos moradores locais foi ressaltada, especialmente na obtenção de materiais como lenha para a produção de cal. Ademais, foram realizadas atividades para angariar fundos, como a venda de bolos confeccionados por Josilda. Esses recursos foram direcionados para a edificação das instalações da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José.

Embora a iniciativa de Josilda e sua família tenha trazido melhorias urbanas e sociais, pode ter sido utilizada para consolidar o poder e a influência da família na região. O envolvimento direto de Josias Vieira Dantas e Alcebiades Vieira Dantas no projeto de reestruturação urbana sugere, mais uma vez, benefícios para a comunidade, além do fortalecimento econômico e político da família Dantas. Portanto, enquanto os esforços de Josilda de Mello Dantas eram, provavelmente, focados na melhoria das condições de vida das crianças pobres, os benefícios indiretos para sua família não podiam ser ignorados, sugerindo uma motivação dupla nas suas ações filantrópicas e na urbanização da rua Santa Cruz.

A figura 7 apresenta uma fotografia datada de 1949, na qual crianças com idades variadas, tanto meninos quanto meninas, estão posicionadas sobre as pedras utilizadas na construção da escola. Todos os retratados são pretos, vestem uniformes padronizados e evocam um contexto de simplicidade e pobreza, sugerindo uma representação do perfil dos assistidos pela instituição, que será analisado na próxima seção.

Figura 7 – Crianças assistidas pela Associação de Proteção a Menores São José na frente da edificação em construção (1949)



Fonte: Acervo de Maria Lúcia Marques Cruz e Silva

Roger Chartier (1991) observa que os suportes materiais, como a figura 7, moldam e são fatores de adequação de representações sociais. Nesse caso, tais suportes podem ter funcionado como ferramentas de construção simbólica, sendo utilizadas em campanhas de arrecadação, já que exibiam crianças pobres e “necessitadas de regeneração social” por meio da educação. Longe de serem neutras, essas imagens refletem como a criança pobre era representada e, por vezes, exibida como prova de eficácia institucional. As roupas padronizadas e poses rígidas, sem espontaneidade, revelam essa construção idealizada, assim como podem refletir o poder exercido sobre a infância pobre.

De início, a edificação possuía uma sala ampla, uma cozinha, uma despensa e um banheiro. Gradualmente, com o apoio contínuo da comunidade e de parentes próximos, a estrutura da APMASJ foi sendo expandida para atender às crescentes demandas da população local. Segundo a ata de fundação, a instituição foi concebida como um esforço

conjunto de indivíduos idôneos do município de Maruim, com Alcebíades Vieira Dantas e Pedro de Mello Dantas aclamados como presidente e secretário, respectivamente.

Aos dezenove dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e nove, reunidas as pessoas presentes e que esta ata assinam, no prédio n.º 1 na rua Sta. Cruz com o fim de fundar a associação de menores abandonados que se destina a manter o catecismo São José, fundado pela senhorita D. Anita Cardoso, em 1936, ampliando as suas finalidades. Foram aclamados presidente e secretário os srs. Alcibíades Vieira Dantas e Pedro de Mello Dantas (APMASJ, Livro de atas, 1949-1977, p. 1).

A proposta do estatuto da instituição foi apresentada pela professora Josilda de Mello Dantas, eleita para o cargo de diretora, formalizando sua fundação como uma entidade voltada para a instrução de crianças em situação de pobreza. Esse contexto histórico reflete a maneira como a sociedade enxergava e categorizava as crianças na época.

Segundo Marcílio (2019), a diferenciação no uso dos termos “criança” e “menor” ao longo do tempo reflete uma distinção socioeconômica e cultural na percepção da infância. Historicamente o termo “criança” foi associado aos filhos das famílias privilegiadas, evocando uma imagem de proteção, cuidado e conforto. Por outro lado, “menor” passou a ser utilizado como um rótulo para descrever crianças provenientes de contextos desfavorecidos, frequentemente associados à ideia de delinquência, carência ou abandono (Marcílio, 2019). Essa distinção linguística evidencia uma divisão social que influenciou a linguagem utilizada para se referir às crianças bem como as percepções e tratamentos dispensados a elas com base em seu status socioeconômico. Nesse sentido, a fundação da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José reflete não apenas a necessidade de assistência a crianças em situação de pobreza como também a própria classificação social associada à infância desfavorecida na época, evidenciando a importância de tais instituições na busca por proteção e amparo para aqueles rotulados como “menores abandonados”.

De um lado, o termo criança foi empregado para o filho das famílias bem-postas. Menor tornou-se o discriminativo da infância desfavorecida, delinquente, carente, abandonada. A infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de polícia (Marcílio, 2019. p. 225).

Importa ressaltar que, na APMASJ, esses “menores” na verdade não haviam sido abandonados, nem porventura eram órfãos; tratavam-se, portanto, de filhos de famílias

pobres, com pais vivos, que careciam de condições materiais e educacionais, sendo assistidos na instituição. A permanência e a instrução dessas crianças eram viabilizadas pela estrutura administrativa da APMASJ, conforme registrado em sua ata de fundação: os sócios beneméritos e efetivos contribuíam financeiramente para a instituição, com critérios específicos para cada categoria. Os beneméritos eram reconhecidos por serviços prestados à sociedade ou por doações substanciais, enquanto os sócios efetivos contribuíam com uma taxa mensal. A diretoria era composta por sete membros, incluindo presidente, secretários, tesoureiro, diretor e conselheiros.

Art. 4º- São duas as categorias de sócios: Beneméritos e Efetivos, com direito a votarem e serem votados. Parágrafo 1º - Os sócios Beneméritos são aqueles que se distinguem por serviços prestados à sociedade ou fizerem donativos em valor não inferior a mil cruzeiros. Parágrafo 2º - Os sócios efetivos pagarão uma mensalidade de Cz\$ 1,00 até 31 de dezembro de 1952 e Cz\$ 2,00 dessa data em diante (APMASJ. Livro de atas, 1949-1977, p. 1).

Ao longo dos anos, a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José passou por diversas mudanças, incluindo a alteração da presidência e do estatuto. De acordo com Joana dos Santos (2024), uma das entrevistadas, ex-aluna e ex-funcionária da instituição, no ano de 1967, a Sra. Josilda enfrentava um sentimento de desamparo e carência de apoio; as vicissitudes da ocasião tornavam árdua a sustentação das obrigações relativas à instituição. Em 2 de fevereiro de 1967, a reverendíssima Madre Maria Leonardo Leite assumiu a presidência, enquanto propunha mudanças estatutárias para incorporar as religiosas do Santíssimo Sacramento, designadas pela superiora da mesma Congregação.

Segundo a entrevistada Gedalva Dantas Menezes (2024), ex-aluna e ex-professora da instituição, Josilda, que inicialmente conduziu o trabalho da instituição, posteriormente delegou a responsabilidade às Sacramentinas, congregação religiosa que conheceu quando estudou no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Aracaju (Mendonça; Silva, 2017). A mudança foi marcada pela preparação da casa para a chegada das irmãs, que passaram a administrar o projeto conforme seus próprios métodos, diferenciando-se da abordagem anterior de Josilda. Enquanto Josilda enfatizava uma abordagem mais simples e comprometida com a comunidade, as irmãs sacramentinas tinham uma estrutura mais formalizada, abrangendo assistência familiar, saúde e benefícios para toda a comunidade, cada uma com uma área específica de atuação. O trabalho assistencial das religiosas era organizado de forma sistemática, com cada uma

delas atuando em áreas específicas e divididas por bairros, o que permitia um alcance mais amplo. Entre elas, havia uma enfermeira que prestava atendimento de saúde às famílias, além de oferecerem assistência familiar, ampliando o impacto social da instituição (Menezes, G. 2024).

Ainda de acordo com o relato da ex-aluna, Gedalva Dantas Menezes (2024), a experiência na escola envolvia muito mais do que apenas aprender as primeiras letras. Ela enfatizou que as crianças aprendiam uma variedade de habilidades e comportamentos, como costura e bordado, além de outros aspectos práticos da vida. A rotina na instituição era intensa, começando de manhã cedo, com as crianças saindo de casa, após tomar café, e continuando ao longo do dia com lanches, almoço e lanche da tarde fornecidos pela instituição. A ex-aluna destaca que a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José era mantida por Josilda e sua família (Menezes, G. 2024).

Segundo a ex-aluna Maria Geni dos Santos (2024), os alunos permaneciam na escola durante os dois turnos e recebiam alimentação pela manhã, assim como no almoço e a tarde, antes de retornarem aos seus lares (Pereira, 2025a). Renildes Rodrigues Santos (2024), também ex-aluna, mencionou a qualidade das refeições oferecidas: “Nós três (se referindo às irmãs) almoçávamos lá. Comida boa”. Gedalva Dantas Menezes (2024), ex-aluna e ex-professora, reforçou e ampliou, relatando que muitas vezes as crianças voltavam para casa tomadas banho e com roupas novas. A figura 8 mostra um breve momento da vida escolar na Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, com a presença de educadoras, algumas vestidas com seus hábitos religiosos, sugerindo um ambiente rigoroso e filantrópico ao mesmo tempo.

Figura 8 – Professoras e religiosas do Santíssimo Sacramento na instituição no início da década de 1970



Fonte: Silva, 2020, p. 226

À luz do conceito de representação proposto por Chartier (2002), entende-se que as imagens não apenas registram o real, mas constroem sentidos, pois carregam intencionalidades e escolhas que dizem mais sobre o que se quer mostrar do que sobre o que realmente era. Nesse sentido, a figura 8 pode ser lida como uma estratégia da instituição para produzir uma imagem de ordem, moralidade e cuidado, reforçando uma representação de seriedade e abnegação à causa da infância desvalida.

Essa construção simbólica, no entanto, articulava-se com práticas que buscavam consolidar o papel da instituição na formação dos menores atendidos. Josilda buscou, antes de seu desligamento da instituição, diversas formas de cooperação e convênios estabelecidos com outras instituições. Uma iniciativa inovadora para a localidade, foi a implementação de uma escola que oferecia aulas de preparação de economia doméstica rural para moças a partir de 14 anos de idade, recrutadas nas classes menos favorecidas da sociedade. Esse curso, mencionado por Jurandyr Pires Ferreira (1959) na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, foi confirmado pelos documentos encontrados na instituição, como as fichas de matrícula de três alunas do Curso de Economia Doméstica de 1954, assim como suas provas finais e o relatório de aprovação das assistidas. Conceição (2012) confirma quando relata que a Escola Agrícola Federal de São Cristóvão oferecia o curso de preparação em economia doméstica em três centros de Economia Rural Doméstica, sendo um deles localizado no povoado Quissamã, sede da escola; outro na cidade de Maruim; e o terceiro em Aracaju. Ademais, foram encontrados no acervo do Centro de

Memória Benjamin Constant do IFS- campus São Cristóvão, três relatórios que ratificam a existência dos três centros (EABC, 1955; 1956; 1957).

Além disso, registros no Livro de Tombo da Paróquia Nosso Senhor dos Passos em Maruim, atestam a formatura da Escola Doméstica de São José, onde o pároco relata: “No dia 27 de dezembro realizou-se a festa de formatura de três meninas da Escola Doméstica de São José. De manhã, às 7h, breve missa com comunhão geral e, às 9 h, missa solene com três frades” (PSP, Livro de tomo, 1949-1954, p. 226).

Essas evidências documentais corroboram a expansão das atividades educacionais promovidas pela instituição, destacando seu compromisso com a formação das jovens em situação de pobreza. Os dossiês estudantis fornecem uma visão mais detalhada do perfil dos assistidos pela Associação de Proteção a Menores Abandonados São José durante o período abordado.

Em 17 de abril de 1969, a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José passou a se denominar Obra Social São José, uma alteração que ocorreu em conformidade com uma legislação federal não especificada em ata. No entanto, é possível sugerir que essa mudança está relacionada com uma série de decretos federais que impactaram a administração e a denominação de instituições educacionais e sociais no Brasil.

Inicialmente, o Decreto n.º 22.506, de 22 de janeiro de 1947, alterou a denominação de estabelecimentos de ensino agrícola subordinados ao Ministério da Agricultura, incluindo a Escola de Iniciação Agrícola Benjamim Constant, no Estado de Sergipe (Brasil, 1947). Posteriormente, o Decreto n.º 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, redefiniu essas instituições como Ginásios Agrícolas e Colégios Agrícolas, em um esforço para padronizar a nomenclatura e a estrutura educacional em nível federal (Brasil, 1964).

Por fim, o Decreto n.º 60.731, de 19 de maio de 1967, transferiu a responsabilidade dos órgãos de ensino do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, estabelecendo a Diretoria de Ensino Agrícola no novo ministério (Brasil, 1967). Esta transferência ministerial sugere que a escola, anteriormente vinculada à Escola Agrícola Benjamin Constant, perdeu o respaldo federal do Ministério da Agricultura, que era fundamental para seu funcionamento.

De acordo com Lima (2021), a Escola Agrícola Benjamin Constant foi escolhida como escola-piloto para o projeto de escolas-fazenda devido às suas características administrativas e pedagógicas adequadas. No entanto, essa escolha não se estendeu ao

curso de preparação de economia doméstica em Maruim, indicando uma incapacidade do núcleo maruinense em implementar as mudanças necessárias para continuar operando sob os novos padrões e objetivos educacionais estabelecidos pelo convênio.

Esses eventos refletem um período de transição e desafios para a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, evidenciando relevantes transformações na estrutura administrativa e no suporte institucional da organização. A mudança de nome para Obra Social São José em 1969 pode ser vista como uma resposta às exigências impostas pelas novas diretrizes federais, ainda que a lei específica que tenha motivado essa alteração não seja explicitamente mencionada nas fontes documentais.

Em 21 de novembro de 1973, ocorreu outra modificação estatutária, com a saída das religiosas do Santíssimo Sacramento e a inclusão do vigário da paróquia e o conselho paroquial na composição da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. Em caso de extinção, o patrimônio seria transferido para a paróquia do Senhor Bom Jesus dos Passos de Maruim. Em 1989 o prefeito municipal, Murilo Mota de Oliveira, municipalizou a instituição, retroativamente a 1973, data da saída das religiosas. Essa decisão indica que, após a saída das religiosas, a instituição tenha enfrentado uma lacuna administrativa, carecendo de uma gestão efetiva para a continuidade de suas atividades. O quadro 4 apresenta as configurações da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José no período de 1949 a 2024. No entanto, para os fins desse estudo, a análise concentra-se apenas no período até 1973.

Quadro 4 – Configurações da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (1949-2024)

| Tipo de estabelecimento | Denominação do estabelecimento | Período | Modelo de ensino | |
|------------------------------|---|-------------|---|-------------------------------|
| | | | Curso | Ciclo |
| Escola Primária | Associação de Proteção a Menores Abandonados São José | 1949-1969 | Curso primário/ Curso de preparação de economia doméstica rural | Curso primário (4 séries) |
| Escola Primária | Obra Social São José | 1969-1973 | Curso Primário/ Curso de preparação de economia doméstica rural | Curso primário (4 séries) |
| Escola de Ensino Fundamental | Escola Municipal São José | 1973-2005 | Curso primário (Ensino Fundamental I) | Curso primário (4 séries) |
| Escola de Ensino Fundamental | Escola Municipal São José | 2006 - 2024 | Ensino Fundamental I e II | Ensino Fundamental (9 séries) |

Fonte: APMASJ, 1949- 1977. Quadro elaborado pela autora em 2023

Além da assistência social e acolhimento, a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José oferecia o curso primário elementar para crianças de 7 a 12 anos em situação de pobreza, conforme a legislação da época, além de iniciar a alfabetização de crianças a partir dos 6 anos, de acordo com o artigo 7º do Decreto-Lei n.º 8.529, Lei orgânica do ensino primário, que determinava:

Art. 7º – O curso primário elementar, com quatro anos de estudos, compreenderá: I. Leitura e linguagem oral e escrita. II. Iniciação matemática. III. Geografia e história do Brasil. IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho. V. Desenho e trabalhos manuais. VI. Canto orfeônico. VII. Educação física. (Decreto-Lei n.º 8.529, 1946)

Apesar de alguns componentes curriculares estarem previstos nas determinações legais, conforme descrito no Decreto-Lei n.º 8.529, de 1946, observa-se que práticas educativas referentes às atividades de educação física não foram encontradas nos dossiês estudantis, revelando uma lacuna na implementação desse componente curricular. Todos os demais componentes, incluindo desenho e canto orfeônico, constam nos dossiês estudantis. Embora todos esses componentes curriculares estivessem listados nas fichas dos alunos, os registros de notas referem-se apenas a um conjunto mais restrito de disciplinas: Português, Educação Moral, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia e Trabalhos Manuais, conforme figura 9. Esse fato aponta que, na prática, algumas áreas de ensino, como canto orfeônico, desenho e educação física, ou não eram devidamente avaliadas ou não recebiam a mesma ênfase nas práticas educativas da instituição.

Figura 9 – Ficha individual de aluno (1956)

ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS "SÃO JOSÉ"

MAROIM – SERGIPE

CURSO PRIMÁRIO CURSO DE TREINAMENTO DE E. DOMÉSTICA
PROGRAMA ESTUDO S. E. A. V.

FICHA INDIVIDUAL DO ANO LETIVO DE 1956

Curso 4º ano primario Turno _____ Série _____ Turma _____

| I.ª EPOCA | Português | Higiene | Escrita | Moral | Aplicativa | Matemática | Ciência | História | Geografia | Técnicas | Desenho | Canto | Dança | Educação | Língua |
|------------------|-----------|---------|---------|-------|------------|------------|---------|----------|-----------|----------|---------|-------|-------|----------|--------|
| | | | | | | | | | | | | | | | |
| Março | 60 | | 50 | | 60 | 90 | 75 | 55 | 55 | | | | | | |
| Abril | 65 | | 50 | | 55 | 80 | 70 | 60 | 55 | | | | | | |
| Mai | 55 | | 50 | | 70 | 65 | 55 | 80 | 55 | | | | | | |
| Agosto | | | | | | | | | | | | | | | |
| Setembro | | | | | | | | | | | | | | | |
| Outubro | | | | | | | | | | | | | | | |
| TOTAL Junho | 65 | | 50 | | 60 | 80 | 80 | 60 | 80 | | | | | | |
| NOTA ANUAL Julho | 55 | | 50 | | 70 | 65 | 55 | 80 | 80 | | | | | | |
| 1.ª Parcial | | | | | | | | | | | | | | | |
| 2.ª Parcial | | | | | | | | | | | | | | | |
| EXAME FINAL | | | | | | | | | | | | | | | |
| MÉDIA FINAL | | | | | | | | | | | | | | | |

TOTAL _____ NOTA GLOBAL _____ RESULTADO _____

Visto do Inspetor _____

Fonte: APMASJ, 1956-1959

Maria Geni dos Santos (2024), ex-aluna, comentou sobre a falta de oferta regular de aulas de canto orfeônico (música) na instituição: “Seu Joaquim da música ensinou lá, mas devido à falta de talento musical das alunas, ele acabou saindo.” Essa declaração destaca como, apesar da previsão de canto orfeônico no currículo, as dificuldades encontradas na prática, como o desinteresse ou a pouca aptidão das estudantes para a disciplina, contribuíram para a descontinuidade do ensino musical, refletindo uma desconexão entre o currículo formal e a realidade da educação oferecida na instituição.

Com base no previsto na legislação do ensino primário, nos documentos institucionais e nos relatos de ex-alunas e ex-funcionárias da APMASJ, é possível entender as práticas educativas dessa instituição, assim como perceber a influência de uma memória social construída ao longo do tempo, onde os aspectos positivos tendem a ser mais enfatizados, enquanto os aspectos negativos são minimizados ou até esquecidos. A relação emocional que as entrevistadas mostraram ter desenvolvido com a escola, marcada por anos de vivência e pertencimento, pode contribuir para uma interpretação idealizada da instituição. Esse fenômeno é comum em contextos em que os membros da comunidade escolar, ao relembrar a sua trajetória, tendem a ressaltar o que consideram

valioso ou afetivamente importante, frequentemente ofuscando elementos mais problemáticos ou negligenciados.

Michel Pollak (1989, p. 8), ao tratar das relações entre memória, esquecimento e silêncio, argumenta que toda memória coletiva é marcada por “zonas de sombra, silêncios e não ditos”, que revelam a seletividade da recordação e as tensões em torno do que é possível ou desejável compartilhar. No caso da APMASJ, os relatos positivos e as lembranças afetuosas das ex-alunas destacam um lado idealizado da instituição, bem como sugerem a existência de limites entre o que é verbalizado e o que permanece silenciado. Esses silêncios podem estar associados a experiências difíceis ou aspectos controversos da vivência escolar que, por razões diversas, não encontram espaço nas narrativas compartilhadas. Essa lacuna pode ser vista como reflexo de um processo de autocensura ou de alinhamento a um discurso hegemônico que valoriza a memória institucional.

Segundo Pollak (1989), a fronteira entre o dizível e o indizível não é fixa, mas se desloca conforme o contexto social, político e emocional. Assim, elementos da memória que hoje permanecem silenciados podem vir à tona em outros momentos, dependendo de novas conjunturas ou da emergência de vozes dispostas a questionar a narrativa predominante. No caso da APMASJ, é possível que aspectos como a disciplina rigorosa, as condições estruturais limitadas ou as imposições religiosas sejam reinterpretadas por futuras gerações, resultando em uma nova memória coletiva.

No caso da APMASJ, no que se refere à ação educativa destinada à educação primária, a associação combinou ensino formal com o desenvolvimento de habilidades práticas em um ambiente que, aos poucos, foi sendo estruturado. Conforme evidenciado pelas entrevistas, a instituição adotava uma abordagem que integrava a formação escolar com o desenvolvimento de competências profissionais. Os relatos de ex-alunas indicam que o corpo docente era composto por profissionais, como Dona Margarida Maria de Menezes Maynard, que, apesar de sua abordagem disciplinar rigorosa, mostravam preocupação com o progresso educacional dos alunos.

Além da educação primária, a APMASJ integrava práticas pedagógicas que incluíam atividades práticas complementares ao currículo tradicional, como a ação voltada para as jovens. As aulas de corte e costura, trabalhos manuais e culinária, mencionadas por Semírames Marques dos Santos (2024) e outras ex-alunas, foram parte dessa ação voltada para equipar as alunas com habilidades práticas aplicáveis à vida cotidiana. Essas atividades eram realizadas no período da tarde, após as aulas matutinas.

Segundo Gedalva Dantas Menezes (2024), além da ação primária e da ação de preparação de economia doméstica rural, existia o suporte social aos alunos e às famílias. A APMASJ atendia crianças de famílias em situação de pobreza e a inclusão de atividades de catecismo e valores cristãos, conforme descrito por Anita Santos Ferreira (2024), contribuía, em certo ponto, para um ambiente de coesão social, pois todos os alunos participavam do catecismo. A preocupação com a formação moral e religiosa, mencionada pela ex-aluna, também merece ser analisada com um olhar crítico. O ensino de valores cristãos, através da catequese e de atividades religiosas, sem dúvida, tinha um impacto importante na coesão social e no sentido de pertencimento, mas a ênfase excessiva nesse aspecto pode ter sido um reflexo da concepção de educação da época, direcionada para um controle comportamental e moral.

Ainda segundo as ex-alunas, a estrutura física da escola incluía um pátio para atividades recreativas e um ambiente funcional para aprendizado. O espaço ao ar livre oferecia uma área para recreação, equilibrando o ensino formal com atividades ao ar livre (Ferreira, 2024). De acordo com Maria Geni dos Santos (2024) e Gedalva Dantas Menezes (2024), os alunos da APMASJ permaneciam na escola durante os dois turnos, recebendo alimentação completa, que incluía lanches pela manhã, almoço e um lanche da tarde antes de retornarem aos seus lares. Além disso, muitas crianças voltavam para casa tomadas banho e com roupas novas (Menezes, G. 2024).

De acordo com Joana dos Santos (2024), as práticas educativas da APMASJ iam além do ensino das primeiras letras: as crianças aprendiam comportamento, costura, bordado e outras habilidades manuais. O currículo da instituição incluía atividades econômicas típicas da região, como o cultivo de hortas individuais, relatado por Rildê Santos Menezes (2024), e trabalhos manuais, incluindo bordado e confecção de bonecos feitos de tecido e algodão, recordados por Maria Geni dos Santos (2024).

De acordo com o relato de Maria Célia Marques Cruz (2024), ex-professora, pode-se observar a adoção de um modelo pedagógico que combinava organização estrutural e disciplina rigorosa para otimizar o aprendizado em condições adversas. A docente conta que, em períodos de avaliação, dividia a turma em dois grupos de horários (8h às 10h e 10h às 12h) e tinha como objetivo reduzir o número de alunos por sala, possibilitando maior atenção individual. Cruz (2024) também demonstrava um controle sobre a participação dos alunos nas atividades escolares. A disciplina era aplicada de maneira rígida: alunos que não apresentassem suas tarefas eram impedidos de entrar na sala de

aula, o que evidenciava um método de responsabilização direta, tanto dos alunos quanto de suas famílias.

Além das práticas pedagógicas formais, Cruz (2024) também exercia um cuidado no que diz respeito à higiene pessoal dos alunos, que frequentemente era negligenciada devido às condições econômicas das famílias. Ao cortar as unhas dos alunos durante as aulas, ela revelava uma preocupação com a saúde básica, evidenciando a integração de cuidados fundamentais ao processo educativo, especialmente em contextos de vulnerabilidade.

Gedalva Dantas Menezes (2024), por sua vez, exercia uma prática pedagógica que visava a formação integral dos alunos na APMASJ. Segundo Menezes (2024), “este espaço educativo ia além do ensino formal, incorporando a formação de caráter, personalidade e habilidades sociais”. A prática educativa de Menezes (2024) era voltada para os alunos e suas famílias, configurando um formato de intervenção educacional comunitária que buscava impactar a vida dos indivíduos em um contexto mais amplo. As estratégias pedagógicas implementadas pela ex-docente refletiam um ambiente de respeito mútuo e de envolvimento comunitário onde a disciplina era sustentada pela relação de confiança entre educadores, alunos e famílias.

A catequese era parte integrante do programa educativo, refletindo a base católica da instituição. As crianças eram preparadas para a primeira eucaristia, recebendo uma formação religiosa católica. Segundo a ex-aluna e ex-catequista Maria Inez Santos (2024): “Os meninos ficavam lá no São José, na igreja. E os outros, uns ficavam na Boa Hora (referindo-se à Igreja Nossa Senhora da Boa Hora), outros na Igreja Matriz. Todos os grupos eram cheios... cento e poucas crianças. Mas o São José era mais” (Santos, Maria I. 2024).

Embora as ex-alunas entrevistadas ressaltem o caráter assistencial da APMASJ e mencionem o apoio oferecido às famílias em momentos de dificuldade, como nos casos de doença ou carência material, é necessário problematizar essa narrativa. Segundo Gedalva Menezes (2024), além da educação formal, a instituição oferecia suporte às famílias dos alunos e, em situações de dificuldades financeiras ou problemas de saúde, eram organizadas visitas e formas de assistência para atender às necessidades das famílias. No entanto, ainda que tais práticas possam ser vistas como expressões de cuidado, elas também se inserem em uma lógica de controle e vigilância sobre os lares dos menores, típica das instituições de assistência do período. A ajuda oferecida estava provavelmente condicionada à adesão das famílias aos valores morais e comportamentais

promovidos pela instituição, o que sugere uma atuação que ia além do cuidado e tocava em mecanismos de disciplinamento social e moral. Nessa perspectiva, a assistência prestada deve ser compreendida como parte de um projeto mais amplo de regulação da vida dos pobres.

As instalações da escola eram simples, com salas de aula espaçosas situadas próximas a áreas naturais, como o Rio Ganhamoroba. Segundo Gedalva Dantas Menezes (2024), que também foi aluna da instituição, o espaço escolar mudou muito ao longo dos anos: “A gente entrava ali e as salas ficavam para um lado e para o outro. No fundo, havia o mangue e, quando a maré subia, a água chegava até a área onde brincávamos, porque era uma área alta, né? Mas era tudo muito simples. As salas eram espaçosas”. Como o prédio ficava às margens do Rio Ganhamoroba, o manguezal fazia parte do cenário ao redor da escola.

As práticas educativas da instituição, segundo as memórias das entrevistadas, também incluíam uma forte dimensão religiosa, que fazia parte do cotidiano das crianças. Aos domingos, a missa na capela São José, seguida de café da manhã, reforçava o vínculo comunitário e espiritual entre as crianças e a instituição. Izabel dos Santos, ex-aluna, relembrou que a religiosidade estava presente diariamente: “Antes da gente entrar, fazia oração; a igreja tinha missa, a gente ia rezar na igreja. A oração era constante. Dia de São José tinha as novenas e procissão”. Esse ambiente de fé era complementado por outras atividades religiosas, como o catecismo, que também fazia parte da formação das crianças. Semírames Menezes (2024), outra ex-aluna, recordou: “Eu, por exemplo, fiz catecismo lá. Porque até as roupas elas davam. Tinha um senhor que todo ano ia lá levar dinheiro, era o pai de Gilberto Maynard, Dr. Oliveira”.

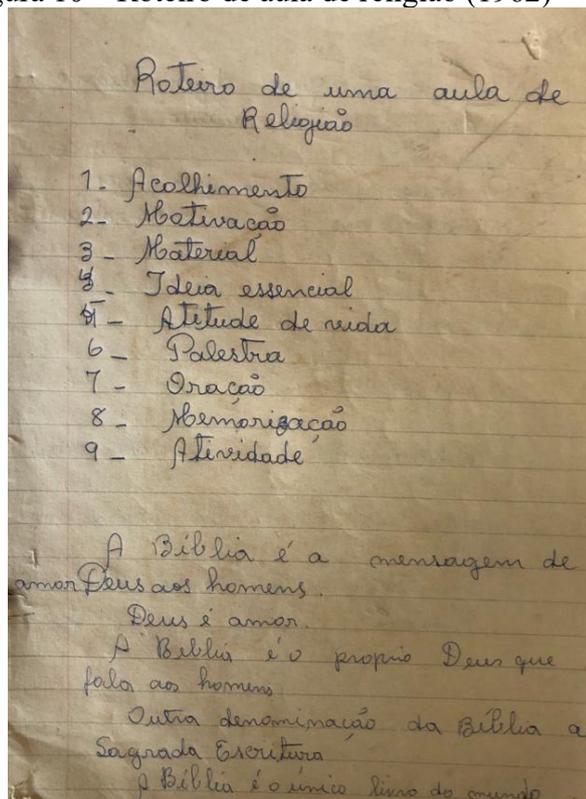
Cabe ressaltar que a construção da memória social das entrevistadas sobre a APMASJ, portanto, é um fenômeno complexo, que envolve a idealização das práticas educativas e a criação de uma identidade coletiva, frequentemente voltada para os aspectos mais agradáveis da vivência escolar. Isso resulta em uma valorização do que é percebido como positivo, como a formação integral, o apoio às famílias e o ambiente de coesão social, ao mesmo tempo que apaga ou minimiza as questões estruturais e pedagógicas que poderiam ser interpretadas de maneira mais crítica, como as limitações físicas da escola, o controle excessivo sobre os alunos e a imposição de valores rígidos.

Pollak (1989) também enfatiza que o presente influencia fortemente a maneira como o passado é lembrado. No caso das ex-alunas da APMASJ, a memória coletiva parece responder a uma necessidade de ressignificar a experiência vivida em um contexto

de vulnerabilidade, destacando os aspectos positivos para construir um senso de pertencimento e identidade. No entanto, a análise crítica dessas memórias evidencia como elas são, em muitos casos, seletivas e moldadas pelo afeto, obscurecendo possíveis contradições ou dificuldades enfrentadas ao longo da trajetória da instituição.

A figura 10 apresenta um roteiro de aula de religião, registrado no caderno da ex-professora Maria Célia Marques Cruz, e comprova como a formação religiosa na APMASJ ia além de simples ensinamentos doutrinários, sendo inserida na vida escolar dos alunos. Integrada ao cotidiano educativo, a religiosidade promovia práticas de fé e incentivava o desenvolvimento de atitudes e valores fundamentados no que a instituição considerava essencial para a formação integral das crianças. A inclusão de temas reflexivos, como “A Bíblia é a mensagem de amor de Deus aos homens?”, indica uma tentativa de engajamento com questões religiosas presentes na escola. Essa abordagem reflete a memória social que ex-alunas e ex-professoras guardam da APMASJ, na qual a dimensão religiosa, somada às práticas educativas formais, é idealizada como um pilar central da identidade e do sentido de pertencimento que muitos relatam ter experimentado.

Figura 10 – Roteiro de aula de religião (1962)



Fonte: Acervo de Maria Célia Marques Cruz (1962)

A fé cristã, ao ser incorporada como eixo estruturante da experiência escolar, reforçava um sentimento de pertencimento que transcendeu o período de permanência na instituição, tornando-se um marco identitário duradouro. Gedalva Dantas Menezes (2024) relatou que a base da formação era católica e todas as crianças eram preparadas para a primeira eucaristia, acompanhando a religiosidade da família de Josilda. A instituição, ainda de acordo com Gedalva, mantinha relacionamento estreito com a Igreja e era frequentada por padres e, posteriormente, pelas irmãs sacramentinas. Isso refletiu na vida dos assistidos, chegando a ponto da própria ex-aluna, após desligamento das irmãs à APMASJ, seguir com as religiosas para Vitória da Conquista no estado da Bahia e se tornar uma delas.

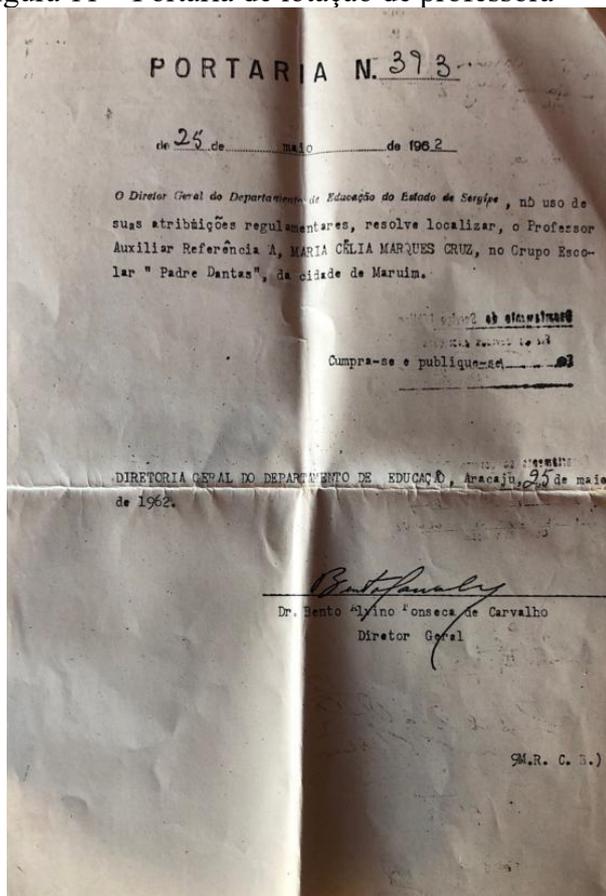
Dessa forma, a religiosidade na APMASJ não apenas moldava a experiência educacional e social das alunas, como também se entrelaçava com a estrutura organizacional da instituição, influenciando seu funcionamento e suas relações institucionais. Esse caráter integrador da fé refletia-se nas parcerias estabelecidas ao longo do tempo, viabilizando a manutenção e expansão das atividades da escola.

Ao longo de sua trajetória, a instituição passou a contar com diversas ações e financiadores, incluindo a Legião Brasileira de Assistência (LBA), o Governo Estadual e

o Governo Federal, que apoiavam diferentes áreas: a educação pré-escolar (atual educação infantil), a escola primária e o curso de preparação de economia doméstica rural, respectivamente. Gedalva Dantas Menezes (2024), que estudou na instituição desde os cinco anos, depois de concluir seus estudos em outra escola, retornou à APMASJ como professora e permaneceu lá até a saída das irmãs Sacramentinas, quando decidiu acompanhá-las e se tornar uma delas. Em suas palavras, destacou que a instituição funcionava com várias ações simultâneas: uma vinculada à LBA, responsável pela educação infantil e alimentação das crianças; outra vinculada ao Governo Estadual, voltada para a escola primária; e uma terceira vinculada ao Governo Federal, que apoiava o curso de economia doméstica rural. Ela ressaltou ainda que os professores eram remunerados de acordo com essas parcerias, que garantiam um suporte abrangente para a educação e bem-estar das crianças e de suas famílias durante o período em que as irmãs estiveram à frente da instituição.

Uma prova dessa dinâmica de parcerias é revelada na figura 11, que apresenta a portaria de lotação da professora entrevistada Maria Célia Marques. A documentação, juntamente com o relato de Maria Célia Marques (2024), revela que ela foi oficialmente lotada pelo Estado para trabalhar na APMASJ, embora a portaria de lotação mencionasse o nome do Grupo Escolar Padre Dantas. Maria Célia confirmou que, apesar de o documento formal indicar outra instituição, seu local de trabalho real era a APMASJ, evidenciando como os vínculos administrativos e financeiros se ajustavam às necessidades da instituição.

Figura 11 – Portaria de lotação de professora



Fonte: SEDGDE, Portaria de lotação de professor n.º 393, Aracaju, 1962. Acervo de Maria Célia Marques Cruz (1962)

Na instituição, as fontes documentais, juntamente com as fontes orais, revelam que Josilda de Mello Dantas e sua equipe, e posteriormente as religiosas Sacramentinas, tentaram estabelecer parcerias e convênios com outras entidades, visando a continuidade das ações desenvolvidas pela APMASJ. Dessa forma, a trajetória da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José foi marcada pela assistência direta às crianças e às adolescentes pobres, bem como pela capacidade de adaptação e inovação frente às demandas e transformações sociais ao longo do tempo. Essas transformações ao longo das décadas demonstram uma adaptação às demandas sociais e legais, mantendo seu objetivo de assistência e proteção das crianças e das jovens desvalidas.

3. ENTRE PONTOS E LINHAS: ANÁLISE DO PERFIL DOS ASSISTIDOS PELA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS SÃO JOSÉ

A presente seção revela uma análise do perfil socioeconômico dos assistidos pela Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. Considerou-se diversas variáveis, como naturalidade, cor, sexo, faixa etária e classe social dos assistidos. Foram utilizados na análise 176 dossiês estudantis dos 189 dossiês encontrados no acervo da instituição, datados de 1956 a 1959, e um caderno no qual constam algumas listas de alunos matriculados nos anos 1971 a 1975, como fontes documentais, assim como as memórias de expressão oral dos ex-alunos e ex-funcionários, como fontes orais. A opção pela utilização de apenas 176 dossiês fundamenta-se no fato de 13 dossiês pertencerem a alunas do curso de preparação de economia doméstica rural, cuja análise será discutida na próxima seção dessa dissertação. A determinação da classe social envolveu a análise das profissões dos pais e a presença de indicadores de pobreza nas certidões de nascimento. Esse levantamento socioeconômico conduz à compreensão do perfil dos assistidos e conseqüentemente à apreensão das ações educativas promovidas pela instituição.

3.1. Documentos institucionais: registros da APMASJ

A escolha pela utilização dos documentos institucionais se justifica por sua relevância na compreensão do perfil dos assistidos pela APMASJ, que é o principal objetivo deste capítulo. Esses registros, como dossiês estudantis, cadernos de matrícula, livros de ponto e atas administrativas contêm informações fundamentais que auxiliam na análise de variáveis como naturalidade, cor, sexo, idade e classe social dos menores atendidos. Ao detalharem as trajetórias individuais e coletivas dos assistidos, esses documentos fornecem subsídios essenciais para identificar características socioeconômicas, padrões de exclusão social e as condições de vulnerabilidade das crianças e adolescentes que passaram pela instituição.

Os dossiês estudantis oferecem dados concretos sobre frequência e desempenho escolar e, em sua maioria, aspectos pessoais, como filiação e condições de saúde, conforme figura 12. Esses elementos permitem a identificação de fatores que moldaram a vida dos assistidos e as demandas educacionais e sociais que a APMASJ buscava

atender. Como observa Bispo (2007), em seu estudo sobre a Cidade de Menores Getúlio Vargas, documentos institucionais como esses são essenciais para compreender o perfil dos internos e as práticas institucionais envolvidas. Segundo a autora, “os processos do Juizado de Menores também foram relevantes para este estudo, pois além de apresentarem o perfil dos internos infratores encaminhados à instituição, também foi possível inferir algumas práticas nela envolvidas” (Bispo, 2007, p. 16).

Figura 12 – Capa de dossiê estudantil (1959)¹⁸

Associação de Proteção Menores Abandonados do Brasil
 Nome do estabelecimento

Nome do aluno: Elmarcin Bergia

Nome _____

Filiação: Pai _____ Natural d _____
 Mãe _____

Nascimento: Local Elmarcin
 Data 18 de Agosto de 1947

Residência Elmarcin

Matriculada no ano letivo de 1957 na _____ Série do curso _____

Transferido do _____ em _____

Transferido para o _____ em _____

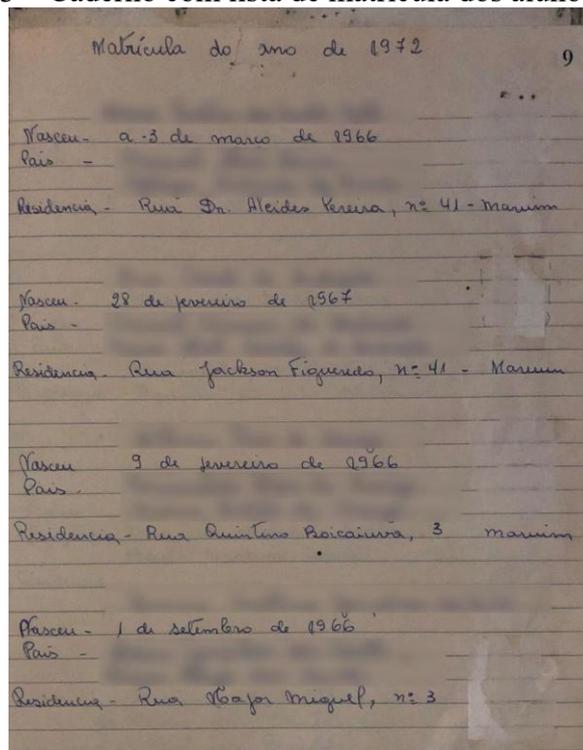
Observações _____

NOME DO ALUNO Elmarcin Bergia

Fonte: APMASJ, 1956-1959

O caderno de matrículas, conforme apresentado na figura 13, registra os alunos matriculados nas turmas do maternal entre 1971 e 1975, incluindo nome, data de nascimento, filiação e fotos. Para a análise, somente serão utilizadas como fontes, as listas até o período recorte de 1973.

¹⁸ A identidade do(a) assistido(a) foi mantida em sigilo com base na Lei Geral de Proteção de Dados n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

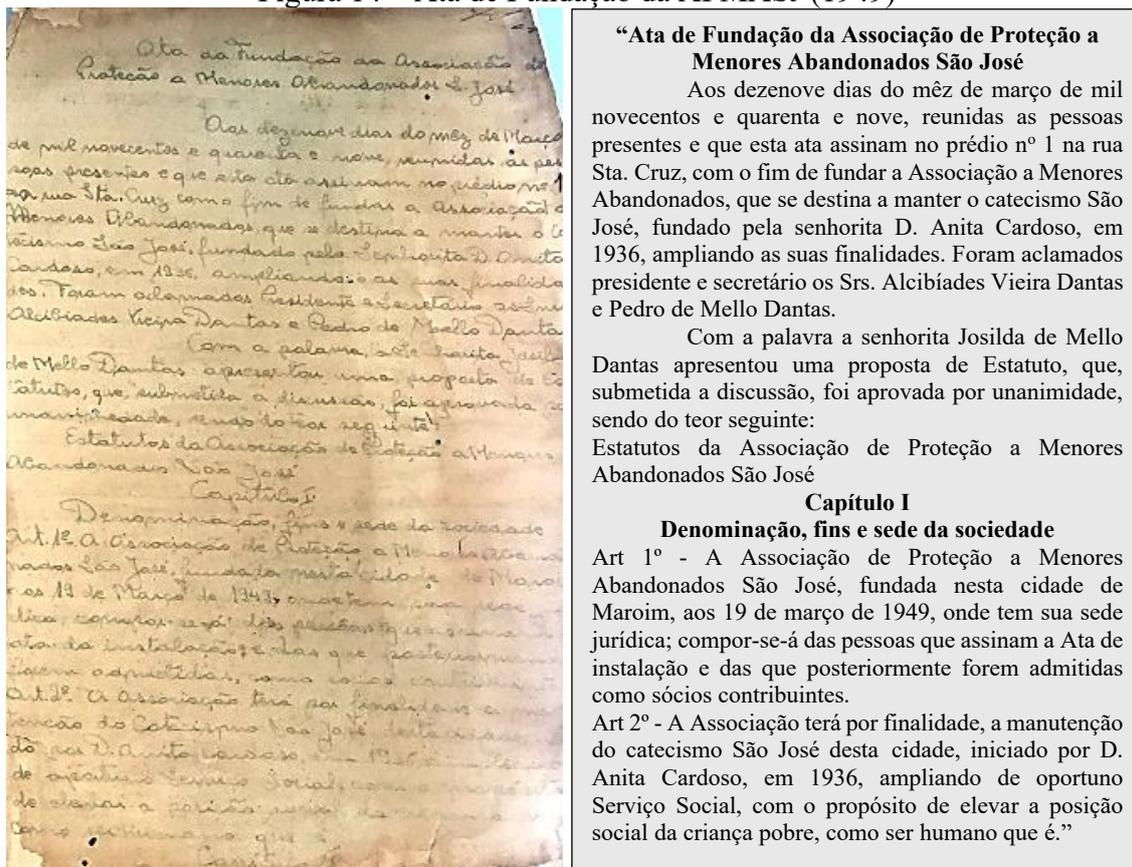
Figura 13 – Caderno com lista de matrícula dos alunos (1972)¹⁹

Fonte: APMASJ, 1972-1974

Os livros de ponto documentam a relação de professores e funcionários, permitindo a análise da estrutura organizacional e do corpo docente, essencial para entender as práticas pedagógicas ao longo do tempo. A Ata de Fundação, ilustrada na figura 14, é uma fonte que contém informações sobre os objetivos e a fundação da instituição, junto com as Atas Ordinárias e Extraordinárias de 1949 a 1977, que registram decisões administrativas e pedagógicas que moldaram a instituição.

¹⁹ A identidade do(a) assistido(a) foi mantida em sigilo com base na Lei Geral de Proteção de Dados n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Figura 14 – Ata de Fundação da APMASJ (1949)



“Ata de Fundação da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José

Aos dezanove dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e nove, reunidas as pessoas presentes e que esta ata assinam no prédio nº 1 na rua Sta. Cruz, com o fim de fundar a Associação a Menores Abandonados, que se destina a manter o catecismo São José, fundado pela senhorita D. Anita Cardoso, em 1936, ampliando as suas finalidades. Foram aclamados presidente e secretário os Srs. Alcibiades Vieira Dantas e Pedro de Mello Dantas.

Com a palavra a senhorita Josilda de Mello Dantas apresentou uma proposta de Estatuto, que, submetida a discussão, foi aprovada por unanimidade, sendo do teor seguinte:

Estatutos da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José

Capítulo I

Denominação, fins e sede da sociedade

Art 1º - A Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, fundada nesta cidade de Maroim, aos 19 de março de 1949, onde tem sua sede jurídica; compor-se-á das pessoas que assinam a Ata de instalação e das que posteriormente forem admitidas como sócios contribuintes.

Art 2º - A Associação terá por finalidade, a manutenção do catecismo São José desta cidade, iniciado por D. Anita Cardoso, em 1936, ampliando de oportuno Serviço Social, com o propósito de elevar a posição social da criança pobre, como ser humano que é.”

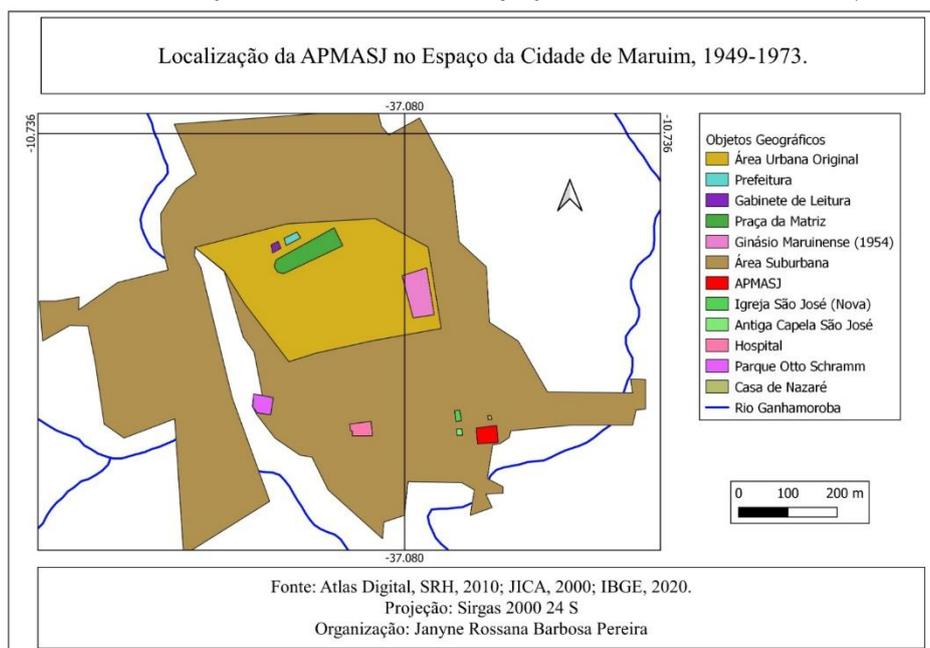
Fonte: APMASJ, Ata de Fundação, 1949-1977

Esses documentos não se limitam a fornecer informações descritivas, mas também contribuem para traçar um panorama das condições em que esses menores viviam, revelando o contexto em que estavam inseridos. Ademais, produzem representações da criança pobre, vista como abandonada, desvalida e vulnerável ao ócio e a vagabundagem, necessitando da instituição para sua regeneração social por meio da educação (Chartier, 2002). Mister se faz ressaltar que, dessa forma, a instituição iniciou a construção e legitimação de significados sobre a infância, pobreza e educação no município de Maroim. A análise das profissões dos pais e dos indicadores de pobreza, presentes em certidões de nascimento e outros registros, permite uma leitura das condições socioeconômicas dos assistidos e suas famílias, auxiliando na delimitação de um perfil socioeconômico consistente, além de contribuir para a compreensão das estratégias utilizadas pela própria instituição para intervir na vida desses menores. Tais dados possibilitam entrever como a instituição se posicionava como mediadora entre o Estado e esses sujeitos, assumindo o papel de agente disciplinador e formador, conforme os valores morais e sociais da época.

Além disso, a presença de lacunas e a incompletude em alguns dossiês ressaltam desafios relacionados à preservação e organização dos arquivos ao longo do tempo, o que também pode indicar falhas na sistematização dos atendimentos prestados. Esses aspectos abrem espaço para uma reflexão sobre como a documentação escolar foi tratada pela instituição e o nível de controle que se tinha sobre a vida escolar dos menores. Portanto, o uso dessa documentação foi indispensável para a análise do perfil dos assistidos, possibilitando uma compreensão mais aprofundada das características sociais e educacionais das crianças e adolescentes acolhidos pela APMASJ.

Para melhor compreender o perfil dos menores, é importante visualizar a localização da APMASJ no espaço suburbano do município, conforme a figura 15, ilustrando a posição e evidenciando a distância da associação em relação ao centro urbano.

Figura 15 – Localização da APMASJ no espaço da cidade de Maruim (1949-1973)



Fonte: Atlas Digital, SRH, 2010; JICA, 2000; IBGE, 2020

O mapa indica a presença de importantes referências geográficas, como a Prefeitura Municipal, o Gabinete de Leitura, a Praça da Matriz, além de outros espaços citados ao longo da dissertação, como a Casa de Nazaré, a Igreja São José, a Capela São José, o Hospital Municipal e o Rio Ganhamoroba. Essa representação cartográfica permite visualizar a relação da instituição com a dinâmica urbana e sua localização em uma área periférica, reforçando seu papel no acolhimento de menores oriundos de famílias pertencentes a grupos socioeconomicamente desfavorecidos.

3.2. Para além de Maruim: naturalidade dos assistidos

Pela análise dos 176 dossiês estudantis da escola primária encontrados nos arquivos da instituição, verificou-se que o perfil dos assistidos pela Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, com referência à naturalidade, revelou uma abrangência geográfica para além do território sergipano, no entanto, sua maior concentração é o município que sedia a instituição. Cabe ressaltar que o estudo analisou a naturalidade com base nos registros de nascimentos dos assistidos, ou seja, o município de nascimento.

Pode-se compreender, pela análise dos dossiês, que a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José possuía uma abrangência que ia além do município de Maruim, atendendo também a crianças e adolescentes naturais de diversos outros municípios do estado de Sergipe e até de estados vizinhos. Alguns fatores podem ter, entretanto, influenciado essa migração dentro do território sergipano, já que algumas famílias vinham instalar-se no município de Maruim, comprovadamente pelos endereços nos dossiês, mas que eram provenientes do mesmo estado: Sergipe. Com a crise do modelo agroexportador atingindo a economia açucareira, principal fonte de emprego de Sergipe no período, e a escassez de empregos formais, um dos fatores sugestivos seria a transferência de município, em busca de novas oportunidades de trabalho para os pais dos assistidos. No relato de memória de expressão oral, a ex-aluna Maria Geni dos Santos (2024) relatou que seu pai, carpinteiro de profissão e natural do povoado Campo Grande, município de Nossa Senhora das Dores, conseguiu uma oportunidade de emprego na fazenda Pirunga, no município de Maruim, trazendo toda a família para residir na localidade (Santos, M. G. 2024).

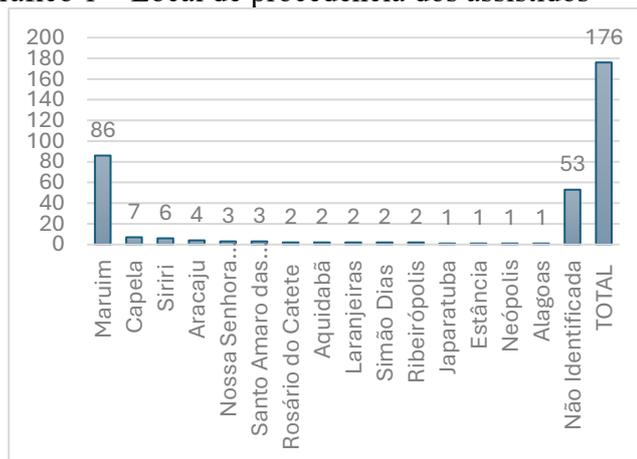
Outros assistidos, porém, naturais e residentes em municípios vizinhos, foram matriculados e passavam a semana na instituição, retornando ao lar apenas nos finais de semana. Era o caso da entrevistada e ex-aluna Anita Santos Ferreira (2024), que em seu relato afirmou que ela e sua irmã residiam com seus pais no povoado Boticário, no município Santo Amaro das Brotas, onde seus pais trabalhavam como trabalhadores rurais. Segundo Anita, ela, sua irmã, os dois sobrinhos da professora Maria Isalda Barros, Alcides e Vera, um menino que a diretora Josilda criou, chamado Roberto, e outro que ela tomou conta, chamado José, dormiam na instituição sob a supervisão de Dona Santinha, funcionária da APMASJ (Ferreira, 2024).

Tais memórias de expressão oral, embora diferentes, trazem dados importantes para a compreensão das ações educativas realizadas pela instituição. No primeiro relato, de Maria Geni dos Santos, percebe-se uma parcela dos assistidos que, embora fossem naturais de outros municípios, vieram residir com suas famílias em Maruim. No segundo relato, de Anita Santos Ferreira, percebe-se outra parcela dos assistidos que, mesmo residindo em outros municípios, eram assistidos de segunda a sexta na instituição.

Um dos desafios encontrados, diz respeito à naturalidade dos menores acolhidos. O fato de em 53 dossiês estudantis não ser identificada a origem dos assistidos pode refletir uma falha no sistema de registros. Nesse contexto, os “silêncios documentais” – ou seja, as lacunas nos registros – podem não ser meramente falhas técnicas, mas podem fazer parte de uma estratégia mais ampla de invisibilização social. O não registro da origem de parte considerável dos assistidos, ou mesmo a falta de informações sobre a família ou o contexto social, pode ser uma forma de distanciar essas crianças e suas realidades da narrativa oficial que a instituição buscava construir. Ao não documentar completamente a origem ou a história dos assistidos, a instituição, consciente ou inconscientemente, criou uma categoria de invisíveis, de pessoas cuja história se perdeu nos interstícios da documentação. Essa falta de informações pode ter construído uma realidade na qual esses indivíduos permaneceram marginais, sem uma identidade socialmente reconhecida.

Além disso, a invisibilidade documental pode ser vista como um mecanismo de controle, pois o ato de definir quem será visível e quem será apagado dos registros se alinha à construção de uma hierarquia social. Chartier (1991) destaca que as práticas documentais não são neutras: elas são permeadas de relações de poder e de controle. Diante desse cenário, esse estudo se concentrará apenas nos 123 dossiês estudantis em que foi possível rastrear a origem dos assistidos. Os resultados extraídos desses dossiês, representados no gráfico 1, revelam dados relevantes sobre a origem geográfica dos assistidos.

Gráfico 1 – Local de procedência dos assistidos



Fonte: APMASJ, 1956-1959. Gráfico elaborado pela autora em 2023

Dos 176 dossiês analisados, o município de Maruim destaca-se como a principal origem das crianças assistidas pela associação, com um total de 86 crianças, representando aproximadamente 48,9% do total de atendidos. Considerando apenas os 123 dossiês com naturalidade identificada, o percentual de assistidos naturais de Maruim cresce, representando aproximadamente 69,9% do total de identificados, indicando uma forte presença da comunidade local.

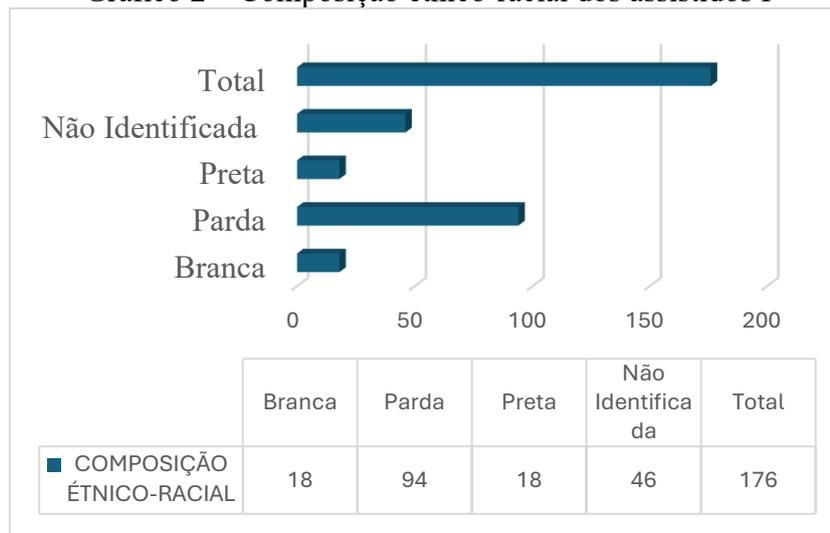
Pode-se depreender da análise dos dossiês que a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José também atendeu a crianças naturais de diversos municípios vizinhos. Os dados mostram a presença de: Capela com sete crianças (4,0%); Siriri com seis crianças (3,4%); Aracaju com quatro crianças (2,3%); e Nossa Senhora das Dores com três crianças (1,7%). Outros municípios também contribuem com um menor número de crianças assistidas: Santo Amaro das Brotas com três crianças (1,7%); Rosário do Catete com duas crianças (1,1%); Aquidabã com duas crianças (1,1%); Laranjeiras com duas crianças (1,1%); Simão Dias com duas crianças (1,1%); e Ribeirópolis com duas crianças (1,1%). Há também registros de assistência a crianças naturais de municípios como Japaratuba, Estância, Neópolis e até mesmo do estado de Alagoas, cada um com uma criança (0,6% cada). Como informado anteriormente, um número considerável de 53 crianças (30,1%) possui a naturalidade não identificada. Esse dado reflete que alguns dossiês não constam informações importantes sobre a origem das crianças ou não possuem suas certidões de nascimento.

3.3. Tons da realidade: análise étnico-racial dos assistidos

Analisando o perfil dos assistidos pela Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, a partir da variável referente à cor das crianças e dos adolescentes presentes nos dossiês estudantis da instituição, observa-se que, dos 176 dossiês analisados, a maioria foi identificada como parda. Essa parcela chega a 51 assistidos, representando aproximadamente 29,0%. Em segundo plano, verificou-se que 43 assistidos foram identificados como “morenos”, totalizando cerca de 24,4% dos assistidos. É importante esclarecer, entretanto, que a designação “moreno” não corresponde a uma categoria racial oficial utilizada à época, conforme as classificações do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que reconheciam como categorias raciais os termos branco, preto, pardo e amarelo. Assim, aqueles que foram identificados como “morenos” foram acrescidos ao grupo classificado como pardos para fins dessa pesquisa. Desse modo, foram identificados aproximadamente 53,4% de assistidos pardos.

Continuando a análise, percebe-se que 18 assistidos, cerca de 10,2%, foram representados como pretos. Por fim, 18 assistidos corresponderam a aproximadamente 10,2% de crianças brancas, desse total de 176 dossiês. Um aspecto que cabe evidenciar é que não consta a identificação da cor da pele de uma parcela considerável, totalizando 46 dossiês, o que representa aproximadamente 26,1%. Nesse contexto, ao se analisar apenas os 130 dossiês, em que foram identificadas as cores de pele, observa-se percentuais ainda maiores de pardos e pretos, a saber: 72,3% pardos; 13,84% pretos; e 13,84% brancos, como comprova o gráfico 2.

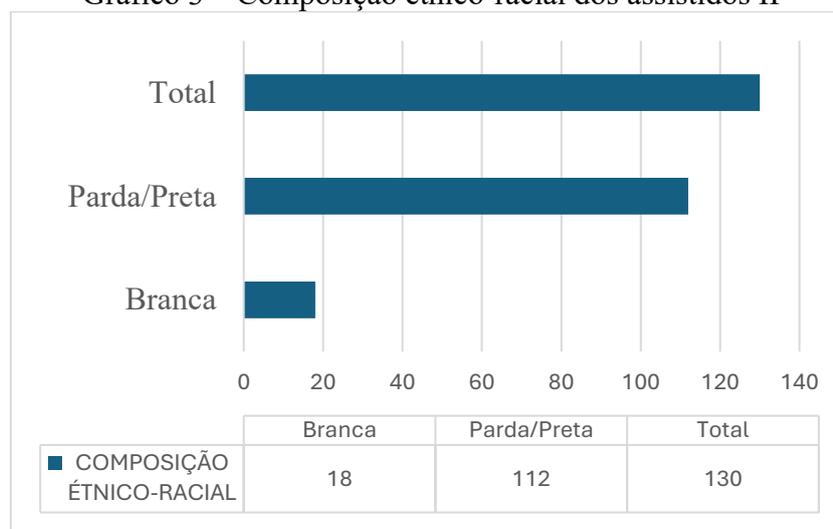
Gráfico 2 – Composição étnico-racial dos assistidos I



Fonte: APMASJ, 1956-1959. Gráfico elaborado pela autora em 2023

Esses dados revelaram uma predominância da população parda e preta como assistida na instituição, evidenciando que, apesar de acolher crianças de todas as composições étnico-raciais, cerca de 86,14% eram miscigenadas, indicando uma relação com o regime escravocrata em que vivia grande parte da população do município de Maruim, até pouco tempo antes da fundação da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (Silva, 2020). Maruim, como visto anteriormente, foi berço de grandes engenhos de açúcar e era centro exportador de produtos como o algodão, utilizando-se da mão de obra escrava. O gráfico 3 apresenta o agrupamento do número de assistidos pardos e pretos, para ratificar essa presença étnico-racial.

Gráfico 3 – Composição étnico-racial dos assistidos II



Fonte: APMASJ, 1956-1959. Gráfico elaborado pela autora em 2023

Marca dos resquícios desse período foi constatada por fontes iconográficas, como fotografias, que complementaram e ratificaram os dados quantitativos, oferecendo uma perspectiva visual que ajudou a elucidar tais aspectos da realidade social da instituição. No acervo da Escola Municipal São José, antiga Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, foram encontradas algumas fotografias que ajudaram a dirimir, ou ao menos auxiliaram na confirmação desse maior percentual de pardos e negros, em detrimento do percentual de brancos. Pode-se verificar na figura 16 uma criança preta recebendo presente de professoras da instituição, no final do ano letivo, o que corrobora os dados quantitativos que indicam a presença de crianças pretas e pardas na instituição.

Figura 16 – Criança assistida recebendo presente na festa encerramento do ano na APMASJ²⁰



Fonte: Acervo de instituição/restaurada pela autora em 2024

A fotografia, portanto, serve como um complemento visual aos dados quantitativos, oferecendo uma perspectiva mais concreta sobre a composição étnico-racial dos assistidos. Na figura 17, datada de 1970, quatro crianças identificadas como pardas ou pretas estão recebendo suas avaliações de final de ano das professoras Gedalva Dantas Menezes e Maria Célia Marques Cruz, junto com a Madre Maria de Nazaré, presidente da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José à época. Embora a imagem forneça uma fonte visual para análise, ela não é suficiente para humanizar os dados estatísticos ou concluir que todas ou a maioria das crianças da instituição eram negras. Em vez disso, a fotografia ilustra um recorte da realidade e reforça, de forma

²⁰ Não se sabe precisar a data da fotografia, no entanto, presume-se ser datada a partir de 1967, ano da chegada das religiosas do Santíssimo Sacramento, já que, em outras fotografias encontradas na instituição, pode-se observar a presença das religiosas.

limitada, os números que indicam a predominância de crianças pardas e pretas entre os assistidos, sem, contudo, oferecer uma representação completa ou definitiva da diversidade étnico-racial presente na instituição.

A composição racial da APMASJ pode ser analisada à luz dos estudos de Conceição (2015) sobre o perfil dos internos do ensino profissional agrícola federal em Sergipe (1934-1967), que revelam padrões de marginalização associados à cor da pele. Sua pesquisa identificou que, dentre os 210 alunos do aprendizado agrícola de Sergipe, predominavam crianças negras – muitas órfãs ou com pais desconhecidos. O perfil étnico-racial da APMASJ, com sua maioria de crianças pretas e pardas, corrobora esses achados, evidenciando como a marginalização econômico-racial era característica comum em instituições assistenciais, particularmente em regiões de forte legado escravocrata como Maruim (Silva, 2020).

Figura 17 – Crianças assistidas recebendo avaliações no final do ano letivo (1970)



Fonte: Acervo Gedalva Dantas Menezes

A figura 17 reforça uma compreensão sobre o acolhimento de crianças e adolescentes, tanto em relação à cor quanto à classe social, tema que será abordado posteriormente. Com base na análise dos dossiês estudantis, torna-se necessário refletir sobre as terminologias “parda” e “morena”, bem como sobre o racismo científico e a tentativa de branqueamento da população brasileira na primeira metade do século XX, especialmente durante o governo de Getúlio Vargas. Nesse contexto, é importante destacar duas principais explicações para a divergência na classificação racial no Brasil e, conseqüentemente, na APMASJ. A primeira se fundamenta na tese do racismo científico, que legitimou políticas de embranquecimento por meio de ideologias eugenistas. A segunda, conforme Sansone (1996), defende que a classificação racial no

Brasil é socialmente construída, variando de acordo com o contexto e as interações entre os sujeitos. Segundo o autor: “tradições e convenções locais se associam influências crescentes que resultam do processo de globalização das culturas e identidade étnicas, é claro, se perpetua uma grande variedade de termos associados a cor: não há uma única forma de falar da cor” (Sansone, 1996, p.186).

A tese do branqueamento da população brasileira, baseada nas teorias eugenistas da segunda metade do século XIX e início do século XX, defendia a ideia de uma hierarquia racial, com a raça branca europeia considerada geneticamente superior. Em detrimento das raças “amarela” (asiáticos), “vermelha” (índios) e negra (africanos), essa tese buscava esbranquiçar a população preta do Brasil, especialmente após a abolição da escravidão, quando os negros foram marginalizados sem qualquer apoio governamental, conforme destaca Veiga (2022):

O desenvolvimento dos estudos racialistas e da eugenia e a tentativa de elaborar uma hierarquia racial baseada na ciência buscou, antes de tudo, justificar uma realidade em que o racismo já estava estruturado e a divisão racial do trabalho cimentada, numa combinação entre o passado da colonização das Américas e aquele presente de exploração neocolonialista da África, da Índia e da Ásia (Veiga, 2022, p. 189).

Para a autora, a estruturação dessa hierarquia racial se interligava com a história da colonização e da exploração neocolonialista, contribuindo para a manutenção de uma divisão racial do trabalho que relegava as populações negras e indígenas a posições de subalternidade. Essas teorias foram incorporadas às políticas públicas e, por extensão, às práticas institucionais, como as observadas na APMASJ, em que o branqueamento não era apenas uma questão de nomenclatura, mas parecia indicar uma estratégia de invisibilização da negritude.

O impacto dessas ideologias raciais também se refletiu nas políticas educacionais até as primeiras décadas do século XX, como observado nos estereótipos utilizados para classificar crianças pretas, indígenas, mestiças e pobres. Segundo Veiga (2022), a desigualdade na oferta escolar e o uso de terminologias pejorativas eram mecanismos que reforçavam a marginalização dessas populações dentro do sistema educacional. Esses estereótipos não só minavam a autoestima das crianças como também perpetuavam a visão de que a presença dessas populações nas instituições era problemática ou indesejada, refletindo a visão racista de que a mistura com a população branca era a única forma de “salvação” para a população negra, conforme propagado pelo ideólogo antiliberal Oliveira Vianna na década de 1920.

Ainda sob a ótica de Veiga (2022), Oliveira Vianna, um dos principais defensores do pensamento eugenista no Brasil, ajudou a consolidar a estigmatização da população negra, retratando-a como imoral, indolente, anárquica e degenerada. Suas ideias encontraram eco nas políticas de branqueamento do governo Vargas, que promoveram a imigração europeia e incentivaram a miscigenação como um meio de “melhorar” a população brasileira, eliminando gradualmente as características fenotípicas negras. A identificação de crianças e adolescentes como “pardos” ou “morenos” em documentos oficiais, em vez de “pretos”, não era apenas uma questão de semântica, mas uma forma de aplicar na prática as teorias eugenistas e racialistas que pretendiam reestruturar a composição racial da nação, reforçando uma hierarquia social baseada na cor da pele. Os dossiês estudantis sugerem que essa tentativa de branqueamento da população brasileira estava sendo posta em prática também na APMASJ.

Nesse contexto, pode ter existido uma tentativa de branqueamento da população assistida pela APMASJ, já que ao somar-se o total de crianças identificadas como pardas com o das identificadas como “morenas”, obteve-se um montante de 94 menores assistidos, 53,4% de um total de 176 dossiês. Considerando somente os 130 dossiês em que foram identificadas as composições étnico-raciais, essa porcentagem ainda aumenta, chegando a 72,3% dos assistidos, identificados como pardos; acrescendo o total de menores denominados pretos, a porcentagem chega a 86,14% do total dos dossiês dos menores com composição racial identificadas.

Essa tentativa de branqueamento reflete-se na identificação proposital ou sugestionada dos assistidos, frequentemente classificados como “morenos” ou “pardos”, em vez de “pretos”. Essa prática pode ter visado minimizar, como visto anteriormente, a presença estatística da população preta, alinhando-se às políticas de branqueamento que buscavam promover a miscigenação e a predominância de características fenotípicas brancas. Essa abordagem pode revelar um esforço deliberado para moldar a identidade racial dos assistidos de acordo com ideologias racistas que permeavam as políticas públicas da época.

Nesse contexto, segundo Senkevics (2015), no censo realizado pelo IBGE, a partir de 1940, foi abolido o termo caboclo e acrescido o termo amarelo nos questionários. Os mulatos, caboclos, cafuzos, morenos e indígenas eram considerados pardos.

Em resumo, o Censo de 1940 iluminou um Brasil um tanto quanto diferente do que se via anteriormente. Em primeiro lugar, demonstrou que o projeto de embranquecimento foi bem-sucedido, visto que os/as

brancos/as passaram de 44% da população em 1890 para mais de 63% em 1940. (Senkevics, 2015, p. 1).

Em consonância com o autor, o Brasil tinha uma composição racial diferente dos registros anteriores a 1940. A iniciativa de branqueamento da população, implementada pelo governo brasileiro, foi responsável pelo aumento da população branca de 44% para 63% no ano. As políticas de branqueamento motivaram a migração de europeus, com o objetivo explícito de “melhorar” a população brasileira pela miscigenação e predominância de características do fenótipo branco. A branquitude era superior e desejável e as políticas eram baseadas em crenças racistas. Os dados do censo mostram que o branqueamento se avolumou na demografia da nação, mudando a estrutura populacional e corroborando a eficácia das políticas raciais nacionais.

Consequentemente, essa política de branqueamento, fundamentada na crença da superioridade racial da população branca, desencadeou um fenômeno de negação da identidade negra pelos próprios indivíduos (Schwarcz, 1996). Muitos cidadãos passaram a evitar a autodeclaração como pretos, preferindo classificações como “moreno” ou pardo. Esse comportamento é um reflexo direto do estigma social proveniente do processo pós-escravatura e da tentativa de branqueamento da nação brasileira, que associava a negritude a atributos negativos e inferioridade. Segundo Schwarcz (1996), a população negra muitas vezes “nega sua cor” (p.100) e a tendência de autodeclarar-se “moreno” não apenas facilitava uma aceitação social maior, mas também se alinhava às expectativas impostas pelas políticas implementadas pelo governo. Ainda, de acordo com Schwarcz (1996), essa autoidentificação revela a internalização de preconceitos raciais, resultando em uma subnotificação da população preta e em distorções nas estatísticas demográficas e sociais.

Ainda com base no Censo de 1940, o IBGE adotou uma nova classificação racial, que incluía as categorias de branco, preto, amarelo e pardo, conforme se observa no quadro 5. É importante destacar que, nessa classificação oficial, não existia a categoria de cor “morena”, encontrada nos dossiês da APMASJ, mesmo sendo uma designação comum no senso popular, era ausente das nomenclaturas oficiais do IBGE.

Quadro 5 – Categorias raciais nos censos demográficos 1890-2010

| População livre (defina sua cor) | 1872 | 1890 | 1940 | 1950 | 1960 | 1980 | 1991 | 2000 | 2010 |
|----------------------------------|---------|--|---------|---------|---------|---------|----------|----------|---|
| Branca | Branca | Branca | Branca | Branca | Branca | Branca | Branca | Branca | Branca |
| Preta | Preta | Preta | Preta | Preta | Preta | Preta | Preta | Preta | Preta |
| Parda | Mestiça | | Parda | Parda | Parda | Parda | Parda | Parda | Parda |
| Cabocla | Cabocla | | | | | | | | |
| | | Amarela | Amarela | Amarela | Amarela | Amarela | Amarela | Amarela | Amarela |
| | | | | | | | Indígena | Indígena | Indígena (se Indígena: etnia e língua falada) |
| | | (Outras respostas foram codificadas como de cor parda) | | | | | | | |
| População escrava | | | | | | | | | |
| Preta | | | | | | | | | |
| Parda | | | | | | | | | |

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008. Quadro elaborado pela autora em 2024

De acordo com Schucman (2020), existia uma ideia de superioridade da identidade branca no imaginário brasileiro, inclinando a população à branquitude, ou seja, à tentativa de marginalizar e inferiorizar os grupos não brancos, já que havia um constructo ideológico de poder no qual os brancos eram vistos como norma e padrão. Para o autor, a classificação das raças brasileiras tenderia a se branquear, classificando o cidadão “pardo como branco, o negro como pardo-moreno, e o branco tende a recusar qualquer mistura biológica ou cultural com o negro, pois assim todos fugiriam dos estereótipos negativos relacionados ao negro em nossa cultura” (Schucman, 2020, p. 57).

Fonseca (2016) corrobora, afirmando que, no final do século XIX e início do século XX, a elite intelectual e médica brasileira elaborou teorias racistas que associavam a população negra e mestiça ao atraso do país, justificando a discriminação com argumentos pseudocientíficos baseados na eugenia. Essas ideias propagavam que a inferioridade biológica das raças negras mestiças era um obstáculo ao progresso nacional. Como solução, propunham a “harmonização de um tipo nacional” pelo “branqueamento” da sociedade, incentivando a miscigenação com brancos.

Ainda de acordo com Fonseca (2016), alguns intelectuais influentes no Brasil usaram a ideia de raça para explicar por que pensavam que certos grupos de pessoas eram melhores ou piores que outros. Algumas pessoas acreditavam que a população negra e parda estava atrasando o desenvolvimento do Brasil. Pensava-se que o atraso do país se devia ao fato de a maioria da população ser negra e mestiça, segundo seu pensamento generalista. A solução encontrada foi fazer com que todos parecessem iguais, o que significava livrar-se de quaisquer diferenças e fazer com que tudo parecesse branco. O governo queria reunir pessoas de diferentes origens, por isso, incentivou a mistura com brancos e imigrantes europeus, acreditando que isso tornaria o país melhor e o ajudaria a crescer. Esse movimento mostrou como o tratamento injusto e a discriminação tornaram a vida ainda mais difícil para as pessoas negras e mestiças.

Com base na análise dos dossiês estudantis da APMASJ, foram identificadas inconsistências nas nomenclaturas de cores utilizadas, como branco, preto, pardo e moreno. Essas incongruências geram dúvidas sobre a cor das crianças e dos adolescentes assistidos pela instituição. Além disso, a variação das nomenclaturas, dentro de um mesmo dossiê, indica uma falta de padronização na categorização racial. Se, por um lado, essas políticas possam ter contribuído para a institucionalização da discriminação racial, perpetuando a marginalização da população preta e parda e moldando uma identidade nacional excludente – o que, por sua vez, pode ter reforçado as desigualdades sociais duradouras no Brasil – por outro, Sansone (1996) destaca que a classificação racial no meio social é mais fluida e diversificada do que a categorização oficial do IBGE, que se baseia em um número reduzido de categorias (branco, preto, pardo e amarelo).

Segundo Sansone, a terminologia racial usada no cotidiano reflete uma visão dionisíaca das relações raciais a qual o “moreno” pode ser visto como expressão desejável e valorizada. Isso contrasta com essa perspectiva da tese do branqueamento e com a busca de uma categorização politizada, enfatizando a polarização entre raças para evidenciar o racismo estrutural. Além disso, Sansone (1996) argumenta que a classificação social da cor é altamente situacional e pode mudar dependendo do contexto. Uma mesma pessoa pode ser vista como “morena” em um ambiente e “preta” em outro. Isso evidencia a complexidade da identidade racial no Brasil, em que os critérios de cor não são fixos, mas negociáveis e influenciados por dinâmicas sociais, culturais e econômicas.

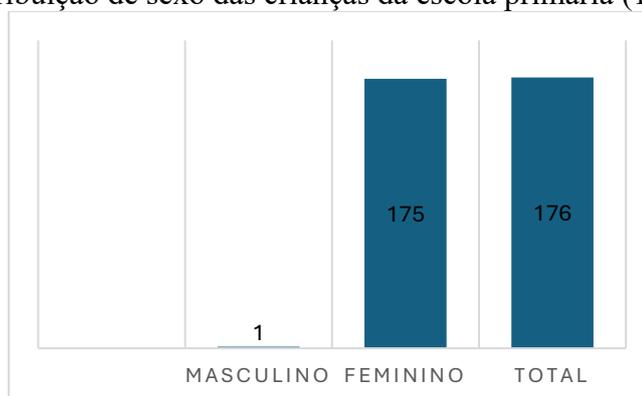
A divergência racial encontrada nos dossiês estudantis pode ser interpretada a partir dessas duas explicações contrastantes apresentadas anteriormente: a primeira baseada na tese de branqueamento e a segunda na classificação social.

Independentemente da explicação adotada, os dossiês sugerem que há uma correlação entre a cor dos assistidos e a pobreza. O perfil étnico dos acolhidos evidencia como a marginalização econômica afeta desproporcionalmente determinados grupos raciais, reforçando a ideia de que, no Brasil, pobreza e raça caminham juntas como parte de um mesmo problema social.

3.4. Presença feminina e faixas etárias: distribuição dos assistidos por sexo e idade

Dos 176 dossiês estudantis, apenas um assistido era do sexo masculino, e as outras 175 assistidas eram do sexo feminino, apresentando um percentual de aproximadamente 0,57% contra 99,43%, conforme demonstrado no gráfico 4. Vale ressaltar que os dossiês são compostos por assistidos de diversas séries, a saber: 28 dossiês são identificados com matrículas para o “pré-primário” e 31 dossiês com matrículas para o primário, todos datados de 1956 a 1959, primeira década de funcionamento da instituição. Em 117 dossiês, no entanto, não foi possível identificar a série dos acolhidos.

Gráfico 4 – Distribuição de sexo das crianças da escola primária (1956-1959)

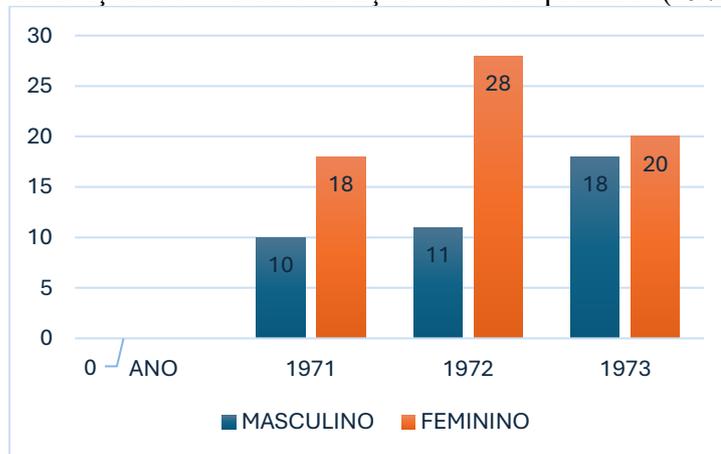


Fonte: APMASJ, 1956-1959. Gráfico elaborado pela autora em 2024

Adiciona-se, como fonte documental, um caderno no qual constam algumas listas manuscritas de alunos da turma do maternal, datadas de 1971 a 1975, terceira década da instituição, assinadas ao final pela diretora Madre Maria de Nazaré e pela professora Yêda Pereira Santos. Foram utilizadas apenas as listas de 1971 a 1973, dentro do recorte temporal da pesquisa, encontrando os percentuais a seguir: em 1971, a instituição possuía uma turma de maternal em que 35,71% eram formados por assistidos do sexo masculino e 64,29% por assistidas do sexo feminino; em 1972, observam-se 28,21% do sexo masculino e 71,79% do sexo feminino; e, em 1973, encontram-se 47,37% do sexo masculino e 52,63% do sexo feminino. Ao agregar-se os percentuais dos três anos, 1971

a 1973, temos o seguinte resultado: 37,14% de assistidos do sexo masculino e 62,86% das assistidas eram do sexo feminino nas turmas do maternal, conforme comprova o gráfico 5.

Gráfico 5 – Distribuição de sexo das crianças da escola primária (1971-1973)



Fonte: APMASJ, 1956-1959. Gráfico elaborado pela autora em 2024

De acordo com o relato de Joana dos Santos (2024), a população assistida era majoritariamente feminina. Havia poucos meninos matriculados na escola primária e o curso de economia doméstica era exclusivo para as “mocinhas” (Ferreira, 2024). Anita Santos Ferreira (2024) reforçou dizendo que “menos meninos eram assistidos na escola primária; e que lembra apenas de dois: Roberto e José. Na economia doméstica, só estudava moça”.

A análise das fontes documentais sugere que, até a segunda década da instituição, a maioria dos assistidos era do sexo feminino. A partir da terceira década, 1969 a 1979, percebe-se que a parcela de assistidos do sexo masculino cresce, entretanto, sendo ainda inferior em termos quantitativos à parcela de assistidas do sexo feminino. Essa constatação ressalta a importância da instituição nas primeiras décadas de fundação como um espaço de acolhimento social e centro de educação e desenvolvimento, voltado especialmente para as meninas em situação de pobreza.

No entanto, ao examinar as fontes iconográficas, observa-se que, apesar de as fontes documentais indicarem uma quase totalidade de assistidas do sexo feminino, havia uma representação do público masculino, conforme indica a figura 18.

Figura 18 – Alunos acompanhados da ex-professora Gedalva Dantas Menezes (anos 1970)

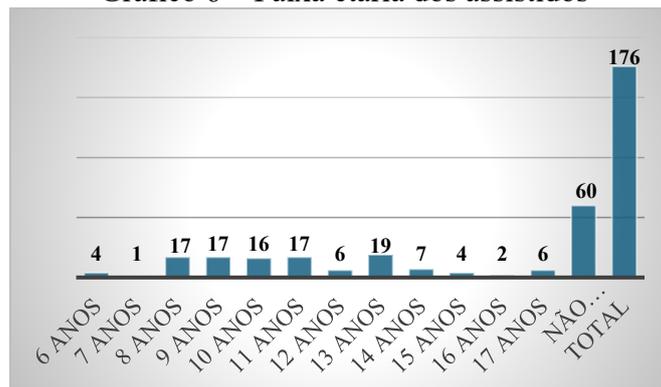


Fonte: Acervo de Gedalva Dantas Menezes

Mesmo em número menor, os meninos também eram atendidos pela instituição, ainda que não tenham sido devidamente registrados ou enfatizados nos documentos escritos. Portanto, a presença masculina, embora minoritária, deve ser considerada ao avaliar o impacto e a abrangência das atividades da instituição durante suas primeiras décadas.

Quanto à variável no que diz respeito à faixa etária dos assistidos, observou-se, com base nos dossiês estudantis, datados de 1956 a 1959, que 40,91% tinham de 6 a 11 anos; 25,00% de 12 a 17 anos; e 34,09% não tiveram a faixa etária identificada, conforme mostra o gráfico 6. A porcentagem de dossiês sem identificação da faixa etária (34,09%) levanta questões sobre a padronização e a precisão dos registros mantidos pela instituição. A ausência de dados sobre a idade dos assistidos pode dificultar análises mais detalhadas sobre cada faixa etária.

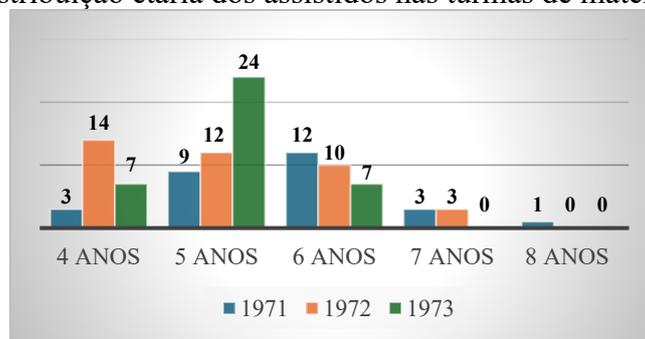
Gráfico 6 – Faixa etária dos assistidos



Fonte: APMASJ, 1956-1959. Gráfico elaborado pela autora em 2024

Analisando o caderno com as listas dos assistidos, datadas de 1971 a 1973, constata-se que, como se trata de turmas de maternal, todos os assistidos tinham entre quatro e oito anos. Observa-se que a instituição acolhia crianças e adolescentes de todas as faixas etárias, com ênfase na primeira infância e na escola primária, conforme corrobora o gráfico 7, que revela os números de crianças assistidas entre os anos de 1971 a 1973.

Gráfico 7 – Distribuição etária dos assistidos nas turmas de maternal (1971-1973)



Fonte: APMASJ, 1956-1959. Gráfico elaborado pela autora em 2024

Segundo Nunes (1984), a segunda década do século XX foi marcada por um grande índice de analfabetismo em Sergipe, atingindo 60,1%, acompanhando o índice brasileiro de 75% de analfabetos em 1920. Poucos chegavam a concluir a 4ª série primária, correspondendo a apenas 1,84% da população sergipana. Ainda de acordo com a autora, “continuava o sistema educacional dissociado das necessidades locais, sem promover renovação social, sem participar do desenvolvimento que se operava no Estado. Era mais um meio de conservação de privilégios” (Nunes, 1984, p. 236). Essa realidade era evidente nos centros de acolhimento para menores desvalidos. Situação semelhante ocorria na Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. Como observado

nos dossiês, os assistidos eram matriculados em turmas de “pré-primário”, com idades entre 8 e 12 anos e em turmas de primário, com até 17 anos.

Como visto anteriormente, Ferreira (1959) corrobora essa análise ao informar que, do total de habitantes em idade escolar, apenas 29% eram alfabetizados. Segundo o autor, em 1956, o município contava com 1.048 alunos no ensino primário e sessenta no ensino médio, com uma taxa de aproveitamento escolar de 25,8% no ensino primário e 16,7% no “ensino médio” (Ferreira, 1959, p.371). Esses dados propõem um atraso na escolarização dos assistidos, refletindo a ineficiência do sistema educacional da época em atender às necessidades educacionais da população.

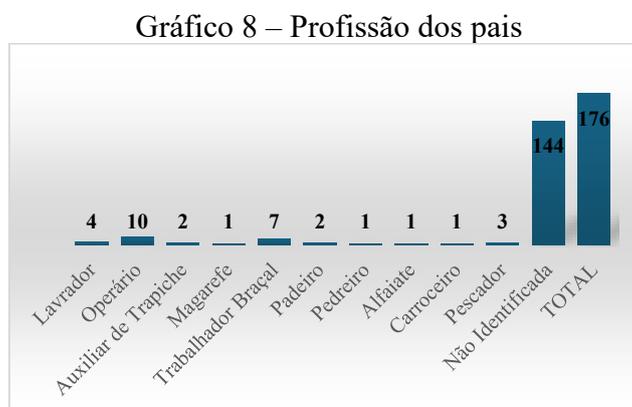
3.5. Retrato de classe: perfil socioeconômico dos assistidos

A priori, cabe ressaltar, como relatado no início dessa seção, que a determinação da classe social envolveu a análise das profissões dos pais e a presença de indicadores de pobreza nas certidões de nascimento. A investigação das ocupações parentais forneceu uma visão do contexto econômico e social das famílias, permitindo a categorização dos assistidos. Adicionalmente, os indicadores de pobreza nas certidões de nascimento reforçaram a identificação socioeconômica das famílias pobres.

Essa compreensão das condições socioeconômicas se conecta diretamente com a história da instituição, fundada em 1949 por Josilda de Mello Dantas. Ao retornar à terra natal, após ter concluído o magistério no Colégio Nossa Senhora de Lourdes em Aracaju, iniciou o trabalho de catequese na capela São José e, ao deparar-se com a pobreza da região, instituiu um espaço denominado Casa de Nazaré. Nesse local, as meninas eram ensinadas a bordar, sendo essa uma das primeiras atividades realizadas, antes mesmo da formalização da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (Santos, J. 2024).

Segundo Dantas (2002), a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José recebia grande quantidade de crianças “em virtude de a pobreza dos pais não permitir que os filhos frequentassem as escolas do centro, mesmo as públicas” (Dantas, 202, p.100). A análise dos dados dos dossiês revelou que todos os assistidos, sem exceção, pertenciam a parcela socioeconômica mais pobre. Foram identificadas as profissões dos pais em 32, dentre os 176 dossiês encontrados na instituição, sendo: operário (dez), trabalhador braçal (sete), lavrador (quatro), pescador (três), auxiliar de trapiche (dois),

padeiro (dois), pedreiro (um), magarefe (um), alfaiate (um) e carroceiro (um), conforme pode-se observar no gráfico 8 sobre as profissões dos pais.



Fonte: APMASJ, 1956-1959. Gráfico elaborado pela autora em 2023

Os relatos de Joana dos Santos (2024), Maria Geni dos Santos (2024) e Gedalva Dantas Menezes (2024) corroboraram a informação de que a instituição acolhia menores pobres. Maria Geni dos Santos (2024) relatou que “as crianças eram pobrezinhas. Os pais eram pedreiros, trabalhavam na piçarra ou eram pescadores. As mães também eram marisqueiras”. Joana dos Santos (2024) substanciou esse relato quando afirmou que “as crianças eram carentes. O povo ali do bairro vivia do mangue”. Gedalva Dantas Menezes ratifica quando informa que:

As crianças eram geralmente do bairro, porque ali tinha muita criança pobre. Os pais eram pescadores, viviam da pesca do mangue. Passavam necessidade de verdade. Então as crianças já vinham para casa alimentadas e muitas vezes tomadas banho, trocada de roupa e às vezes vinham até com roupa nova (Menezes, G. 2024).

Observa-se também que 48 dos 176 dossiês, ou seja, 27,27% apresentaram nas certidões de nascimento dos assistidos pela instituição o atestado de pobreza em respeito ao Decreto n.º 4.857 de 9 de novembro de 1939, que dizia: “Art. 40. Não será cobrado emolumento algum pelo registro civil das pessoas comprovadamente pobres, à vista do atestado da autoridade competente, passado mediante requisição do juiz togado ou a pedido do oficial do registro” ou sob o Decreto n.º 13.556, de 30 de setembro de 1943, que altera o Decreto n.º 4.857, passando a constar a redação:

Art. 40 - Não será cobrado emolumento algum pelo registro civil, e respectivas certidões, das pessoas comprovadamente pobres, à vista do atestado da autoridade policial, do prefeito ou funcionário que este designar, arquivando-se o atestado no cartório que fizer o registro ou

expedir a certidão (Brasil. Decreto n.º 13.556, de 30 de setembro de 1943).

ou ainda a Lei Federal n.º 765 de 14 de julho de 1949, donde extrai-se o seguinte texto:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os brasileiros de um e outro sexo, ainda não inscritos no registro civil de nascimento serão registrados independente do pagamento da multa regulamentar, mediante petição isenta de selos, taxas, emolumentos e custas, despachada pelo juiz competente e apenas atestada por duas testemunhas idôneas, na forma e sob as penas da lei;

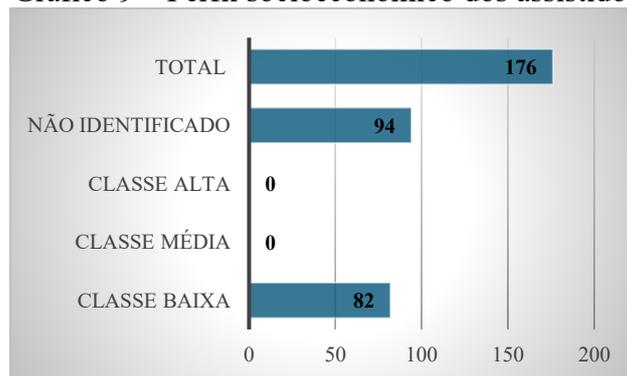
I – se o registrando fôr maior de dezoito anos de idade ou menor de vinte e um ou os nascidos anteriormente à obrigatoriedade do registro civil;

II – se o registrando fôr maior de dezoito anos e durante o período do alistamento eleitoral ou se maior de dezessete anos durante o período do alistamento militar, determinados em lei;

III – se o registrando fôr menor de dezoito anos ou maior de vinte e um, quando apresentado atestado firmado por autoridade competente desde que considerado pessoa pobre, dispensada, para os menores de doze anos de idade, a petição de que trata este artigo, porém, com atestação de duas testemunhas idôneas. (Brasil. Decreto nº 13.556, de 30 de setembro de 1943).

Vale salientar que, em 142 dossiês estudantis, não foi encontrada nenhuma indicação das profissões dos pais; em 58 não foram identificados, nos registros de nascimento, a indicação de pobreza; e, em 83 dossiês, não constavam as certidões de nascimento dos assistidos. Considerando o somatório das profissões, reconhecidas socioeconomicamente como de classes sociais menos favorecidas, durante o recorte temporal, que correspondem a 32 dossiês estudantis, e os dossiês que constam o reconhecimento do atestado de pobreza em registro civil, cujo quantitativo foi de 48 dossiês, excluindo aqueles em que não puderam ser identificados tais variáveis, no total de 96 dossiês estudantis, pode-se concluir que o perfil dos assistidos era composto em sua totalidade de crianças e adolescentes em situação de pobreza, conforme comprova o gráfico 9, que identifica a situação socioeconômica dos assistidos.

Gráfico 9 – Perfil socioeconômico dos assistidos



Fonte: APMASJ, 1956-1959. Gráfico elaborado pela autora em 2023

Salienta-se que o bairro São José era uma localidade onde muitas famílias pobres residiam. A comunidade cresceu em torno da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. Josilda Mello Dantas, juntamente com o apoio de seu pai, Josias Vieira Dantas, fundador da Fábrica de Tecidos Sergipe Fabril e do Banco de Crédito Popular, e seu tio e padrinho, Alcebíades Vieira Dantas, conseguiram mobilizar a comunidade para reurbanizar a rua que, no período, era conhecida como Santa Cruz e hoje é denominada de Rua Josilda de Mello Dantas, em sua homenagem. Segundo Joana Santos (2024):

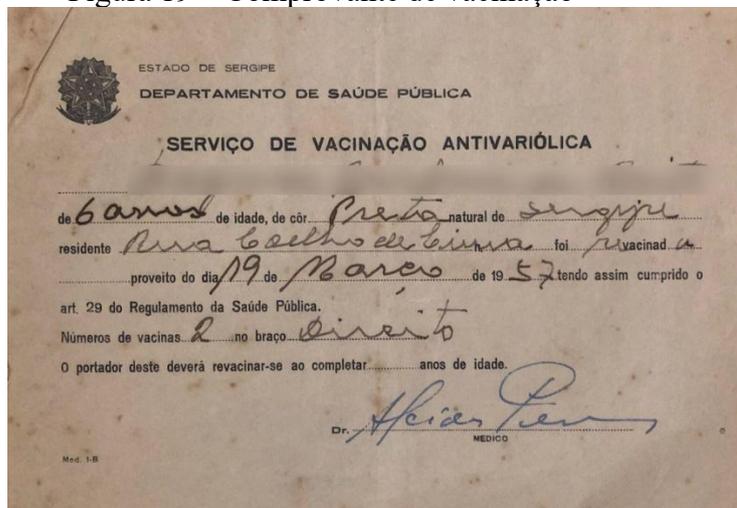
A família Dantas e a comunidade do bairro São José uniram-se para angariar dividendos para a arrojada urbanização, onde a rua seria alargada e as casas do lado direito, localizadas às margens do Rio Ganhamoroba, indenizadas e reconstruídas do lado esquerdo da rua (Santos, J. 2024).

A urbanização envolveu toda a extensão da rua, desde o Hospital Nossa Senhora da Boa Hora até onde seria construída a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. A obra ainda incluía a reconstrução da capela São José, hoje Igreja São José, do lado oposto ao prédio da instituição. Ainda, segundo a ex-aluna e ex-funcionária Joana dos Santos (2024), a comunidade trabalhava na obra, seja recolhendo as pedras da pedreira local que serviriam de alicerce na construção do prédio da instituição, seja na produção da cal, utilizada também na edificação.

Para uma análise mais profunda sobre a situação socioeconômica dos assistidos, verificou-se a necessidade de analisar também a procedência residencial, já que, até meados do século XX, o bairro era habitado, principalmente, pela camada mais pobre da população local. Observou-se, porém, que poucos dossiês estudantis constavam o

logradouro onde residiam os assistidos. Desse modo, foram utilizados especificamente os comprovantes de vacinação inclusos nos dossiês, conforme apresenta a figura 19.

Figura 19 – Comprovante de vacinação²¹



Fonte: APMASJ, 1956-1959

Nessa acepção, nota-se que a maior concentração de assistidos está no bairro São José, com um total de setenta crianças e adolescentes. Dentro desse bairro, os logradouros específicos incluem rua Quintino Bocaiuva, com sete assistidos; rua Nova, atualmente chamada de Cel. Gonçalo Prado, com 15 assistidos; rua Pinto Carvalho, com cinco assistidos; rua São José, também conhecida como Santa Cruz, com oito assistidos; rua Santo Antônio, com 13 assistidos; rua São João, com quatro assistidos; rua Santo Amaro, com cinco assistidos; rua Major Miguel, com oito assistidos; sítio Prainha, com dois assistidos; rua Jackson de Figueiredo, com três assistidos; rua do Sol, atualmente chamada de Rua Fausto Cardoso, com seis assistidos; rua das Aroeiras, com dois assistidos; e rua do Aperto, com dois assistidos.

No bairro Boa Hora, constam dez assistidos, sendo sete provenientes da Praça Boa Hora e três da Rua do Rosário. O bairro Centro conta com 11 assistidos, distribuídos entre Rua Getúlio Vargas com quatro assistidos, Rua Barão do Rio Branco com quatro assistidos, Rua General Siqueira com dois assistidos e Rua São Benedito com um assistido. O bairro Lachez abrigava nove assistidos, com oito deles tendo apenas a

²¹ A identidade do(a) assistido(a) foi mantida em sigilo com base na Lei Geral de Proteção de Dados n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

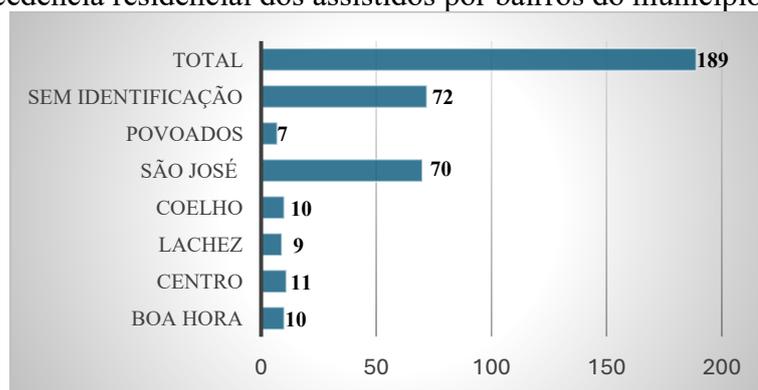
indicação do bairro e um indicando-o como bairro Industrial²². No Bairro Coelho, dos dez assistidos, três residiam na Rua Benjamin Constant, três na Rua Marechal F. Peixoto, dois na Rua Dr. Vila Verde e dois sem especificação de logradouro.

Além dos bairros mencionados, constam nos dossiês estudantis, sete assistidos naturais de povoados, especificamente Guiomar Dias com um assistido, Usina Pedras com um assistido, Arapiraca com um assistido e Sítio Siebra com quatro assistidos. Contudo, existem 56 dossiês estudantis sem identificação de procedência residencial, dificultando a análise completa. Há também nove dossiês cuja localização não foi possível identificar o bairro de procedência, sendo seis na Rua Boa Viagem, um na Rua Pernambuco, um na Rua Riachuelo e um na Rua Cláudio Batista.

Pode-se constatar que a distribuição percentual dos assistidos por bairro, incluindo aqueles sem identificação de procedência residencial, é a seguinte: São José, representando aproximadamente 37.0% do total; Boa Hora, representando aproximadamente 5.3% do total; Centro; com 5.8%; Lachez com 4.8%; Coelho com 5.3%; Povoados com 3.7% do total; e 38.1% do total representam dossiês sem identificação de procedência residencial (incluindo os nove dossiês com logradouros não identificados).

Esses dados mostram uma grande concentração de assistidos no Bairro São José, localidade onde a instituição foi construída com a colaboração da comunidade. Todos esses índices podem ser verificados no gráfico 10.

Gráfico 10 – Procedência residencial dos assistidos por bairros do município de Maruim



Fonte: APMASJ, 1956-1959. Gráfico elaborado pela autora em 2024

Destarte, a análise do perfil socioeconômico dos menores assistidos verificou que a Associação de Proteção a Menores Abandonados São José atendia uma clientela

²² Consideramos bairro Industrial encontrado em um dossiê como o bairro Lachez, visto ser o único bairro em Maruim que no período possuía indústrias.

composta majoritariamente por pardos e pretos, provenientes de famílias pobres. Quase metade dos alunos era natural de Maruim, proveniente em sua maioria do bairro São José, onde a instituição estava localizada. O bairro São José era afastado do centro urbano e habitado por famílias desvalidas. Os pais dos assistidos exerciam profissões como pescadores, operários, lavradores e pedreiros, trabalhos que geralmente ofereciam baixa remuneração e pouca estabilidade. A faixa etária predominante dos menores era entre 6 e 11 anos, nos primeiros anos de escolarização.

Nesse sentido, a localização periférica da APMASJ e o perfil socioeconômico de seus assistidos evidenciaram como a assistência à infância pobre estava diretamente ligada a projetos de organização social que delimitavam espaços e acessos na cidade. Conforme Bispo (2007), a assistência prestada a crianças pobres em instituições como a APMASJ estava inserida em um contexto maior de disciplinarização e controle social. Essas instituições ofereciam suporte material e educacional, além de exercerem um papel normatizador, estabelecendo padrões de comportamento e reforçando hierarquias sociais.

4. BORDANDO HABILIDADES: DESVENDANDO O CURSO DE PREPARAÇÃO DE ECONOMIA DOMÉSTICA RURAL

Esta seção se concentrou na investigação das práticas educativas do curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ, por meio da análise das fontes documentais que incluem os planos de curso das disciplinas nutrição e preparo de alimentos, arte e habitação (trabalhos manuais) e vestuário, além dos relatórios das práticas enviadas à Escola Agrícola Benjamin Constant. Essas fontes foram utilizadas para compreender a ação pedagógica direcionada para adolescentes do sexo feminino, a partir dos 14 anos, e como ela foi organizada durante o período investigado.

4.1. Primeiros pontos: a introdução à economia doméstica para adolescentes do sexo feminino

A criação do curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ se alinha a um movimento que buscava a escolarização formal das jovens e sua preparação para os papéis sociais e econômicos que desempenhariam nas comunidades rurais. Antes da fundação oficial da instituição, uma iniciativa preliminar era desenvolvida na Casa de Nazaré, onde as meninas aprendiam os primeiros pontos de bordado simples, dando início à formação prática que posteriormente seria ampliada e formalizada com o curso de preparação de economia doméstica rural. A educação feminina, especialmente no contexto das zonas rurais, refletia a necessidade de capacitar as adolescentes para assumirem responsabilidades domésticas, ao mesmo tempo que contribuíam para a formação de mão de obra para funções específicas. A prática educativa centrada no ensino de habilidades domésticas como o bordado, nutrição, vestuário e trabalhos manuais evidencia o papel social e cultural atribuído às mulheres naquele período.

Segundo fonte documental, entre o Centro de preparação de economia doméstica rural da APMASJ e a Escola Agrícola Benjamin Constant, o objetivo do núcleo era de “estabelecer valores e ideais de educação, como subsídio ao nosso centro. Não temos outros intuítos, senão, os de soerguimento da nossa Pátria, pelo levantamento de seus filhos” (APMASJ. Relatório de conclusão das atividades, 1967). O Centro de Economia Rural Doméstica São José, vinculado à Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, foi estruturado para proporcionar uma educação doméstica e prática às jovens alunas e, segundo as fontes documentais, iniciou o curso de preparação de economia

doméstica rural em 1954. Nesse ano, o curso já estava vinculado à Escola Agrícola Benjamin Constant e ao Ministério da Agricultura, que financiava a iniciativa. O Centro de Economia Rural Doméstica São José, em Maruim, era parte de um projeto da Escola Agrícola Benjamin Constant, que também mantinha centros em São Cristóvão e no bairro Santo Antônio, em Aracaju. Ademais, a instituição oferecia formação destinada às necessidades da vida rural, combinando práticas de economia doméstica com as demandas do contexto agrícola (EABC, 1955; 1956; 1957).

Segundo Conceição (2012), a Escola Agrícola Benjamin Constant (EABC) teve sua origem em 1924, com a criação do Patronato Agrícola São Maurício, uma instituição assistencial comprometida com a regeneração de menores desvalidos e com a formação de mão de obra agrícola. Em 1934, o Patronato foi federalizado, transformando-se no Aprendizado Agrícola de Sergipe, que se consolidou posteriormente como uma escola técnica voltada ao ensino prático nas áreas rurais. Em 1946, a instituição passou a ser denominada Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant e, em 1952, adotou o nome de Escola Agrícola Benjamin Constant, tornando-se referência na formação agrícola de jovens no estado de Sergipe.

Durante o período analisado neste estudo (1949-1973), a instituição passou por mudanças de denominação que refletiam sua expansão e adaptação às demandas educacionais e econômicas da época. Essas alterações, mais do que formais, indicavam um processo de reestruturação pedagógica e administrativa que buscava alinhar a instituição às diretrizes nacionais de modernização do ensino agrícola. Neste trabalho, optou-se por utilizar a denominação Escola Agrícola Benjamin Constant por representar o período em que foi implantado o curso de preparação de economia doméstica rural na APMASJ, foco central dessa seção.

Esse curso, implementado em 1952 na EABC, tinha como objetivo capacitar as filhas de trabalhadores agrícolas em habilidades práticas relacionadas à gestão do lar e à economia familiar. A formação foi vinculada aos Centros de Economia Doméstica Rural, situados em Maruim, São Cristóvão e no bairro Santo Antônio, em Aracaju, todos subordinados à instituição e financiados pelo Governo Federal. No contexto do século XX, a Escola Agrícola Benjamin Constant buscou implementar uma educação que integrava práticas agrícolas e domésticas. Entretanto, as iniciativas que atuavam na formação feminina, refletiam as limitações de uma sociedade marcada por desigualdades de gênero. Embora as mulheres tenham encontrado nesses cursos uma oportunidade de acesso à educação e capacitação, as diretrizes pedagógicas reforçavam os papéis sociais

tradicionais, confinando-as ao espaço doméstico e a ocupações de menor prestígio no mercado de trabalho.

Bonifácio (2014), ao estudar a formação de meninas na Oratório Festivo Dom João Bosco, observa que elas eram preparadas em instituições como se estivessem num “laboratório” (p. 143), onde eram submetidas a práticas educativas com o intuito de “interiorizar disposições para desenvolver um hábito moral e religioso compatível com uma sociedade de costumes burgueses” (Bonifácio, 2014, p. 143). Essa perspectiva ressoa diretamente na formação oferecida pelo curso de economia doméstica rural, que visava a capacitação profissional e a construção de um modelo adequado à sociedade rural da época. As meninas eram educadas para desempenhar um papel funcional dentro do lar, reforçando valores tradicionais e normativos, e eram preparadas para internalizar os “ensinamentos morais e religiosos” que orientavam seu papel na sociedade. As habilidades domésticas ensinadas, como o bordado, o preparo de alimentos e o vestuário, faziam parte desse processo de “moldar” o caráter feminino dentro das expectativas de sua inserção no meio rural, refletindo, assim, as limitações impostas pelas normas de gênero e os valores do período.

Em um cenário marcado pela oferta limitada de educação formal para a população do campo, a capacitação das mulheres rurais emergiu como uma estratégia central para transformar a vida no meio rural e atender às demandas sociais e econômicas daquela realidade. A Lei Orgânica n.º 9.613 de 1946, que regulava o ensino agrícola, refletiu diretamente essas preocupações. Segundo o Art. 52 dessa Lei, “no ensino agrícola feminino serão observadas as seguintes prescrições especiais”, com destaque para a recomendação de que os cursos do ensino agrícola para mulheres fossem ministrados em “estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina” (Brasil, 1946, Art. 52, §1º). A lei também estipulava que “não se permitirá, nos estabelecimentos do ensino agrícola, trabalho que, sob o ponto de vista de saúde, não lhes seja adequado” (Brasil, 1946, Art. 52, §2º), reforçando a ideia de que a formação deveria estar em sintonia com o papel da mulher no lar, conforme o Art. 52, §3º: “Na execução dos programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar”.

De acordo com Del Priore (1997), existia, no final do século XIX, uma preocupação social em torno da moral das meninas e jovens. Era necessário, segundo os preceitos da época, compelir e limitar os desejos das mulheres. Freitas (2002) corrobora afirmando que a mulher só adquiriu direito à educação pública a partir da Lei Imperial de

15 de outubro de 1827. Não obstante, havia distinções entre o ensino masculino e o feminino. Enquanto os meninos tinham aulas de geometria, as meninas tinham aulas de bordado e costura, já que, com a modernização da sociedade, houve uma valorização do campo de atuação feminino: o doméstico, pois era necessária a perpetuação do pensamento existente de higienização da família e de formação de futuros cidadãos. Apesar do direito à educação pública, em Sergipe, o ensino feminino era realizado, em sua maioria, em conventos ou colégios religiosos, dificultando o acesso àquelas meninas que não tinham recursos financeiros para arcar com sua instrução. Nesse cenário, as aulas públicas para meninas em Sergipe surgem em 1831, em quatro cidades do interior do estado e, em 1870, já eram 31 escolas públicas de primeiras letras (Nunes, 1984). Esse crescimento consolidou-se com a criação da Escola Normal feminina em 1877, onde jovens sergipanas recebiam formação em magistério, oportunidade única em exercer uma função profissional longe dos afazeres domésticos.

Freitas (2003) afirma que a partir da década 10 do século XX houve um aumento das matrículas femininas em escolas primárias e normais. A modernização social e econômica dos valores tradicionais era uma necessidade urgente. Com a criação dos grupos escolares, no final dos anos 1920, o acesso à educação feminina aumentou consideravelmente para as meninas e jovens pobres sergipanas. Algumas instituições contribuíram para o ingresso dessa parcela da população no âmbito escolar, incluindo a Escola Agrícola Benjamin Constant e seus três centros.

Oliveira (2013), em seu trabalho, aponta que a educação feminina era estimulada pelo Ministério da Agricultura desde 1946. O curso de preparação de economia doméstica rural, criado em 1952 pela Escola Agrícola Benjamin Constant, visava preparar as filhas dos trabalhadores agrícolas, ensinando-lhes habilidades práticas necessárias para a vida rural. Como visto anteriormente, esse curso visava capacitá-las na gestão eficiente do lar e na economia familiar, promovendo, assim, a autonomia e o bem-estar das famílias no contexto rural. A clientela era formada por mulheres pobres que aprendiam noções de higiene, floricultura, culinária e vestuário. No final de cada ano letivo, elas expunham os trabalhos produzidos. Os objetivos eram aliviar as misérias econômicas e psicológicas, além de preparar a mulher para ser uma boa gestora de seu próprio lar. O curso também contribuiu para a produção de mão de obra feminina, capacitando aquelas que necessitavam de emprego como babás ou empregadas domésticas (Oliveira, 2013).

Segundo Nascimento (2004), o curso de preparação em economia doméstica rural era “um curso informal, considerado pelo Ministério da Agricultura como atividade

escolar de extensão. Era uma espécie de contribuição do ensino agrícola para as populações femininas mais pobres” (p.296). Esse curso, implementado pelos centros vinculados à Escola Agrícola Benjamin Constant, foi criado para promover a educação feminina, como parte de suas políticas, anteriormente focadas na educação masculina. As mulheres que passavam por esses cursos eram preparadas para desempenhar funções domésticas, como as de babás, governantas ou empregadas domésticas, além de desenvolverem competências práticas relacionadas à nutrição, vestuário, floricultura e práticas agrícolas complementares (Oliveira, 2013). Isso contribuiu para criar uma mão de obra que atendesse às exigências das famílias urbanas e das economias locais, promovendo uma integração entre o rural e o urbano.

Ademais, no contexto do século XX, essas iniciativas surgiram como resposta às limitações estruturais da vida no campo, marcadas por baixos níveis de escolaridade, condições sanitárias precárias e restrição do papel feminino ao espaço doméstico. A vinculação do curso a instituições como a Escola Agrícola Benjamin Constant sugere a existência de uma política educativa que visava a modernização rural, mas que permanecia condicionada às normas patriarcais e às exigências do Estado em relação à moralização das populações rurais. A formação oferecida às mulheres era impregnada de valores que reforçavam o papel da mulher como suporte moral e higienista da família.

Sob a ótica de Freitas (2003), houve uma necessidade urgente de modernização social e econômica dos valores tradicionais. Nesse contexto, a capacitação oferecida pelos centros de economia doméstica rural pode ter possibilitado que mulheres rurais adquirissem novas habilidades e recursos para subsistência. Essas iniciativas contribuíram para mudanças graduais na organização social e econômica das comunidades rurais, promovendo uma transição entre as práticas tradicionais e as demandas de uma sociedade em modernização.

Desse modo, a ênfase na capacitação doméstica feminina pode ser interpretada como um mecanismo para perpetuar papéis sociais preestabelecidos. Nesse sentido, é importante problematizar as razões pelas quais o Estado e as instituições educacionais priorizaram o investimento na formação feminina com foco no âmbito doméstico em detrimento de áreas do conhecimento técnico ou científico.

Destarte, ao se concentrar exclusivamente nas mulheres, os cursos de economia doméstica rural refletem uma dinâmica educacional marcada por desigualdades de gênero profundamente enraizadas no recorte temporal estudado. Embora as mulheres estivessem gradualmente conquistando o acesso à educação, isso se dava de forma restrita, com

oportunidades limitadas a formações em economia doméstica ou magistério, áreas alinhadas aos papéis sociais historicamente atribuídos ao gênero feminino. Enquanto isso, os homens desfrutavam de privilégios educacionais compatíveis com as demandas do mercado de trabalho e da estrutura social da época, incluindo o acesso a formações técnicas, científicas e ao ensino superior (Freitas, 2003).

Os cursos femininos, ao mesmo tempo que forneciam conhecimentos práticos para a melhoria das condições de vida no meio rural, estavam inseridos nesse contexto político e cultural que condicionava o papel da mulher ao espaço doméstico. Já os homens, com acesso a formações técnicas e científicas, eram preparados para desempenhar funções de maior prestígio e poder econômico. Dessa forma, os centros de preparação em economia doméstica rural vinculados à Escola Agrícola Benjamin Constant representavam tanto um avanço quanto uma limitação. Por um lado, promoveram uma educação acessível para mulheres que, até então, haviam sido amplamente excluídas de qualquer tipo de formação, tanto por questões de gênero quanto por questões socioeconômicas. Por outro lado, mantiveram essas mulheres confinadas a um campo restrito de atuação.

Os centros de economia doméstica rural, sob a gestão da Escola Agrícola Benjamin Constant, concretizavam as diretrizes do Decreto n.º 8.319, de 20 de outubro de 1910 que, em seu artigo 354, estabelecia a criação de escolas domésticas agrícolas para preparar as filhas de agricultores para os “mistérios da vida agrícola” (Brasil, 1910). Essa formação prática incluía habilidades como nutrição, vestuário, floricultura e práticas agrícolas complementares, visando a melhoria das condições de vida no campo e a moralização das comunidades rurais. Relatórios institucionais da época destacaram a “progressiva e acentuada melhoria dos costumes de vida obsoletos” (EABC, 1957, p. 51) como um dos resultados dessas iniciativas, embora tais transformações estivessem condicionadas a uma visão restritiva sobre os papéis femininos na sociedade.

Nesse sentido, a Escola Agrícola Benjamin Constant desempenhou um papel ambíguo no desenvolvimento rural e na educação feminina em Sergipe. Por um lado, promoveu avanços ao oferecer oportunidades de capacitação para jovens mulheres em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, perpetuou uma estrutura educacional que reforçava as desigualdades de gênero, ao limitar a formação feminina a áreas consideradas apropriadas ao papel tradicional da mulher na sociedade. Dessa forma, a história da Escola Agrícola Benjamin Constant e dos centros de economia doméstica rural revelam tanto os esforços do Estado em modernizar as comunidades rurais quanto as contradições

inerentes a essas iniciativas que, ao mesmo tempo que buscavam transformar a realidade social, perpetuavam desigualdades estruturais e padrões culturais excludentes.

4.2. O tear da formação: O Centro de Economia Rural Doméstica São José

Para compreender a organização do curso de preparação em economia doméstica rural, é essencial analisar o funcionamento do centro vinculado à Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (APMASJ). Esse centro tinha como principal objetivo a capacitação de jovens para atuação na comunidade, estruturando suas atividades pedagógicas e administrativas de acordo com as diretrizes educacionais da época. O ensino oferecido enfatizava a economia doméstica e as habilidades rurais, preparando as alunas para a gestão do lar e atividades no campo. O relatório de atividades de 1967 menciona que o curso objetivava a formação complementar ao ginásio (APMASJ, 1967, Relatório de conclusão de atividades, p. 43). No entanto, outras fontes indicam que sua estrutura pode ter sido distinta dessa classificação.

O Decreto-Lei n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946, definiu que o ensino primário poderia ser elementar ou suplementar, sendo este último direcionado a adolescentes e adultos, articulando-se com cursos de aprendizagem agrícola e industrial (Art. 5º, item 3). Além disso, documentos da APMASJ, como folhas de pagamento (APMASJ, 1967), indicam que as professoras eram classificadas como professoras primárias, o que sugere que a formação oferecida no centro estava mais alinhada ao ensino primário complementar do que a nível ginásial. Nesse contexto, a Escola Agrícola Benjamin Constant, à qual o centro da APMASJ era subordinado, refletia a estruturação do ensino agrícola no período, como aponta Lima (2021):

O ensino agrícola, nessa conjuntura, estruturava-se por meio de cursos primários, secundários, magistério de economia doméstica agrícola e o ensino normal do primeiro ciclo. Os estabelecimentos deixaram de ser designados de Aprendizados e passam a assumir a denominação de ‘escolas agrícolas’, ‘escolas de iniciação agrícola’ ou ‘agrotécnicas’ (Lima, 2021, p. 38).

Diferentemente da formação oferecida na Escola Agrícola Benjamin Constant, que abrangia o curso secundário (ginásial e colegial), o ensino no centro da APMASJ limitava-se ao nível de complemento do ensino primário, destinado à formação em economia doméstica rural. Lemos (1970) corrobora essa perspectiva ao apresentar a organização curricular dos centros vinculados à Escola Agrícola Benjamin Constant dentro das diretrizes do ensino técnico agrícola da época e denominar o Centro de

Economia Rural Doméstica São José como formador do curso de preparação e não do “ginásial” ou “colegial”, como denominava o curso do núcleo de São Cristóvão. Ademais, a Escola Agrícola Benjamin Constant passou por mudanças na estrutura dos cursos ao longo dos anos, refletindo a evolução do ensino técnico agrícola no Brasil. No ano de 1968, a escola passou a oferecer o curso técnico de economia doméstica rural em nível colegial e ofertado em três anos em regime de internato (Lima, 2021).

A estrutura administrativa da Associação de Proteção a Menores Abandonados São José era composta por um presidente, um primeiro secretário, um segundo secretário, um tesoureiro, um diretor e dois conselheiros. Esse corpo administrativo era responsável por coordenar as atividades e supervisionar o funcionamento geral da instituição. Sob a direção da diretora, em 1954, o corpo docente incluía três professoras: uma dedicada à disciplina de agricultura, outra aos trabalhos manuais e, uma terceira, à nutrição e preparo de alimentos, compondo a base pedagógica do Centro de Economia Rural Doméstica São José (APMASJ. Livro de atas, 1949-1977).

De acordo com o Livro de Ponto da instituição (1949-1977), em 1967, a estrutura docente se manteve, mas o currículo foi ampliado com novas disciplinas, passando a abranger corte e costura, enfermagem, nutrição e preparo de alimentos, trabalhos manuais e administração doméstica. Além das professoras, o Centro contava com três auxiliares que desempenhavam funções de auxiliar de escrita (secretário), auxiliar agrícola e auxiliar de serviços domésticos (encarregado dos serviços gerais).

Ao longo dos primeiros anos de funcionamento do Centro de Economia Rural Doméstica São José, o número de alunas matriculadas variou. Em 1954, os registros apontaram apenas três alunas concluintes. Em relatórios localizados no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Sergipe (EABC, 1955; 1956; 1957), constatou-se que, em 1956, foram matriculadas trinta alunas no Centro de Maruim, mas somente cinco foram aprovadas; em 1957, o número de matrículas quase duplicou, totalizando 56 matrículas e quatro aprovações. A partir de 1963, observa-se um crescimento gradual na quantidade de alunas: naquele ano, trinta alunas foram matriculadas, com seis concluintes, e o mesmo número foi registrado em 1964. Em 1965, o número de alunas matriculadas aumentou para 36, com 14 alunas concluindo o curso. Já em 1966, verificou-se 46 matrículas e 22 concluintes. Em 1967, o número de matriculadas subiu para cinquenta, porém não há registro do quantitativo de concluintes.

Os outros centros vinculados à Escola Agrícola Benjamin Constant também apresentaram variações no número de matrículas e concluintes. No Centro de São

Cristóvão, em 1956, houve cinquenta matrículas e 17 concluintes, enquanto em 1957, o número de matriculadas manteve-se em cinquenta, mas com apenas oito concluintes. Já no Centro Santo Antônio, em Aracaju, foram registradas sessenta matrículas e nove concluintes em 1956, e, no ano seguinte, cinquenta matrículas, com apenas três alunas concluindo o curso. O quadro 6 apresenta os dados de matrículas registradas no período de 1954 a 1973.

Quadro 6 – Matrículas e concluintes nos centros de preparação de economia doméstica vinculados à Escola Agrícola Benjamin Constant (1954-1973)

| ANO | APMASJ (Matrículas) | APMASJ (Concluintes) | São Cristóvão (Matrículas) | São Cristóvão (Concluintes) | Aracaju (Matrículas) | Aracaju (Concluintes) |
|-----------|------------------------|-------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|-------------------------|--------------------------|
| 1954 | * | 03 | * | * | * | * |
| 1955 | * | * | * | * | * | * |
| 1956 | 30 | 05 | 50 | 17 | 60 | 9 |
| 1957 | 56 | 04 | 50 | 8 | 50 | 13 |
| 1958-1962 | * | * | * | * | * | * |
| 1963 | 30 | 6 | * | * | * | * |
| 1964 | 30 | 6 | * | * | * | * |
| 1965 | 36 | 14 | * | * | * | * |
| 1966 | 46 | 22 | * | * | * | * |
| 1967 | 50 | * | * | * | * | * |
| 1968-1973 | * | * | * | * | * | * |

Fonte: EABC, 1955; 1956; 1957. APMASJ, Tabela de matriculadas, 1967. Quadro elaborado pela autora em 2024

Ainda em 1967, as alunas do Centro da APMASJ foram distribuídas em três turmas, ao longo de um ano letivo de 180 dias. A carga horária semanal era rigorosamente organizada, com 6 horas dedicadas a nutrição e preparo de alimentos, 6 horas para vestuário (confecção e conservação), 4 horas para administração do lar, 4 horas para noções de higiene, enfermagem e puericultura, 4 horas para industrialização e conservação de produtos agropecuários, 3 horas para pequenas atividades agropecuárias e 3 horas para arte e habitação. Para a matrícula, as alunas deveriam ter no mínimo 14 anos, ser do sexo feminino, apresentar certidão de nascimento, atestado de saúde e comprovante de vacinação contra varíola (APMASJ. Relatório de conclusão, 1967).

4.3. Entre saberes e práticas: uma análise dos planos de curso no ensino doméstico rural

Os planos de curso das disciplinas de preparo de alimentos, trabalhos manuais, vestuário e enfermagem, que foram analisados, forneceram subsídios para compreender a prática educativa do curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ. Essa análise se concentrou na proposta pedagógica e no impacto desses cursos, que

visavam promover o desenvolvimento prático e a autossuficiência das jovens alunas em situação de pobreza.

Por meio de uma proposta pedagógica focada em áreas essenciais para o cotidiano e a economia doméstica, como alimentação, trabalhos manuais, vestuário e enfermagem, a APMASJ buscava oferecer uma formação aplicável à realidade socioeconômica da comunidade. Essas disciplinas, estruturadas com finalidades específicas e conteúdos direcionados ao manejo prático de atividades domésticas, refletem um modelo educacional que visava capacitar as jovens para uma vida produtiva e socialmente útil, fundamentada em valores de disciplina, economia e organização. A educação escolar não é apenas uma transmissão de saberes, mas uma forma de organização e estruturação do conhecimento que se articula com as necessidades sociais e culturais de determinada época. Portanto, os cursos oferecidos pela APMASJ se inserem dentro de uma lógica de poder que buscava consolidar papéis sociais e hierarquias, ainda que de maneira velada e indireta.

Destarte, foi examinado cada plano de curso, começando pela análise do programa de alimentação e preparo de alimentos, elaborado pela professora Maria Assunção Barros Dantas, que exemplifica o enfoque metodológico e os objetivos formativos da instituição. O foco desse programa estava não apenas em ensinar habilidades culinárias, mas em promover uma educação mais ampla, centrada na economia doméstica e na valorização nutricional, com a finalidade de preparar as alunas para uma vida econômica e organizada (APMASJ. Plano de curso de nutrição, 1967). Esse objetivo evidenciou o preparo das jovens tanto para a gestão do lar quanto para o ingresso no mercado de trabalho, fornecendo-lhes habilidades essenciais para a vida cotidiana e para a inserção em atividades comerciais. Essa perspectiva se refletiu no depoimento da ex-aluna Maria Geni dos Santos (2024), que destacou como a formação recebida influenciou sua trajetória profissional:

O período que eu fiquei lá foi maravilhoso, porque aprendi arte culinária, aprendi confeitaria, cozinhar, confeitaria, corte costura e a agricultura. Com dezessete anos eu parei de estudar e fui trabalhar no comércio. Queria continuar o estudo, mas parei no terceiro ano. Depois com 20 anos eu conheci meu esposo e fui morar no Rio. Lá eu terminei o primário em 2 anos. Eu já trabalhava, confeitava bolos, que aprendi na APMASJ; eu costurava, fiz muito vestido de noiva para aquelas meninas de Nova Iguaçu (Santos, M. G. 2024, p. 2).

Seu relato demonstra como os conhecimentos adquiridos na instituição possibilitaram tanto a atuação das alunas no ambiente doméstico quanto sua qualificação para o trabalho em diferentes setores, evidenciando a dupla função do curso na preparação das jovens para o lar e para a formação de mão de obra. O plano de curso proposto por Maria Assunção Barros Dantas incorporava uma estrutura bem definida que cobria tanto o primeiro quanto o segundo semestre, e uma divisão entre aulas teóricas e práticas (APMASJ. Plano de curso de nutrição, 1967). Essa metodologia permitia que as alunas desenvolvessem habilidades práticas na manipulação e preparo de diversos tipos de alimentos, desde carnes e vegetais até conservas caseiras e confeitaria. As aulas práticas contemplavam alimentos comuns na região, como peixes, milho e aipim, favorecendo o uso de produtos locais, o que também facilitava o acesso e a continuidade das práticas fora do ambiente escolar.

A ex-aluna Joana dos Santos (2024) relembrou a abrangência do aprendizado em confeitaria: “Esses bolos confeitados que se faz hoje pra casamento, a gente aprendia a fazer tudo. Aproveitava qualquer casamento. Quando tinha qualquer casamento de qualquer pessoa”. Seu relato ilustra como a formação não apenas capacitava as alunas para a produção de bolos confeitados, mas também incentivava a aplicação desses conhecimentos em ocasiões sociais, reforçando a dimensão prática do ensino.

Segundo o plano, o curso incentivava a economia e a ordem no ambiente doméstico, especialmente na cozinha, onde a gestão dos recursos podia refletir diretamente na economia familiar. Esse ponto é enfatizado quando o plano menciona que “a economia de uma casa é feita na cozinha” (APMASJ. Plano de curso de nutrição, 1967, p. 93), posicionando a gestão alimentar como uma competência essencial para a boa administração do lar. O curso, portanto, buscava inculcar nas alunas a ideia de que a cozinha é um espaço central de economia e eficiência doméstica, capacitando-as para administrar os recursos da casa de forma prudente e organizada.

Além das habilidades culinárias, o ensino de organização de cardápios econômicos estava ligado à disciplina de agricultura, em que as alunas produziam os alimentos em hortas individuais (Pereira, 2025a). Sendo assim, a formação não se limitava à cozinha, como recordou Joana dos Santos (2024), as atividades práticas também incluíam o cultivo agrícola: “A escola tinha uma área muito grande fora. Ali a gente plantava pimentão, tomates, cenoura e outras coisas. Uma vez deu tanto alface. A coisa mais linda do mundo. Macaxeira, batata doce, tudo foi plantado lá. E servia para a alimentação”. Maria Geni dos Santos (2024) também mencionou a experiência com a

horta, ressaltando os desafios enfrentados pelas alunas: “Em Agricultura a gente ficava de pé no chão e carregava aqueles baldes para molhar as plantas”. Apesar das dificuldades relatadas, o cultivo agrícola desempenhava um importante papel na alimentação escolar. Como ela complementou, “Tinha comida pra todo mundo; quando era à noite, tinha sopa de verduras com as verduras do pomar” (Santos, M. 2024).

Dessa maneira, a relação entre a agricultura e a alimentação no currículo refletia a proposta pedagógica da instituição, que articulava o cultivo e o aproveitamento dos alimentos com a organização doméstica e a gestão dos recursos. A estrutura do curso indicava uma abordagem direcionada à aplicação prática dos conhecimentos, vinculando a produção agrícola à preparação de refeições e à sustentabilidade dos insumos utilizados.

Com base no plano de curso da disciplina de nutrição (APMASJ, 1967), a professora Maria Assunção Barros Dantas, ao adotar uma linguagem clara e didática acessível, reforçava a inclusão e a compreensão das alunas, permitindo que adquirissem conhecimentos práticos e aplicáveis ao contexto rural e doméstico. As práticas educativas do curso de economia doméstica na APMASJ demonstravam ser estruturadas para fornecer uma formação prática e alinhada com as necessidades cotidianas das alunas. Ao organizar as aulas teóricas e práticas em uma estrutura semestral, a docente também promovia uma rotina disciplinada na qual as alunas aprendiam a preparar refeições, ao ponto que desenvolviam uma disciplina que refletia na forma como planejavam e administravam as atividades domésticas. Essa estrutura curricular pode demonstrar uma preocupação com a formação de hábitos que iam além das habilidades práticas, abrangendo a capacidade de planejamento e a compreensão do valor nutritivo dos alimentos.

A carga horária da disciplina era composta, entre aulas teóricas e práticas, de um total de 136 aulas distribuídas entre os dois semestres: 64 aulas no primeiro semestre e 72 no segundo, com cada aula tendo uma duração de 3 horas e 30 minutos. No primeiro semestre, as aulas teóricas eram ministradas uma vez por semana para cada turma. Com um total de oito dias reservados para imprevistos e quatro dias destinados à avaliação, a carga horária permitia uma flexibilidade importante, possibilitando a revisão de conteúdos e a realização de atividades práticas em resposta a eventuais dificuldades enfrentadas pelas alunas (APMASJ. Plano de curso de nutrição, 1967).

Já no segundo semestre de 1967, a carga horária foi ampliada, incorporando 72 aulas práticas, com uma diversidade ainda maior de conteúdos abordados. Assim, as alunas puderam se aprofundar em temas como a confecção de conservas caseiras,

organização de cardápios e técnicas de confeitaria. Essa carga horária cuidadosamente distribuída enfatizava a importância da prática no processo de aprendizado, permitindo que as alunas aplicassem os conceitos teóricos adquiridos em situações reais (APMASJ. Plano de curso de nutrição, 1967).

Figura 20 – Alunas do curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ com religiosas Sacramentinas na cozinha da Instituição (anos 1970)



Fonte: Acervo de Gedalva Menezes Dantas. Da esquerda para a direita: aluna não identificada, Gedalva, Inez, Maria, Ir Ana do Espírito Santo, Joana e Ir Maria Francisca (anos 1970)

A figura 20 capturou um momento na aula de preparo de alimentos do curso de economia doméstica da APMASJ, onde cinco alunas – Gedalva, Inez, Maria, Joana e outra aluna não identificada – estavam reunidas com duas religiosas Sacramentinas, Ir Ana do Espírito Santo e Ir Francisca Maria. O ambiente era a cozinha da instituição, um espaço projetado para proporcionar um aprendizado prático e funcional. As alunas exibiam os resultados de sua aula, segurando os produtos das habilidades adquiridas durante o curso. Uma delas segurava uma panela de pressão enquanto outras apresentavam travessas e taças de sobremesa, refletindo a diversidade dos pratos preparados. À frente, uma mesa de madeira com tampo de pedra servia como uma base para o trabalho realizado.

Continuando a análise dos planos de curso, foi examinado o programa de trabalhos manuais elaborado por Maria Izalda Barros, apresentado em 1967 no Centro de Economia

Doméstica São José em Maruim, Sergipe. Esse programa se destacava por seu enfoque prático e dedicado à educação doméstica, direcionado a suprir as necessidades básicas das famílias e otimizar o uso dos recursos materiais no ambiente doméstico. A proposta pedagógica centrava-se no estudo e na utilização dos bens que compõem o patrimônio familiar, visando capacitar as participantes no desenvolvimento de habilidades específicas para o manejo e transformação desses recursos (APMASJ. Plano de curso de trabalhos manuais, 1967).

O curso tinha dois objetivos fundamentais: a utilização eficiente dos materiais disponíveis e sua transformação em objetos de uso prático e ornamental. Esse enfoque pode ser observado no relato de Maria Geni dos Santos (2024), que recordou a produção de peças ao longo do ano: “A gente trabalhava o ano todo fazendo bordado para vender na exposição. Quando tinha exposição, Dona Josilda colocava os nomes das alunas nas peças”. A exibição dos trabalhos permitia às alunas demonstrarem as habilidades adquiridas, promovendo a valorização do aprendizado e a aplicação prática das técnicas ensinadas. A estrutura curricular do curso era organizada em dois semestres, com progressão gradual.

No primeiro semestre, eram introduzidos os materiais e o aprendizado básico. Nessa etapa ocorria uma compreensão das propriedades físicas dos materiais, sensibilizando as alunas para o cuidado e o aproveitamento dos recursos disponíveis. No segundo semestre, o foco se deslocava para a transformação dos materiais em equipamentos e adornos. O objetivo dessa etapa era consolidar o conhecimento por meio da prática criativa, incentivando o desenvolvimento de objetos úteis e decorativos como toalhas, lençóis e artesanatos com napa e plástico (APMASJ. Plano de curso de trabalhos manuais, 1967). As alunas desenvolviam diferentes tipos de trabalhos manuais, desde costura até a produção de itens decorativos. Segundo Maria Geni dos Santos (2024), um dos produtos mais comuns era a confecção de bolsas de pão bordadas: “Naquela época se fazia bolsa de pão, era tudo bordado em ponto de cruz. Eu adorava fazer ponto de cruz, até hoje eu bordo. Ela fazia uma exposição na parede da sala”.

Maria Geni (2024) observou que a preferência individual influenciava a experiência de cada estudante quando relatou: “E as outras salas tinham aula de artesanato, de napa, plástico, pano, para fazer bichinho artesanal. Tinha que fazer e encher. Eu não gostei muito. Gostava mais da costura”. Dessa forma, a disciplina de trabalhos manuais apresentava uma abordagem prática, aliando conhecimento técnico e criatividade para estimular o aproveitamento integral dos recursos disponíveis. Além de

desenvolver competências em bordado, costura e artesanato, o curso incentivava a autonomia das alunas na produção de itens que poderiam ser utilizados no lar ou comercializados, reforçando a relação entre aprendizado e prática econômica.

Dando continuidade à análise dos planos de curso, foi examinada a estrutura e os objetivos da disciplina de vestuário, elaborado pela professora Maria Auxiliadora Maynard de Oliveira e oferecido pelo Centro de Economia Doméstica São José em Maruim, Sergipe. Essa disciplina tinha como foco capacitar as alunas para a confecção de vestuário e, ao mesmo tempo, fomentar o interesse pelo aprendizado de técnicas de costura. Dessa forma, o programa visava proporcionar habilidades práticas para a produção de vestimentas, assim como valorizar a atividade como uma forma de economia doméstica e autonomia feminina (APMASJ. Plano de curso de vestuário, 1967). A organização curricular do curso era estruturada em dois semestres, adotando uma progressão didática que permitia um desenvolvimento gradual das competências para a confecção de vestuário. No primeiro semestre, o programa abordava o ensino do método de costura, a confecção de um caderno técnico e o desenvolvimento de bases para a confecção de peças femininas. Além disso, eram introduzidos o uso da máquina de costura e os conhecimentos iniciais sobre o manuseio de tecidos. Nessa etapa inicial, ocorria a familiarização das alunas com os princípios básicos da costura, desenvolvendo habilidades técnicas e cognitivas relacionadas aos processos de modelagem e corte. A confecção do caderno técnico funcionava como uma ferramenta pedagógica que permitia o registro dos conhecimentos adquiridos, facilitando o aprendizado dos métodos de confecção (APMASJ. Plano de curso de vestuário, 1967). Como recordou Maria Geni dos Santos (2024), o ensino da modelagem utilizava referências especializadas: “Os traçados eram da revista Vogue. Quem comprava essa revista era Ana Maynard” (Pereira, 2025b). Essa metodologia indicava uma preocupação com a atualização técnica e a padronização dos modelos ensinados.

No segundo semestre, o conteúdo era expandido para incluir as bases de modelagem e confecção de peças para diferentes faixas etárias e gêneros, incluindo roupas para crianças e homens (APMASJ. Plano de curso de vestuário, 1967). Essa ampliação permitia que as alunas trabalhassem com uma variedade de técnicas e padrões de costura, desenvolvendo diversas habilidades. Ao abordar a confecção de vestuário para homens, por exemplo, o curso permitia às alunas o acesso a uma formação mais completa, direcionada para a versatilidade no domínio da confecção de vestuário. A estrutura da disciplina de vestuário, abordada no plano de curso, evidenciava, portanto, uma proposta

pedagógica que unia o desenvolvimento técnico com uma perspectiva prática voltada para a economia doméstica, promovendo a valorização da confecção de vestuário como uma habilidade para o contexto familiar e como um meio de fortalecimento da autonomia pessoal (APMASJ. Plano de curso de vestuário, 1967).

4.4. Fios pedagógicos: reflexões sobre as práticas educativas

Os relatórios analisados sobre as atividades do Centro de Economia Doméstica Rural São José revelaram elementos das práticas educativas implementadas no primeiro semestre de 1967. Por trás dessa ação educativa, pode-se supor que existiam intenções que iam além da simples capacitação das alunas. O curso provavelmente foi concebido para perpetuar um comportamento feminino idealizado, alinhado às expectativas sociais da época, e para atender à demanda por mão de obra feminina em funções específicas, como babás, cozinheiras e empregadas domésticas, destinadas a servir àqueles que podiam pagar por esses serviços. Essa hipótese reflete possíveis tensões entre os objetivos declarados de emancipação e práticas que, de certa forma, poderiam reforçar papéis tradicionais de gênero.

Nesse sentido, Bonifácio (2014) sugere que as práticas educacionais implementadas em contextos como o do curso de preparação em economia doméstica rural podem ser entendidas como uma capacitação das alunas para um “hábito moral e religioso compatível com uma sociedade de costumes burgueses” (Bonifácio, 2014, p. 143). Assim como as meninas do Oratório Festivo Dom João Bosco, que eram submetidas a práticas para desenvolver um comportamento adequado da época, as alunas do curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ eram treinadas para interiorizar disposições que as preparavam para um papel social predeterminado no qual o trabalho no lar e a formação moral eram mais valorizados do que outras possibilidades de emancipação social e profissional.

Os relatórios da instituição indicam que o curso de preparação de economia doméstica rural visava também contribuir para o desenvolvimento da nação por meio da formação de futuras cidadãs conscientes e capacitadas (APMASJ. Relatório de conclusão das atividades, 1967), conforme comprova descrição a seguir:

Os métodos práticos utilizados nas aulas, permitem coordenar a educação doméstica e aperfeiçoar as alunas, valorizando-as, tornando-as aptas para atuar no meio em que vivem, mostrando-lhes a utilidade

de cada vez conhecer mais, inculcando-lhes o gosto pelo saber, ajudando-as a descobrir um meio para sua emancipação, e doação consciente de conhecimentos, aos grupos (APMASJ. Relatório de conclusão das atividades, 1967, p. 43).

Apesar do discurso de que os métodos desenvolviam uma educação doméstica destinada à vida prática, pode-se observar que esse modelo educativo pode ser interpretado como forma de treinar as alunas para uma adaptação ao contexto social existente. Bonifácio (2014, p. 143) sustenta que as alunas estavam imersas em um ambiente semelhante a “um laboratório, sendo submetidas a práticas” em que eram moldadas a partir de modelo específico, no qual as práticas educativas não eram apenas para desenvolver habilidades, mas também para formar disposições duradouras que garantiriam a permanência dos papéis sociais e das relações de poder em uma sociedade patriarcal.

A preparação prática para a vida era relatada como uma preocupação no teor do currículo do curso, utilizando métodos práticos que coordenavam a educação doméstica e rural, tornando as alunas aptas para atuarem no meio onde viviam (APMASJ. Relatório de conclusão das atividades, 1967, p. 43). Ainda de acordo com o relatório (APMASJ, 1967), o curso de preparação de economia doméstica rural também visava promover a emancipação e autonomia das jovens, proporcionando-lhes conhecimentos que poderiam ser compartilhados conscientemente com os grupos e comunidades onde se inserirem.

No primeiro semestre de 1967, o curso foi dividido em componentes teóricos e práticos para a formação e a capacitação das jovens. Com um total de cinquenta alunas matriculadas, o curso foi organizado em três turmas (Pereira; Conceição, 2024b). As aulas eram realizadas de segunda a sexta-feira, das 13h às 16h30, garantindo um período de aprendizado concentrado. Cada turma recebia, semanalmente, aulas diversificadas de disciplinas como vestuário, em que as alunas aprendiam sobre confecção e manutenção de roupas; trabalhos manuais, que desenvolviam habilidades práticas e criativas; preparo de alimentos, essencial para a gestão doméstica e a nutrição; enfermagem e puericultura, que forneciam conhecimentos básicos de cuidados de saúde e infantis; e nutrição, para a compreensão e aplicação de práticas alimentares saudáveis.

A metodologia de ensino era prática e orientada para a aplicação no cotidiano das alunas (Pereira; Conceição, 2024c). As aulas envolviam atividades que coordenavam a educação doméstica com a vida prática. Essa abordagem procurava capacitar as alunas a atuarem no meio onde viviam, valorizando e aperfeiçoando suas habilidades, inculcando-

lhes o gosto pelo saber e ajudando-as a descobrir meios para sua emancipação pessoal e profissional. De acordo com o Relatório (Relatório de conclusão das atividades, 1967), o curso enfatizava a importância de educar para a vida e pela vida. Assim, encorajava-se as alunas a dedicarem-se às matérias que mais lhes interessavam e, posteriormente, aperfeiçoá-las gradualmente.

Os momentos festivos e comemorativos eram importantes no centro de preparação de economia doméstica rural São José, conforme sugere o relatório no qual consta a realização da festa pascal, celebrada no dia 1º de maio, envolvendo toda a comunidade. Além disso, no dia 13 de abril, tanto o corpo docente quanto o discente, juntamente à Associação de Proteção a Menores Abandonados São José, organizaram uma homenagem em celebração ao aniversário natalício da fundadora Josilda de Mello Dantas (Pereira; Conceição, 2024b). Durante essa ocasião, ex-alunas residentes na cidade também contribuíram, oferecendo um almoço especial (APMASJ. Relatório de conclusão das atividades, 1967). As festas de formatura do curso de preparação de economia doméstica rural São José eram sempre movimentadas, como comprova a figura 21.

Figura 21 – Festa de formatura do curso de preparação de economia doméstica rural



Fonte: Acervo da APMASJ, atual Escola Municipal São José²³

Eventos sociais, como almoços, formaturas e cerimônias de entrega de diplomas eram ocasiões que constituíam momentos formais de interação entre a instituição, as

²³ A fotografia encontrada no acervo da Escola Municipal São José, que ilustra esse momento, estava em péssimo estado de conservação, com rasgos e manchas. Em 2024, a autora realizou uma tentativa de restauração, o que permitiu sua utilização. No entanto, mesmo após a intervenção, alguns rostos não puderam ser reconhecidos devido aos danos irreversíveis na imagem.

alunas, os dirigentes da Escola Agrícola Benjamin Constant e a comunidade, contribuindo para o fortalecimento dos laços sociais e para a visibilidade das atividades realizadas. As fotografias desses eventos documentam sua importância simbólica, destacando o papel que desempenhavam na consolidação da imagem institucional e na celebração dos resultados obtidos pelas alunas (Pereira; Conceição, 2024c). Os certificados de conclusão emitidos pelo centro, por sua vez, formalizavam o encerramento do ciclo educacional das estudantes, conferindo-lhes uma validação oficial do aprendizado adquirido. Além de simbolizarem a conclusão de um projeto educacional orientado à capacitação prática, esses documentos ofereciam às alunas uma forma de reconhecimento social que poderia ampliar suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho e de atuação nas comunidades locais. Um exemplo disso é o diploma emitido pela instituição em 1966, que declarava:

O diretor da Escola Agrotécnica Benjamin Constant em Sergipe, em cumprimento ao disposto no item 3 do artigo 42 do Decreto-lei 9.613, de 20 de agosto de 1946, confere a Neilde Lemos, natural do Estado de Sergipe, nascida a 16 de janeiro de 1949, o presente diploma de Licenciada em Economia Rural Doméstica por haver concluído o curso de Economia Rural Doméstica no ano letivo de 1966 (APMASJ. Diploma de conclusão, 1966).

Esse diploma formalizava a conclusão do curso, bem como a aderência da formação às normativas legais vigentes. Um ponto que merece atenção é o uso do termo “Licenciada em Economia Rural Doméstica” (APMASJ. Diploma de conclusão, 1966) no diploma. Na época, o termo “licenciado” não se restringia ao ensino superior e poderia ser empregado em formações relacionadas ao ensino primário supletivo ou a cursos de qualificação direcionados à economia doméstica e rural. Esse uso pode ter sido uma estratégia para conferir ao certificado um caráter formal e reconhecido, especialmente em razão da subordinação da APMASJ à Escola Agrícola Benjamin Constant, uma instituição oficial do ensino agrícola no estado.

Embora o diploma conferisse o título de Licenciada em Economia Rural Doméstica, Lemos (1970) indica que a formação estava associada ao ensino primário agrícola, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 8.529/1946, e não a um curso técnico ou de nível ginasial. Esse decreto estabelecia que o ensino primário deveria articular-se com cursos de aprendizagem agrícola, o que se alinha ao caráter formativo do curso oferecido pela APMASJ. Ademais, documentos internos da instituição, como folhas de pagamento (APMASJ. Folha de pagamento, 1967), indicaram que as professoras eram classificadas

como professoras primárias, reforçando que a formação oferecida estava vinculada a esse nível de ensino.

Nesse sentido, algumas alunas conciliavam o curso com o ensino formal tradicional. A análise dos documentos escolares da ex-aluna Neilde Lemos indicou que, durante o período de sua formação no curso de economia rural doméstica, ela também frequentava o Ginásio Maruinense, concluindo o ensino ginásial no mesmo ano de 1966. Esse fato sugere que o curso da APMASJ não era equivalente ao nível ginásial, mas podia ser realizado concomitantemente a ele.

Dessa forma, o curso estava alinhado à formação primária e à economia doméstica rural. Os certificados de conclusão, por sua vez, consolidavam formalmente o aprendizado das alunas e simbolizavam a conclusão de um ciclo educacional direcionado à formação primária e para as habilidades práticas relacionadas à economia doméstica e ao cotidiano rural. Além de atestarem a capacitação em áreas como vestuário, trabalhos manuais, administração doméstica, higiene e preparo de alimentos, esses documentos representavam um reconhecimento institucional que ampliava as possibilidades de inserção das alunas em suas comunidades.

A análise dos registros de notas complementou essa perspectiva, ao evidenciar a trajetória estudantil das alunas em disciplinas específicas e na média geral, conforme o quadro 7. Os dados permitiram compreender o desempenho individual e a eficácia dos métodos pedagógicos adotados e sua relação com os objetivos do curso. Juntos, os certificados e os registros de notas forneceram uma visão ampla sobre os resultados alcançados pela formação oferecida, destacando suas implicações práticas e sociais.

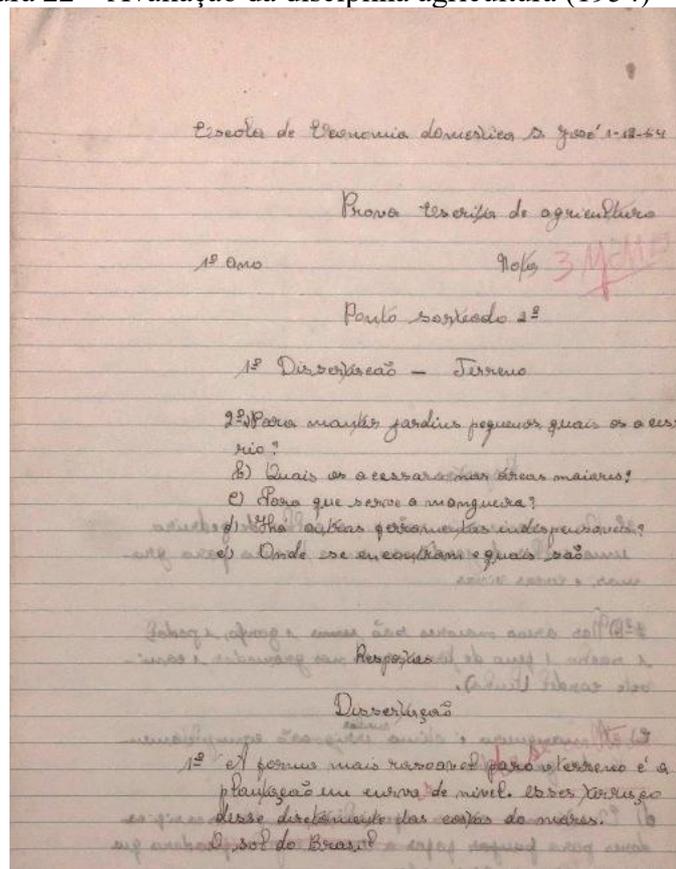
Quadro 7 – Relatório de conclusão do curso de preparação de economia doméstica rural (1968)

| Ministério da Educação e Cultura Diretoria de Ensino Agrícola Divisão de Estudos Pedagógicos Curso de preparação de economia doméstica rural Maruim - Sergipe | | | | | | |
|---|-------|----------------------|-------------------|---------------|------------|-----------|
| Nome | Corte | Preparo de alimentos | Trabalhos manuais | Administração | Enfermagem | M. Global |
| - | 9,4 | 7,2 | 7,7 | 7,7 | 6 | 7,6 |
| - | 8,7 | 6,8 | 8,3 | 7,2 | 5 | 7,2 |
| - | 9,5 | 8,6 | 9 | 6,1 | 6 | 7,8 |
| - | 9,9 | 8,6 | 10 | 8,5 | 5 | 8,4 |
| - | 9,8 | 8,1 | 9,7 | 8,1 | 7 | 8,6 |
| - | 9,9 | 7,7 | 10 | 9,4 | 9 | 9,2 |
| - | 8,5 | 6,6 | 9,7 | 5,4 | 5 | 7 |
| - | 7,8 | 5,7 | 9,8 | 5,7 | 5 | 6,6 |
| - | 8,5 | 8,5 | 7,5 | 5,4 | 5,7 | 7 |
| - | 9,7 | 7,7 | 9,5 | 7,4 | 7,7 | 8,2 |
| - | 7,1 | 7 | 8 | 6,9 | 6 | 7 |
| - | 8 | 6,6 | 8 | 6,4 | 5 | 6,8 |
| - | 6,5 | 5,2 | 7 | 5,5 | 5 | 5,2 |
| - | 9,8 | 8,1 | 8,5 | 8,6 | 7 | 8,4 |
| - | - | 7,2 | 8,2 | 8,6 | 7 | 7,8 |

Fonte: APMASJ,1968. Quadro elaborado pela autora (2025)

A análise dos certificados de conclusão e dos registros de notas evidenciou a estrutura metodológica e os resultados alcançados pelo curso, refletindo uma abordagem educacional destinada à formação prática e adaptada às necessidades das alunas e da comunidade local. Essa perspectiva se complementa ao observar as avaliações finais realizadas na disciplina de agricultura, que ilustra a aplicação dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso, em conformidade com a figura 22.

Figura 22 – Avaliação da disciplina agricultura (1954)



Fonte: APMASJ, 1954.

Essa avaliação de 1954 destacava o esforço em articular etapas distintas, como provas escritas e orais, para medir o domínio das alunas sobre temas centrais à formação rural. Esse modelo reforçava o caráter do processo formativo, ao mesmo tempo que fornecia elementos adicionais para compreender as dinâmicas pedagógicas e os critérios de avaliação adotados pela instituição. As avaliações finais da disciplina de agricultura da primeira turma, realizadas em 1954, seguiram um modelo composto por duas etapas: uma prova escrita e uma prova oral. Na prova escrita, cujo tema sorteado foi “terreno”, as alunas responderam a duas questões. A primeira consistia em uma dissertação sobre o conceito e a relevância do terreno no contexto agrícola, enquanto a segunda abordava perguntas específicas sobre acessórios e ferramentas utilizadas no manejo do solo.

Com base na figura 23, as notas da prova escrita variaram entre 1 e 3. No entanto, ao considerar a média geral, que incluía o desempenho na prova oral, as alunas obtiveram médias finais entre 3 e 5,4, sendo aprovadas. Esse modelo avaliativo buscava integrar diferentes dimensões do aprendizado, ao mesmo tempo que destacava aspectos teóricos e orais. As notas registradas oferecem uma visão quantitativa do desempenho das alunas, embora não detalhem os critérios utilizados para a aprovação.

Figura 23 – Relatório geral das provas escrita e oral da disciplina de agricultura (1954)

- Agricultura -
1º Ano

Examinadores: Yvonne de Mello Dias e Luiza Teles Morais, que também serviu de secretária

| Media Anual | Prova Escrita | Prova Oral | Total |
|-------------|---------------|------------|-------|
| 6,60 | 1 | 8,50 | 5,30 |
| 4,80 | 3 | 4,50 | 3 |
| 5,40 | 3 | 8 | 5,40 |

Direto
Yvonne de Mello Dias
Orientadora
Luiza Teles Morais
secretária
Yvonne de Mello Dias

Maraim, 1º de Dezembro de 1954

Fonte: APMASJ, 1954

Os relatos das ex-alunas indicaram a relevância da convivência coletiva no processo de aprendizagem, evidenciando a interação entre aspectos pedagógicos e sociais (Pereira, 2025b). Joana dos Santos (2024) descreveu que, em arte culinária, as alunas sorteavam pratos para preparar: “Eu me lembro que o prato que eu tirei foi empada. No outro semestre, foi um bife à milanesa”. Essa metodologia incentivava a prática e reproduzia a lógica de eficiência e desempenho, elementos centrais na formação de futuras trabalhadoras domésticas ou do setor de serviços. Anita Souza (2024), outra ex-aluna, ressaltou a importância da convivência e do aprendizado coletivo: “A gente fazia tudo junto, aprendia com as colegas e ajudava quem tinha dificuldade. Era como uma família”. Por outro lado, Maria Izabel dos Santos (2024) destacou aspectos marcantes da formação, como o ensino prático e as experiências no hospital: “A gente estudava enfermagem no hospital. Tinha o horário para ir ao hospital. Tinha um enfermeiro chamado Gervásio. Ele era o nosso professor. Foi logo quando começou”.

Essas metodologias atendiam às exigências de formação para inserção em funções específicas, alinhando-se às demandas educacionais e profissionais da época. No entanto,

como argumenta Pollak (1989), as memórias apresentam lacunas e silêncios que podem revelar tensões e limitações das práticas adotadas. A atuação do Centro, embora oferecesse acesso à formação, deve ser analisada em seu contexto histórico, considerando os interesses sociais e econômicos subjacentes e os impactos sobre as alunas e a organização social.

Essa perspectiva permite problematizar a natureza da assistência oferecida pelo Centro de Economia Rural Doméstica São José. Embora tenha promovido acesso à educação e à formação profissional, é necessário investigar até que ponto essas práticas estavam alinhadas com os interesses das próprias alunas ou se, em alguma medida, atendiam a demandas sociais e econômicas mais amplas, como a necessidade de mão de obra qualificada para funções específicas. Nesse sentido, o trabalho dessa instituição não deve ser compreendido apenas como um ato de altruísmo, mas como parte de um contexto histórico em que a assistência social desempenhava também um papel de controle e organização social.

Essa perspectiva também pode ser analisada à luz das questões econômicas envolvidas na manutenção dos centros de economia rural doméstica. Os relatórios da Escola Agrícola Benjamin Constant revelaram como os recursos financeiros alocados para essas iniciativas estavam sujeitos a variações, refletindo as prioridades e limitações orçamentárias da época. Em 1956, por exemplo, o orçamento destinado aos centros localizados em Quissamã, Maruim e Santo Antônio foi de “Cr\$ 1.500.000,00” (EABC, 1956, p. 3). No entanto, em 1957, esse valor foi reduzido para “Cr\$ 500.000,00” (EABC, 1957, p. 9), o que sugere que as ações desenvolvidas nesses espaços não estavam isentas das pressões econômicas e das políticas públicas que, muitas vezes, moldavam o alcance e os objetivos dessas instituições.

A redução orçamentária, portanto, não apenas limitou a capacidade de ação dos centros de economia rural doméstica, mas também impôs desafios à implementação de seus objetivos educacionais e sociais. Esses recursos, destinados a viabilizar ações comprometidas com a formação de mulheres rurais em áreas como economia doméstica, higiene, puericultura e alimentação, mostraram-se insuficientes para atender às demandas crescentes dos três centros. Como resultado, déficits financeiros foram registrados, comprometendo a continuidade de atividades essenciais e destacando a precariedade das condições de funcionamento dessas instituições (EABC, 1957, p. 51-56).

Apesar das adversidades enfrentadas, os relatórios da Escola Agrícola Benjamin Constant destacaram que os centros de economia rural doméstica desempenharam um

papel fundamental na promoção de mudanças nos padrões de vida e na organização dos lares das comunidades atendidas, conforme registro:

Os centros de economia rural doméstica de Sergipe vêm desde há alguns anos desenvolvendo um trabalho profícuo no seio da comunidade rural onde atuam, promovendo o levantamento do nível cultural e social daquelas populações. Está se verificando uma progressiva e acentuada melhoria dos costumes de vida obsoletos, adotados pelas populações rurais. É verdadeiramente animador e promissor o quadro que se apresenta aos olhos de quem vem acompanhando a ação educacional dos referidos centros. Para citar apenas um caso positivo e de grande relevância para a sociedade, basta dizer que, nas zonas que recebem a influência direta dos centros, a prostituição de jovens - que já havia se tornado, infelizmente, um determinismo irremediável, decresceu sensivelmente. (EABC, 1957, p. 51).

Segundo EABC (1957), existia uma correlação entre o impacto dessas ações educativas e as mudanças observadas no meio rural sob influência desses centros, incluindo a redução da prostituição juvenil. Essas evidências indicaram que supostamente as ações educativas tiveram resultados tangíveis na transformação das dinâmicas comunitárias. Todavia, é necessário refletir sobre as causas desses fenômenos e questionar se tais mudanças ocorreram de forma equitativa ou se apenas mitigaram os efeitos das desigualdades estruturais, sem abordar suas causas.

A correlação entre pobreza e prostituição apresenta riscos interpretativos, pois embora a pobreza seja, sem dúvida, um fator de risco que coloca as mulheres em posições de vulnerabilidade, não se pode reduzir a prostituição a uma “tendência inevitável” entre as meninas em situação de pobreza. Essa visão simplista ignora a complexidade da realidade vivida por essas adolescentes e implica uma visão preconceituosa, que atribui a pobreza uma causalidade direta e determinista sobre comportamentos de marginalização social. Desse modo, essa abordagem pode ser considerada reducionista, pois desconsidera os múltiplos fatores que levam uma mulher à prostituição, como a falta de apoio institucional, a violência estrutural de gênero e a exploração sexual, todos elementos frequentemente invisibilizados pela narrativa dominante que foca apenas na pobreza.

O discurso de “melhoria dos costumes de vida obsoletos” (EABC, 1957, p. 51) encontrado nos documentos do Colégio Agrícola Benjamin Constant, ao associar diretamente a educação doméstica à redução da prostituição, reforçava uma moralização que ignorava as causas estruturais da vulnerabilidade social e sexual. A formação destinada à capacitação doméstica, em vez de abordar questões mais profundas como a

autonomia econômica e o direito ao trabalho em setores diversos, limitava-se a um modelo de conformidade social que, em vez de transformar as condições de vida das alunas, muito provavelmente atuava para manter e naturalizar as desigualdades existentes. Ao tratar a prostituição juvenil como um problema a ser erradicado por meio da “melhoria dos costumes”, o relatório esconde a verdadeira natureza da pobreza e da exclusão social, sugerindo que as mulheres eram responsáveis por sua situação de marginalização, sem considerar as condições sociais que perpetuavam essas desigualdades.

Ademais, ao focar exclusivamente na capacitação feminina para o trabalho doméstico, os centros de formação educacional promoviam uma visão de “emancipação” que, na prática, estava mais alinhada com os interesses sociais da época, que demandavam uma mão de obra feminina subordinada e reprodutora de valores tradicionais. Esse modelo educacional não poderia, portanto, ser considerado emancipatório, pois ignorava o acesso das mulheres a um campo mais amplo de conhecimento e de oportunidades profissionais que lhes permitiriam, de fato, desafiar as estruturas de poder e as condições materiais de vida que as colocavam em uma posição de vulnerabilidade social. O problema da prostituição juvenil, assim como outros aspectos da exclusão social, exige uma abordagem que vá além da moralização e que busque transformar as condições estruturais que sustentam as desigualdades sociais e de gênero.

Em que pese, muito embora esses padrões refletissem o papel dos centros de preparação de economia doméstica rural na promoção de valores e práticas que contribuíram para a transformação social das comunidades rurais, suas práticas, segundo EABC (1957), revelam que “os princípios elementares de higiene passaram a ser adotados, desaparecendo a promiscuidade anti-higiênica dos lares rurais; a mortalidade infantil vem diminuindo, graças às noções de puericultura que as alunas recebem em aula e transmitem a seus familiares” (EABC, 1957, p. 52).

Houve também, segundo os relatórios, avanços na alimentação, com a introdução de verduras e a diversificação do cardápio, e na estética dos lares, que passaram a ser organizados e ornamentados de forma mais funcional e agradável. Contudo, as limitações impostas pela redução dos recursos orçamentários comprometeram a continuidade e a expansão dessas ações. Como registrado, “não podemos, nem por hipótese, pensar no fechamento de qualquer um dos centros, pois isto provocaria uma reação muito desfavorável contra todos nós” (EABC, 1957, p. 55). Essa situação evidenciou a necessidade de maior investimento para garantir não apenas a manutenção das atividades, mas também sua ampliação, de forma a alcançar um número maior de famílias rurais. A

busca por soluções, como a realocação de recursos de outras áreas ou o aumento da dotação orçamentária, era vista como indispensável para consolidar os avanços obtidos e assegurar a sustentabilidade dessas iniciativas (EABC, 1957, p. 56).

Apesar das melhorias observadas nos centros de economia rural doméstica, as limitações financeiras, refletidas na redução dos recursos orçamentários, impactaram diretamente a capacidade de expansão e manutenção das atividades. A folha de pagamento de 1967 revela que os salários dos profissionais envolvidos nos centros eram modestos, com a orientadora recebendo Cr\$ 358,30, as professoras entre Cr\$ 208,95 e Cr\$ 228,95, e o auxiliar rural recebendo Cr\$ 136,50. Esses valores confirmam a angústia do diretor da Escola Agrícola Benjamin Constant quando cita:

Outro aspecto que merece a atenção do senhor superintendente é a questão do salário dos professores dos centros de economia rural doméstica, que percebem vencimento inferior ao menos graduado dos servidores da União. Esta situação é insustentável e humilhante, reclamando uma solução imediata para que as professoras tenham estímulo de produzir mas e o diretor possa exigir maior rendimento. Também não é possível conseguiu uma pessoa realmente capaz de desempenhar a função de Orientadora pagando se apenas Cr\$ 3.360,00 por mês. Achamos que a orientadora deve ter o salário de Cr\$ 8.000,00 e as demais professoras de Cr\$ 5.000,00. Só pagando bem é que poderemos dispor de uma equipe de servidores eficientes e capazes (EABC, 1957, p. 55).

Há uma discrepância entre as informações sobre os salários apresentados no relatório anual de atividades da Escola Agrícola Benjamin Constant, elaborado por Wanderley do Prado Barreto em 1957, e os valores registrados na folha de pagamento do Centro de Economia Rural Doméstica São José em 1967. Enquanto o relatório de 1957 menciona propostas de remuneração para orientadoras e professoras de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) e Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) respectivamente, a folha de pagamento de 1967 registra valores menores, com a orientadora recebendo Cr\$ 358,30 (trezentos e cinquenta e oito cruzeiros e trinta centavos), as professoras entre Cr\$ 208,95 (duzentos e oito cruzeiros e noventa e cinco centavos) e Cr\$ 228,95 (duzentos e vinte e oito cruzeiros e noventa e cinco centavos), e o auxiliar rural Cr\$ 136,50 (cento e trinta e seis cruzeiros e cinquenta centavos), conforme comprova quadro 8. Essa diferença demonstra que, mesmo após uma década, os valores pagos ficaram aquém do montante proposto em 1957, indicando limitações na política de remuneração dos profissionais e possíveis impactos na execução das atividades.

Quadro 8 – Folha de pagamento do Centro de Economia Rural Doméstica São José (1967)

| Nº Ord. | Nome | Cargo | Nível | Vencimento | Salário família | Gratificação adicional (quinquênio) | Gratificação tempo integral |
|---------|---------------------------------------|----------------|-------|------------|-----------------|-------------------------------------|-----------------------------|
| 01 | Josilda de Melo Dantas | Prof. Primário | II | 199,00 | 20,00 | 9,95 | 129,35 |
| 02 | Maria Izalda Barros | Prof. Primário | II | 199,00 | 10,00 | 9,95 | - |
| 03 | Maria Assunção Barros | Prof. Primário | II | 199,00 | - | 9,95 | - |
| 04 | Maria Auxiliadora Maynard de Oliveira | Prof. Primário | II | 199,00 | 20,00 | 9,95 | - |
| 05 | Nivaldo Dias Coelho | Aux. Rural | 3 | 106,50 | 30,00 | - | - |

Fonte: APMASJ, 1967, p. 31. Quadro elaborado pela autora (2025)

A escassez de recursos pode ter limitado a ampliação das atividades e influenciado a execução dos projetos, possivelmente afetando a continuidade das ações que vinham, de acordo com os relatórios (EABC, 1955; 1956; 1957), gerando impactos positivos e a melhoria nas condições de vida das famílias atendidas. A necessidade de maior investimento, tanto em recursos financeiros quanto na valorização dos profissionais, configurava-se um fator relevante para assegurar a sustentabilidade e o alcance dos objetivos das iniciativas dos centros. Ademais, as ações dos centros parecem ter contribuído para mudanças nos hábitos de higiene, alimentação e organização doméstica, promovidas por essas iniciativas.

Se por um lado os desafios financeiros e a escassez de recursos podem ter afetado o alcance dessas ações em sua amplitude, limitando a continuidade e a expansão das atividades, por outro lado, os resultados observados, como o aumento da qualidade de vida das famílias e a capacitação das alunas, evidenciam o potencial positivo dessas práticas educativas. De acordo com a política educacional da época, a formação de jovens em áreas como nutrição, administração do lar e puericultura não só contribuiu para a melhoria das condições de vida, mas também promoveu uma mudança nos valores e nas práticas locais, ajustando-as às necessidades do contexto rural. Conforme aponta Chartier (2002), as práticas pedagógicas e sociais não podem ser dissociadas das representações que as sustentam, pois elas estão diretamente envolvidas da constituição de representações que reforçam a divisão de gênero e os valores morais associados à mulher campesina.

Nesse contexto, a análise dos documentos revela as tensões inerentes ao projeto, que, enquanto visava a emancipação das mulheres, também atendia a uma demanda social de formação de mão de obra para o mercado de trabalho doméstico. A natureza prática e funcional do curso, focada na realidade das alunas, refletia uma tentativa de conciliar as expectativas sociais da época com os objetivos de transformação e capacitação. Entretanto, a disparidade salarial entre os profissionais e a precariedade das condições de trabalho apontam para as limitações internas que podem ter dificultado a consolidação plena das metas educacionais. Esses elementos, somados às dificuldades orçamentárias, ilustram as complexidades envolvidas na implementação de um projeto educativo direcionado para a formação de adolescentes pobres, cujos efeitos, embora em parte positivos, necessitavam de mais investimentos para garantir sua continuidade e ampliação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse estudo, buscou-se compreender as ações educativas desenvolvidas, entre os anos 1949 e 1973, pela Associação de Proteção a Menores Abandonados São José (APMASJ), instituição fundada em 1949, por iniciativa de Josilda de Mello Dantas com apoio de familiares.

O Brasil passava por transformações, como o processo de urbanização e industrialização, bem como a transição do regime escravocrata para o trabalho assalariado. Após conclusão do curso de magistério no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, em Aracaju, Josilda retornou à cidade natal e iniciou o trabalho de catecismo em uma comunidade pobre do município. Percebendo as condições precárias onde os menores viviam, resolveu ampliar o trabalho religioso para o viés educacional e assistencial, fundando a APMASJ com o objetivo de “elevar a posição social da criança pobre” (APMASJ. Ata de fundação, 1949) e estabelecer ideais de educação, com base em valores morais e cívicos, não se limitando à transmissão dos dogmas cristãos e às obras de misericórdia do Evangelho. Dessa forma, a instituição não se enquadrava na fase caritativa da história da assistência, mas sim na fase filantrópica, na qual a assistência social estava associada à formação educacional e profissional dos assistidos.

Nessa conjuntura, os contextos históricos-sociais e as características da instituição, comprovadas pelas fontes, permitiram constatar que a instituição se inseria no contexto filantrópico-educacional do Brasil no século XX e caracterizava-se como um modelo filantrópico-científico que aliava assistência social e educação moralizante, preparando as crianças para a vida adulta por meio do ensino de um ofício. Ademais, através de uma pedagogia que atuava para reforçar o papel social e cultural atribuído à mulher, estabelecendo padrões de comportamento e reproduzindo os valores da classe dominante, a APMASJ reafirmava o controle social exercido sobre as meninas assistidas.

Desde sua fundação, a APMASJ manteve uma ligação estreita com a Igreja Católica, como evidenciado em seus objetivos institucionais, que incluíam a manutenção do catecismo São José. A presença da Igreja Católica marcou diretamente as práticas e orientações da APMASJ, tendo em vista a relação entre a família Dantas e a Igreja. Essa aliança pode ser observada como exemplo de capital social e religioso transformado em capital simbólico, convertido em honras, prestígio e legitimidade para a família. De acordo com as fontes documentais, esse vínculo foi fundamental para a criação e

manutenção da instituição, sendo a doação do terreno um indicativo da aliança entre interesses filantrópicos e estratégias de fortalecimento da influência social e religiosa da família na comunidade. As fontes documentais e iconográficas analisadas evidenciaram a participação de figuras eclesiais no cotidiano da instituição e a forte vinculação das atividades educacionais a valores morais e religiosos.

A análise dos 176 dossiês estudantis da escola primária possibilitou detalhar o perfil socioeconômico das crianças acolhidas. Esses documentos contêm informações administrativas, como notas e frequência escolar, além de aspectos pessoais dos assistidos, permitindo a investigação de variáveis como naturalidade, composição étnico-racial, sexo, idade e local de residência. Observou-se que a maioria dos assistidos era natural de Maruim, totalizando 69,9% dos casos em que essa informação pôde ser verificada, o que destaca o caráter local da instituição e sua relação com a comunidade.

Além disso, os dados indicam que 86,14% dos assistidos eram crianças pardas e pretas, refletindo as dinâmicas socioeconômicas e raciais herdadas do passado escravocrata da região. Ademais, foram evidenciadas divergências raciais presentes em um mesmo dossiê estudantil, que mesmo podendo ser explicado por duas vertentes distintas e opostas: a primeira baseada na tese de branqueamento e a segunda na de classificação social, infere-se que há uma correlação entre raça e condição socioeconômica no Brasil, reforçando um ciclo de exclusão estrutural entre os menores assistidos.

Quanto à variável sexo, constatou-se um percentual de 99,43% de presença feminina entre os anos de 1956 e 1959. Esse dado sugere que a predominância feminina no atendimento, especialmente nas primeiras décadas de funcionamento da instituição, pode estar relacionada à oferta do curso de preparação de economia doméstica rural, voltado exclusivamente para meninas, e à percepção social da época sobre a educação e o futuro das mulheres em situação de pobreza. Vislumbra-se que a proposta educativa estava embasada em um projeto mais amplo de controle social do sexo feminino, moldando as meninas conforme os padrões morais e sociais do período. A partir de 1971, houve um crescimento na presença de meninos na instituição, embora o percentual feminino ainda representasse 62,86% do total de assistidos.

Os registros também demonstraram que a totalidade das crianças e dos adolescentes assistidos pertencia a famílias pobres, como apontado pela análise das profissões dos pais e da presença de atestados de pobreza em parte dos dossiês estudantis. Importa sublinhar que a nomenclatura “menores abandonados”, utilizada pela APMASJ,

não refletia a realidade social das crianças acolhidas. Longe de se tratar de órfãos ou efetivamente abandonados, os sujeitos assistidos eram, como dito anteriormente, filhos de famílias pobres, marcadas pela carência de recursos materiais e educacionais, que recorriam à instituição como possibilidade de escolarização e de formação para o trabalho. Esse cenário revela o papel da APMASJ como uma instituição direcionada para a proteção da infância em situação de pobreza, oferecendo acolhimento e oportunidades de educação. A análise dos logradouros de residência dos assistidos reforçou a relação entre a instituição e o bairro São José, demonstrando que a assistência prestada estava vinculada à população local, majoritariamente composta por famílias que viviam em condições precárias. A pesquisa também revelou desafios na preservação dos registros documentais, com um número considerável de dossiês sem informações completas sobre a composição étnico-racial, profissão dos pais e faixa etária dos assistidos.

A documentação do curso de preparação de economia doméstica rural permitiu examinar as práticas educativas destinadas a adolescentes do sexo feminino. O Centro de Economia Rural Doméstica São José da APMASJ iniciou suas atividades em 1954, como extensão das ações da Escola Agrícola Benjamin Constant. Essa, por sua vez, possuía mais dois centros vinculados, além do de Maruim: o de São Cristóvão e o de Aracaju, localizado no bairro Santo Antônio (Conceição, 2012). No primeiro ano de funcionamento, três alunas concluíram o curso de preparação de economia doméstica rural no centro da APMASJ. Esse número multiplicou-se chegando a 46 alunas matriculadas, sendo 22 concluintes em 1966.

A análise das práticas educativas do Centro de Economia Rural Doméstica São José mostrou que a metodologia utilizada integrava teoria e prática, articulava a agricultura à alimentação, desenvolvendo habilidades práticas, como a economia, gestão de recursos e utilização de maquinário, a fim de refletir os valores e ideais do centro, ou seja, uma concepção educacional direcionada à formação de mulheres para o espaço doméstico e para atividades tradicionalmente femininas, reforçando papéis sociais predefinidos e alinhando-se a um modelo de educação que visava preparar as alunas para o casamento e para o trabalho doméstico remunerado, como o de empregadas domésticas ou babás. Essa configuração evidencia que a instituição reproduzia os valores da época, limitando as possibilidades estudantis e profissionais que a mulher poderia alcançar, consolidando o habitus feminino do período que, ao mesmo tempo que dava oportunidades, dirigia o futuro e não emancipava as mulheres para papéis restritos ao sexo masculino.

Paralelamente, as memórias de expressão oral das ex-alunas e ex-funcionárias revelaram sentimentos de pertencimento e orgulho pelo percurso formativo vivido na instituição, enfatizando o quanto a experiência foi relevante para suas trajetórias. Observou-se em suas falas, a valorização do aprendizado de ofícios, como culinária e costura, que permitiram a algumas exercerem atividades profissionais em outros estados, enquanto outras ampliaram sua escolarização, como no caso da ex-aluna Neilde Lemos que se tornou professora. Essas memórias, ao mesmo tempo em que evidenciam os limites de uma pedagogia voltada ao controle social do feminino, também apontam para os efeitos concretos da formação recebida, constituindo-se como testemunhos que entrelaçam experiências individuais e projetos institucionais.

A pesquisa também contou com fontes iconográficas que contribuíram para a contextualização histórica e visual das ações pedagógicas da APMASJ. Essas imagens ofereceram uma visão sobre a rotina da instituição, os espaços educativos e a interação entre alunos e professores, ampliando a compreensão das práticas e experiências vivenciadas pelos assistidos. Dessa forma, essa investigação reafirma o papel da APMASJ na assistência e formação de crianças e adolescentes em situação de pobreza, evidenciando os desafios de suas iniciativas ao longo do período analisado. Além de possibilitar a compreensão das ações pedagógicas da instituição, o estudo contribui para o entendimento das dinâmicas sociais, econômicas e raciais envolvidas em sua atuação.

Nesse contexto, o estudo do perfil dos assistidos, somado à análise dos objetivos da instituição, do contexto histórico e das práticas educativas, evidenciou disputas de poder – religioso, econômico, cultural e social – nos quais o capital simbólico da família Dantas se converte em prestígio social e legitimidade política, reforçando estruturas de dominação sob a forma de ação filantrópica e empreendedora (Bourdieu, 1998). Dessa forma, mesmo que visando a assistência e a educação, a ação da APMASJ ajudou a manter as hierarquias sociais e perpetuar comportamentos ligados à moral, e os anseios das classes dominantes, como mostram as práticas dedicadas à formação de meninas para funções domésticas. Por outro lado, é preciso reconhecer que, dentro das limitações do seu tempo, a instituição ofereceu acesso à escolarização e chances de inclusão social que, embora restritas, representaram oportunidades para as crianças e adolescentes pobres do município de Maruim. Os dados analisados mostram a situação dos assistidos, bem como as formas pelas quais instituições como a APMASJ funcionavam socialmente, aliando filantropia, educação e poder simbólico. Por fim, almeja-se que esse estudo contribua para

novas investigações sobre a história da educação e suas intersecções com os processos de exclusão e legitimação das desigualdades sociais no contexto sergipano e brasileiro.

FONTES

1. ACERVO DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO JOSÉ (ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO A MENORES ABANDONADOS SÃO JOSÉ)

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Livro de Atas**, Maruim, 1949- 1977.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Avaliação da disciplina de Agricultura**, Maruim, 1954.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Relatório de conclusão do primeiro ano do curso de preparação de economia doméstica rural**, Maruim, 1954.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Relatório geral de provas da disciplina de Agricultura**, Maruim, 1954.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Livro de Ponto de Funcionários**, Maruim, 1954-1957.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Dossiês de estudantes**, Maruim, 1956-1959.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Livro de ponto de funcionários**, Maruim, 1962-1972.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Diploma de conclusão do curso de economia doméstica rural**, Maruim, 1966.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Folha de pagamento de funcionários do Centro de Economia Rural Doméstica São José**, Maruim, 1967.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Plano de curso da disciplina Nutrição e preparo de alimentos**, Maruim, 1967.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Plano de curso da disciplina trabalhos manuais**, Maruim, 1967.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Plano de curso da disciplina vestuário**, Maruim, 1967.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Relatório de conclusão das atividades do primeiro semestre de 1967**, Maruim, 1967.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Tabela de matriculadas e concluintes nos anos de 1963 a 1967**, Maruim, 1967.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Relatório de conclusão do curso de preparação de economia doméstica rural**, Maruim, 1968.

APMASJ – Associação de Proteção a Menores Abandonados São José. **Caderno de matrícula**, Maruim, 1971-1975.

2. ACERVO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO

EABC – Escola Agrícola Benjamin Constant. **Relatório anual de atividades**. São Cristóvão, 1955.

EABC – Escola Agrícola Benjamin Constant. **Relatório anual de atividades**. São Cristóvão, 1956.

EABC – Escola Agrícola Benjamin Constant. **Relatório anual de atividades**. São Cristóvão, 1957.

3. OUTRAS FONTES

BR SEAPES. Arquivo Público de Sergipe. Boletim de movimento mensal da caixa escolar Anita Cardoso de 3 de maio de 1956. Pacotilha E¹-130.

MARQUES, C. **Roteiro de aula de religião**, 1962.

DANTAS, S. M. **Josias Vieira Dantas, meu pai: In memoriam**. Salvador, S.M.D. 2002.

FERREIRA, J. P. (org.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. XIX Volume. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.

História dos municípios. Aracaju: Cinform, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas digital**, SRH, 2010; JICA, 2000; IBGE, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça**. 2008.

Disponível em:

cpdoc.fgv.br/sites/default/files/movimento_negro/raca_racismo/Estatisticas_categorias_censos.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

LEMOS, J. M. Santarém. **Estrutura curricular do ensino agrícola de grau médio**. 2^a ed. Brasília, DF, 1970.

PSP – Paróquia Senhor dos Passos. **Livro de tombo da Paróquia Senhor Bom Jesus dos Passos**, Maruim. 1949-1954.

SEDGDE – Diretoria Geral do Departamento de Educação de Sergipe. **Portaria de**

lotação de professor n.º 393, Aracaju, 1962.

4. FONTES ORAIS – “ENTREVISTAS”

CRUZ, Maria Célia Marques. 2024. Entrevista concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-professora Célia Marques em 19 de março de 2024.

FERREIRA, Anita Santos. 2024. Entrevista concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna Anita Santos Ferreira em 18 de março de 2024.

MENEZES, Gedalva Dantas. 2024. Entrevista concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna e ex-professora Gedalva Dantas Meneses em 20 de março de 2024.

MENEZES, Rildê Santos. 2024. Entrevista concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna Rildê Santos Menezes em 14 de março de 2024.

SANTOS, Izabel. 2024. Entrevista concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna Maria Izabel dos Santos em 22 de março de 2024.

SANTOS, Joana. 2024. Entrevista concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna, ex-professora e ex-funcionária Joana dos Santos em 08 de março de 2024.

SANTOS, Maria Inez. 2024. Entrevista concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna e ex-funcionária Maria Inez Santos em 08 de março de 2024.

SANTOS, Maria Geni. 2024. Entrevista concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna em 21 de março de 2024.

SANTOS, Renildes Rodrigues. 2024. Entrevista concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna Renildes Rodrigues dos Santos em 14 de março de 2024.

SANTOS, Semírames Marques. 2024. Entrevista concedida à mestranda Janyne Rossana Barbosa Pereira pela ex-aluna Semírames Marques dos Santos em 14 de março de 2024.

5. FOTOGRAFIAS

Festa de formatura do curso de preparação de economia doméstica rural (entre 1967 e 1973). Acervo da Escola Municipal São José, restaurada pela autora em 2024.

Criança assistida recebendo presente na festa encerramento do ano na APMASJ (Década de 1970). Acervo Escola Municipal São José, restaurada pela autora em 2024.

Aula de trabalhos manuais (bordado) (Década de 1970). Acervo da Escola Municipal São José.

Prédio da APMASJ. Ferreira, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.**

XIX Volume. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959.

Crianças assistidas pela Associação de Proteção a Menores São José na frente da edificação em construção (1949). Acervo Maria Lúcia Marques Cruz e Silva.

Professoras e religiosas do Santíssimo Sacramento na instituição no início da década de 1970. Acervo Maria Lúcia Marques Cruz e Silva.

Aluna Anita recebendo o certificado do curso de preparação de economia doméstica rural das mãos da professora Maria Izalda Barros. (entre 1962 e 1973). Acervo Anita Santos Ferreira.

Professora Luziene Freire acompanhada de aluno (Ridago) vestido com a farda da LBA (Década de 1970). Acervo Anita Santos Ferreira.

Aluna Neilde Lemos acompanhada de padrinho na cerimônia de formatura do curso de preparação de economia doméstica rural (1966). Acervo Neilde Lemos.

Professora Célia Marques acompanhada de Madre Nazaré e mais duas outras professoras (Década de 1970). Acervo Célia Marques.

Professoras Maria Célia e Gedalva Dantas Menezes no prédio da APMASJ (Década de 1970). Acervo Célia Marques.

Crianças assistidas recebendo avaliações no final do ano letivo (1970). Acervo Gedalva Dantas Menezes.

Alunos acompanhados da ex-professora Gedalva Dantas Menezes (década 1970). Acervo Gedalva Dantas Menezes.

Alunas do curso de preparação de economia doméstica rural da APMASJ com religiosas Sacramentinas na cozinha da Instituição (década 1970). Acervo Gedalva Dantas Menezes.

Irmã Ana do Espírito Santo e Ir. Francisca Maria acompanhadas do grupo de voluntárias da APMASJ (Década de 1970). Acervo Gedalva Dantas Menezes.

Frei Urbano, Seminarista Sales, Seminarista Expedito, Ir. Francisca Maria na cozinha da APMASJ (Década de 1970). Acervo Gedalva Dantas Menezes.

6. LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Decreto n.º 8.319, de 20 de outubro de 1910.** Cria o ensino agrônômico e aprova o respectivo regulamento. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados](#)
Acesso em: 27 jan. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.** Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#). Acesso em: 29 abr. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 23.722, de 9 de janeiro de 1934.** Transfere para o Ministério da Agricultura serviços agrícolas regionais dos estados de Sergipe, Pernambuco e Alagoas, abre crédito para o respectivo custeio e dá outras providências. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.gov.br). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939.** Dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil. Disponível em: [D4857 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942.** Lei orgânica do ensino industrial. Disponível em: [DEL4073 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 13.556, de 30 de setembro de 1943.** Modifica o Decreto n.º 4.857, de 9 de novembro de 1939. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.gov.br). Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 6.141, de 28 de dezembro de 1943.** Lei Orgânica do Ensino Comercial. Disponível em: [DEL6141 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Primário. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.gov.br). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946b.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: [DEL9613-46 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 8.530, de 2 de janeiro de 1946c.** Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.gov.br). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [L4024 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 19 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 53.558, de 13 de fevereiro de 1964.** Altera denominação de escolas de iniciação agrícola, agrícolas e agrotécnicas. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.gov.br). Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 60.731, de 19 de maio de 1967.** Transfere para o Ministério da Educação e Cultura os órgãos de ensino do Ministério da Agricultura e dá outras providências. Disponível em: [Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](http://portal.camara.gov.br). Acesso em: 29 abr. 2024.

MARUIM. **Lei Municipal n.º 5/89, de 31 de maio de 1989.** Cria Escola Municipal.

SERGIPE. **Decreto-lei n.º 39, de 28 de janeiro de 1938.** Cria o serviço de assistência social a menores abandonados e delinquentes. Diário Oficial do Estado de Sergipe. Aracaju, 29 de janeiro de 1938, Ano XX, n.º 7220, p. 1.

REFERÊNCIAS

- BISPO, A. B. **A educação da infância pobre em Sergipe: a Cidade de Menores “Getúlio Vargas” (1942 -1974).** 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2007. Disponível em: [DISSERTAÇÃO COMPLETA Alessandra_rev final pdf](#). Acesso em: 26 set. 2023.
- BONIFÁCIO, N. S. **Acolher, evangelizar e educar: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para educação feminina em Aracaju (1914-1952).** 2011. 287 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: [Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe - RI/UFS: Acolher, evangelizar e educar: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para educação feminina em Aracaju \(1914-1952\)](#) Acesso em: 25 set. 2023.
- BONIFÁCIO, N. S. **Acolher, evangelizar e educar: contribuição do Oratório Festivo São João Bosco para educação feminina em Aracaju (1914-1952).** São Cristóvão: Editora UFS, 2014.
- BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento.** Trad. Daniela Kern; Guilherme F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas.** Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007b.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRANDÃO, Z. Operando com conceitos: com e para além de Bourdieu. **Educação e pesquisa**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 227–241, 2010. DOI: 10.1590/S1517-97022010000100003. Disponível em: <https://revistas.usp.br/ep/article/view/28228>. Acesso em: 23 maio 2025.
- CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, S. A., 2002.
- CHARTIER, R. "Escutar os mortos com os olhos". **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 6-30, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000200002>. Disponível em: [SciELO Brasil - "Escutar os mortos com os olhos" "Escutar os mortos com os olhos"](#) Acesso em: 3 jun. 2025.
- CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan. 1991. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>. Disponível em: [SciELO Brasil - O mundo como representação O mundo como representação](#) Acesso em: 3 jun. 2025.
- CONCEIÇÃO, J. T. **A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão - SE (1934-1967).** 2007.

213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007. Disponível em: [Ver artigo](#). Acesso em: 26 set. 2023.

CONCEIÇÃO, J. T. **A pedagogia de internar**: história do internato no ensino agrícola federal (1934-1967). São Cristóvão: UFS, 2012.

CONCEIÇÃO, J. T. Perfil dos alunos internos no ensino profissional agrícola federal mantido pelo Ministério da Agricultura em Sergipe (1934-1967). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP- INEP**, v. 96, 2015.

DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

FONSECA, M. V. **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016.

FREITAS, A. G. B. **Educação, trabalho e ação política**: sergipanas no início do século XX. 2003. 310 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000297137>. Acesso em: 25 jun. 2024.

FREITAS, A. G. B. Educando mulheres em Sergipe, na passagem do século XIX para o século XX: possibilidades e tendências. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2., 2002, Natal. Anais eletrônicos. Natal: UFRN, 2002. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/1072> . Acesso em: 21 jun. 2024.

GHIRALDELLI JR., P. **História da educação brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, C. M. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set.-dez. 2017.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5ª ed. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, A. A. “**Aprender a fazer e fazer para aprender**”: Configurações do modelo escola-fazenda no ensino profissional agrícola (1967 – 1986). Tese (doutorado em Educação). Orientador: Joaquim Tavares da Conceição, Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão, SE, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/15086>. Acesso em: 26 set. 2023.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2019.

MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT, L. **Memórias e narrativas**: história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MELO, R. O. L. et al. Indústria e desenvolvimento em Sergipe. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 2, abr.-/jun., 2009. Disponível em: [Indústria e desenvolvimento em Sergipe | Revista Econômica do Nordeste \(bnb.gov.br\)](#) Acesso em: 2 mar. 2024.

MENDONÇA, J. U.; SILVA, M. L. M. C. **Educadores de Sergipe à luz da República 1911-1971: (re) construindo trajetórias**. Aracaju: EDUnit, 2017.

NERY, M. A. M. **O patronato agrícola São Maurício** [recurso eletrônico]: célula mater do ensino agrícola federal em Sergipe (1924-1934). Aracaju: IFS, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/1098> . Acesso em: 28 set. 2023.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. Sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 78, abr./2002, p. 15-36. Disponível em: [\(PDF\) A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições](#) Acesso em: 23 maio 2025.

NUNES, M. T. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de educação e cultura do Estado de Sergipe/ Universidade Federal de Sergipe, 1984.

OLIVEIRA, A. C. M. **A trajetória história da formação em economia doméstica na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1952-1967)**. 116 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4614>. Acesso em: 25 jun. 2024.

PEREIRA, J. R. B. Associação de proteção a menores abandonados São José: compreensão do modelo de assistência e formação voltado para crianças e adolescentes desvalidos (1949-1962). In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Anais. Natal (RN) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2024a. Disponível em: [Associação De Proteção A Menores Abandonados São José: Compreensão Do Modelo De Assistência E Formação Voltado Para Crianças E Adolescentes Desvalidos \(1949-1962\) | Even3 Publicações](#). Acesso em: 3 jun. 2025

PEREIRA, J. R. B. Memórias da educação feminina: vozes de ex-alunas do Centro de Economia Rural Doméstica São José (1954-1973). In: CONCEIÇÃO, J. T. (org.). **Pesquisas e reflexões de um grupo de pesquisa: história da educação em foco**. 1ª ed. Aracaju: Criação Editora, 2025a, p. 251-265.

PEREIRA, J. R. B. Memórias da educação feminina: vozes de ex-alunas do Centro de Economia Rural Doméstica São José (1954-1973). In: CONCEIÇÃO, J. T. (org.). **Pesquisas e reflexões de um grupo de pesquisa: história da educação em foco**. 1ª ed. Aracaju: Criação Editora, 2025b, p. 251-265. Disponível em: [PESQUISASE REFLEXÕES DE UM GRUPO DE PESQUISA: História da Educação em Foco – Editora Criação](#). Acesso em: 3 jun. 2025.

PEREIRA, J. R. B; CONCEIÇÃO, J. T. Curso de preparação de economia doméstica rural em Maruim, Sergipe (1949-1973). In: OLIVEIRA, J. P. G. et al (org.). **Histórias da educação em perspectiva: impressos, instituições, disciplinas e patrimônio**

educativo. 1ª ed. Aracaju: Criação Editora, 2024b, p. 231-244.

PEREIRA, J. R. B; CONCEIÇÃO, J. T. Curso de preparação de economia doméstica rural em Maruim, Sergipe (1949-1973). In: OLIVEIRA, J. P. G. et al (org.). **Histórias da educação em perspectiva: impressos, instituições, disciplinas e patrimônio educativo**. 1ª ed. Aracaju: Criação Editora, 2024, p. 231-244. Disponível em: [Histórias da educação em perspectiva: impressos, instituições, disciplinas e patrimônio educativo – Editora Criação](#). Acesso em: 3 jun. 2025c.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: [Memória, esquecimento, silêncio | Revista Estudos Históricos](#) . Acesso em: 2 dez. 2024

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2022.

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro. O sistema de classificação racial no Brasil que muda. In: **Afro-Ásia**, 18, Rio de Janeiro, s.e., 1996. Disponível em: <https://www.bing.com/ck/a?!&&p=f9df61f34a0b93c03c98dfdca6e5a8deb1721566a79c0cb4a010e5321bc90592JmltdHM9MTczOTIzMjAwMA&ptn=3&ver=2&hsh=4&fclid=0e6b72bf-3121-64aa-04d0-66f230766523&psq=nem+somente+preto+ou+negro+livio&u=a1aHR0cHM6Ly90eXBlc2V0LmlvL3BkZi9uZW0tc29tZW50ZS1wcmV0by1vdS1uZWdyby1vLXNpc3RlbWEtZGUtY2xhc3NpZmljYWNhby1yYWNpYWwtNGphenNvM3k5cy5wZGY&ntb=1>
Acesso em: 11 jan. 2025

SANGLARD, G. **Laços de sociabilidade no Rio de Janeiro – ação filantrópica e constituição de uma rede de assistência à infância (1889-1930)**. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar – Cultura, Espaço e Memória. 2014. Disponível em: www.academia.edu/23743936/Laços_de_sociabilidade_no_Rio_de_Janeiro_ação_filantropica_e_constituicao_de_uma_rede_de_assistencia_a_infancia_1889_1930_email_work_card=title . Acesso em: 24 jun. 2024.

SANTANA, J. S. **Entre bordados, cadernos e orações: a educação de meninas e as práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969)**. 149 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4768>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SCHWARCZ, L. K. M. Uso e abuso da mestiçagem da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. In: **Afro-Ásia**, 18, 1996. Disponível em: [\(PDF\) Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX \(1996\) | Lilia Moritz Schwarcz | 22 Citations \(typeset.io\)](#) Acesso em: 14 jul. 2024.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SENKEVICS, A. **A cor e a raça nos censos demográficos nacionais**. 2015. Disponível em: www.geledes.org.br/cor-e-raca-nos-censos-demograficos-nacionais/. Acesso em 17 jun. 2024.

SILVA, M. L. M. C. **Inventário cultural de Maruim**. Edição comemorativa aos 200 anos de Independência de Sergipe. 166º aniversário da Emancipação Política de Maruim. 2ª ed. Maruim: Colorgraf Serviços gráficos, 2020.

SILVA, M. L. M. C. **Alcebíades Viera Dantas (1888-1974)**. Aracaju, 24/01/2024.

VEIGA, C. G. **Subalternidade e opressão sociorracial**: questões para a historiografia da educação latino-americana. São Paulo: Unesp, 2022.

VINAO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. Trad. Alfredo Veiga-Neto. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VOGEL, A. et al. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2021.

ZOTTI, S. A. **Organização do ensino primário no Brasil**: uma leitura da história do currículo oficial. 2009. Disponível em: [ORGANIZAO ESCOLAR: UMA LEITURA A PARTIR DA ORGANIZAO DO CURRCULO](#). Acesso em: 24 jun. 2024.